UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JORGE FRANÇA DA SILVA MEDEIROS

**Pobreza Urbana e Habitação Social no Espaço Metropolitano de Belém
(PA): um olhar a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida**

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JORGE FRANÇA DA SILVA MEDEIROS

Pobreza Urbana e Habitação Social no Espaço Metropolitano de Belém (PA):
um olhar a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida

Versão Corrigida

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências: Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Lencioni

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MEDEIROS, JORGE FRANÇA DA SILVA MEDEIROS

488p Pobreza Urbana e Habitação Social no Espaço
Metropolitano de Belém (PA): um olhar a partir do
Programa Minha Casa, Minha Vida / JORGE FRANÇA DA
SILVA MEDEIROS ; orientadora SANDRA LENCIONI
LENCIONI. - São Paulo, 2018.
185 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. POBREZA URBANA. 2. METRÓPOLE. 3. ESPAÇO. 4.
HABITAÇÃO. 5. BELÉM. I. LENCIONI, SANDRA LENCIONI,
orient. II. Título.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **Pobreza Urbana e Habitação Social no Espaço Metropolitano de Belém (PA):** um olhar a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. 185f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovada em: 11/ 01/ 2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Lencioni
Universidade de São Paulo – FFLCH/USP

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves
Universidade de São Paulo – FFLCH/USP

Prof. Dr. Guilherme Moreira Petrella
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este presente trabalho aos meus pais

Julíeta Silva

Francisco Medeiros

Com Amor.

AGRADECIMENTOS

Chegou o dia!

Um dia que resume muitos momentos vívidos, compartilhados, experimentados, ou mesmo, tensionados. É o dia de lembrar daqueles(as) quem estiveram presentes e fizeram com que esse “tempo de Tese” ficasse mais leve (ou não...)

Gostaria de agradecer a minha nobre orientadora. Uma mulher que tive o prazer e a honra de conviver e, na ocasião da convivência, sempre um aprendizado. Profissional com muitas qualidades, rigorosa nos momentos de tensão e amável nos de descontração.

Muito obrigado, Profa. Dra. Sandra Lencioni!

Agradeço imensamente a minha família, pelo apoio incondicional, em todos os momentos, em todas as ocasiões. As ausências foram necessárias, ainda que difíceis.

Aos meus irmãos Francisco, Sílvio, Beto e Socorro pelo carinho e admiração extremos.

Ao Professor Augusto Vieira, aquele que lá no começo abriu os horizontes para a prática docente em Geografia e com ela trouxe a possibilidade de conquistar novos conhecimentos, novas amizades e novas trajetórias geográficas. Sou muito grato por tudo, amigo!

Ao professor Dr. Gilberto Rocha, cuja inspiração e gratidão sempre estarão presentes.

Aos amigos que a Geografia me deu. Aíala Colares, Eliomar Patrício (em especial pela ajuda quando do pedido de licença na SEDUC/PA), Franco, Víctor Chacon, Assis Melo e Alexandre (SP).

Aos amigos do Lergeo (Eudes Leopoldo, Juliana Luquez, Simone Afonso, Rafael Roxo, Marlí, Daniel, Alexandre, Mateus, Michele e Leônidas) pelos colóquios e cafés recheados de ideias...

Agradeço aos professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em especial os professores Fábio Contel e Glória Alves pelas considerações e indicações no momento da qualificação.

Ao professores Fernando Haddad, Ermínia Maricato e Paulo César Xavier Pereira pelas aulas na FFLCH e FAU, respectivamente, que foram de suma importância para repensar os caminhos da Tese.

A minha amiga e competente professora Tabilla Leite pela disposição e precisão dispensada na elaboração do material cartográfico da Tese. Fica meu agradecimento especial!

Agradeço aos colegas, professores, da ETRB (Escola Tenente Rêgo Barros/Aeronáutica), pela disponibilidade em assumir as minhas turmas na saída para o doutorado.

*Agradeço a Secretaria de Educação do estado do Pará, pela
licença concedida.*

A minha ilustre esposa Elizabete, por tudo!

A emoção é o primeiro sintoma da razão!

A dignidade dos desiguais não pode ser feita pelos discriminadores. A construção histórica desta dignidade constitui um espaço fundamental do exercício de poder.

(Pedro Demo)

RESUMO

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **Pobreza Urbana e Habitação Social no Espaço Metropolitano de Belém (PA):** um olhar a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. 185 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

O período que compreende os anos de 2003-2016 marcou história na trajetória política brasileira. Tal período corresponde ao domínio do poder executivo da República pelo partido dos trabalhadores. Foram treze longos anos de desafios, em todas as áreas, em diversos setores e com diversos agentes sociais. Foi nesse momento também que os problemas estruturais da sociedade foram colocados em cena. Proteção social, distribuição de renda e habitação foram os temas que arquitetaram toda a estrutura jurídica e política do Estado. No que tange ao tema da habitação, temos um importante salto a revelar. Trata-se do ambicioso programa habitacional – Minha Casa, Minha Vida. Lançado em 2009, colocou em cena a questão habitação como sendo um dos pilares de superação da pobreza. A pobreza articulada à produção da habitação social deu o tom para a operacionalização do programa. A presente Tese busca refletir sobre as nuances que cercam essa relação. Dessa maneira, a seleção do espaço metropolitano de Belém, no estado do Pará, serviu de recorte espacial para se investigar tal relação. A Tese se estrutura em três capítulos, nos quais o tema pobreza é central. Compreendida como produto da relação de produção desigual no tempo e no espaço, a pobreza é analisada em sua dimensão histórica e institucional, duas chaves para se compreender como a pobreza, por meio da produção da habitação social assume papel central no processo de reprodução desigual do espaço metropolitano de Belém. Concluímos que na metrópole de Belém a produção da habitação social assume duas lógicas espaciais, que permitem uma constante atualização do debate da produção do espaço metropolitano em tempos de pobreza urbana (regulada).

Palavras-chave : pobreza, metrópole, habitação, espaço.

ABSTRACT

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **Urban Poverty and Social Housing in the Metropolitan Space of Belém (PA): a look from the My Home, My Life Program.** 185f. Thesis (Doctorate in Human Geography) – Postgraduate Program in Human Geography. Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2018

The period that covers the years 2003-2016 marked history in the Brazilian political trajectory. This period corresponds to the domain of the executive 12onst of the Republic by the workers' party. There were thirteen long years of challenges, in all 12onst, in various sectors and with various social agents. It was also at that time that the structural problems of society were 12onsta the scene. Social protection, income distribution and housing were the themes that shaped the entire legal and political structure of the state. On the subject of housing, we have an important leap to reveal. This is the ambitious housing program – Minha Casa, Minha Vida. Launched in 2009, it put the issue of housing as one of the pillars of overcoming poverty. Poverty linked to the production of social housing set the tone for the operationalization of the program. This thesis seeks to reflect on the nuances that surround this relationship. In this way, the selection of the metropolitan space of Belém, in the state of Pará, served as spatial clipping to investigate this relationship. The thesis is structured in three chapters, in which the theme of poverty is central. Understanding as a product of relations of unequal production in time and space, poverty is analyzed in its historical and institutional dimension, two 12ons to understanding how poverty, through the production of social housing, plays a central role in the 12onstant12f unequal reproduction of We conclude that in the metropolis of Belém the production of social housing assumes two spatial logics that allow a 12onstant updating of the debate on the production of the metropolitan space in times of urban (regulated) poverty.

Keywords: poverty, metropolis, housing, space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da Revista Veja	42
Figura 2: As principais políticas no Brasil 2003-2016	44
Figura 3: Avenida da República	100
Figura 4: Praça Batista Campos	100
Figura 5: Avenida Nazaré	101
Figura 6: Avenida Independência	101
Figura 7: Plantas dos eixos de expansão da metrópole	106
Figura 8: Saneamento básico no Brasil	108
Figura 9: Eixo de expansão da Augusto Montenegro	120
Figura 10: Eixo de expansão da Br 316	121
Figura 11: Baixada na Estrada Nova	126
Figura 12: Baixada da Gentil	126
Figura 13: Feira do Açaí	127
Figura 14: Planta da Estrada de Ferro de Bragança	129
Figura 15: Estação Ferroviária de São Brás	130
Figura 16: Estação Ferroviária da Colônia de Santa Isabel	130
Figura 17: Circuitos da nova política habitacional – Brasil	147
Figura 18: Residencial Paulo Fonteles	154
Figura 19: Residencial Jardim campo grande	155
Figura 20: Residencial Jardim albatroz	155

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: O Espaço Metropolitano de Belém	33
Mapa 2: Distribuição da rede de esgoto no espaço metropolitano de Belém	112
Mapa 3: Distribuição das redes de energia elétrica no espaço metropolitano de Belém	114
Mapa 4: Os conjuntos habitacionais do BNH	134
Mapa 5: Localização espacial dos conjuntos habitacionais do PMCMV no espaço metropolitano de Belém- 2014	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As agencias multilaterais e a pobreza	87
Quadro 2: Ranking do saneamento básico no Brasil-2018	111
Quadro 3: Estrutura e operacionalização do PMCMV	142
Quadro 4: Principais programas habitacionais implantados na metrópole de Belém (1995-2002)	145
Quadro 5: Quantidade de empreendimentos do PMCMV (faixa 0-3)	152
Quadro 6: Densidades dos projetos dos empreendimentos contratados no PMCMV em municípios próximos a Belém, 2015	153

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COHAB	Companhia Habitacional
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PDU	Plano Diretor Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMB	Região Metropolitana de Belém
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEPLAN	Secretária de Planejamento do Estado do Pará
SFH	Sistema Financeiro Imobiliário
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
USP	Universidade de São Paulo
ZU	Zoneamento Urbano

SUMÁRIO

Introdução	19
Capítulo 1 – Pobreza(s): a pluralidade desse fenômeno contemporâneo	39
1.1 Pobreza: a multidimensionalidade de uma noção	41
1.2 Pobreza Urbana: uma questão social (e espacial)	64
1.2.1 O urbano e a pobreza: um diálogo necessário	64
1.2.2 Para além das estatísticas: a produção espacial da pobreza urbana	76
1.3 A pobreza capturada: agências e governos produzindo discursos	83
1.3.1 As agências multilaterais e o “problema” da pobreza	83
1.3.2 Proteção social e governabilidade política em tempos de pobreza	89
Capítulo 2 – A Pobreza Urbana na Amazônia Oriental: retratos no espaço metropolitano de Belém	93
2.1 Da pobreza no espaço	95
2.1.1 A precariedade urbana e espacial: as redes de esgoto, redes de energia elétrica e transporte	96
2.1.2 Homogeneizando espaços, fragmentando usos e hierarquizando lugares: faces da produção desigual do espaço	116
2.2 Aos espaços da pobreza: a captura de um fenômeno atual	123
2.2.1 Os “retratos da pobreza” no espaço metropolitano de Belém	123
2.2.1.1 A pobreza que navega pelos rios: a metrópole é logo ali	125
2.2.1.2 Dos trilhos para a estrada: a pobreza que se renova	128

Capítulo 3 – A Nova Captura da Pobreza Urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida: rumo à solução do “problema”	137
3.1 As miragens de concreto e as novas periferias urbanas da habitação social	139
3.1.1 Da paisagem homogênea: a habitação como miragem	140
3.2 A singularidade e a capilaridade do PMCMV no espaço metropolitano	150
3.2.1 Os empreendimentos imobiliários do programa MCMV e suas expressões geográficas	150
3.2.2 Confinar e espriar: a nova lógica de produção financeirizada da habitação	156
Á Guisa de Conclusão – Da pobreza Capturada à Pobreza (urbana) Regulada: a habitação social como instrumento de reprodução desigual do espaço na metrópole de Belém	163
Referências	168

INTRODUÇÃO

Partindo ou chegando da cidade de Belém, no estado do Pará, por entre nuvens, somos convidados a desvendar uma Geografia amazônica fascinante. Sua beleza e sua exuberância guardam o que tem de mais peculiar nesse ponto do território nacional – a relação rio/floresta/cidade. Em um só quadrante é possível perceber a peculiar harmonia da grande floresta com a sua múltipla diversidade recobrando extensas áreas de planícies e igapós¹, ainda conservadas, conjugadas aos imensos corpos hídricos, que recortam o terreno em caminhos longos e sinuosos que parecem não ter fim. Uma paisagem equatorial em que tudo é superlativo.

Em segundo plano, somos levados a pensar numa Geografia mais “antropizada”, pois o que os olhos capturam são espaços geográficos criados e recriados sugerindo a formação de um labirinto de ruas e prédios, cuja vida é dada pela circulação do automóvel e de transeuntes num vai e vem de movimentos semelhantes e opostos. O olhar é efêmero, pois, dependendo da direção do movimento, tudo ficará para trás ou então seremos convidados a desembarcar e sentir o mormaço e o calor típico da cidade nos trópicos úmidos.

A imagem de uma cidade que se transformou em metrópole não tem apenas uma tonalidade de cor, ela é composta de uma superposição de cores que, ao longo do tempo, cristalizaram-se na paisagem atual, vista de cima.

Durante quatro anos, o movimento de partida e chegada em Belém foi, sem dúvida, o momento mais esperado por mim. Não apenas pelas circunstâncias das viagens, mas, sobretudo, pelo olhar que a poltrona preferida (32F) podia me conferir ao visualizar e perceber o quanto a metrópole é desafiadora em sua compreensão.

Não por acaso, propomos, nesta pesquisa de doutorado, compreender um tema tão desafiador e que tem comprometido a qualidade de vida de milhares de pessoas que, cotidianamente, (sobre)vivem nesse espaço metropolitano amazônico, que é a questão da pobreza urbana.

¹ Os igapós correspondem a um tipo de vegetação típica da floresta amazônica. Tem esse nome por se adaptar a ambientes inundados pelo movimento de maré.

A pobreza urbana como questão e não como consequência. Isso tem uma implicação, qual seja: a pobreza urbana será compreendida numa perspectiva histórica e institucional, quer dizer, será delimitada como objeto de investigação que se constitui historicamente no próprio desenvolvimento das relações sociais de produção e se institucionaliza nas engrenagens políticas do Estado.

De cima, jamais percebemos esse entrelaçamento de situações e nunca poderíamos formular algo do tipo, justamente porque de lá, o que ficam são rápidas capturas de imagens sobre o território. No entanto, em tais capturas é possível perceber, naquela Geografia “antropizada”, inúmeras diferenciações relativas ao uso e ocupação do solo, o que pressupõe a existência de processos urbanos contraditórios.

Como metrópole amazônica, que atualmente beira seus 402 anos de fundação, Belém carrega em sua formação o vínculo direto com os elementos naturais da região. Muito mais que elementos de contemplação, estes passaram a ser incorporados à dinâmica de produção do espaço, e atualmente fazem parte de estratégias de imobiliárias e construtoras, como forma de obtenção de vantagens financeiras no momento da comercialização de imóveis, sobretudo apartamentos.

A peculiaridade da Geografia local impulsiona as estratégias de mercado, no sentido de potencializar a mensagem da capitalização de terrenos, que contam com a possibilidade futura de apropriação comercial. A presença ou não do elemento natural é um fator decisivo no momento da aquisição do imóvel, uma vez que diferencia espaços e pessoas no contexto metropolitano.

Diferenciar parece ser o verbo que mais bem expressa a imagem da metrópole de Belém. Desde as suas características geográficas peculiares, passando pelos momentos de estruturação até a dinâmica atual de produção do espaço metropolitano, é possível compreender o movimento de expansão de atividades econômicas, bem como a incorporação de territórios municipais vizinhos à dinâmica socioespacial da metrópole.

Esse movimento só é perceptível e compreensivo quando pensado à luz da metropolização do espaço. Tal processo tem grafado marcas indeléveis no território da metrópole, possibilitando, além de outras coisas, a reconfiguração

do espaço metropolitano, cujos contornos não se restringem mais apenas aos rígidos limites definidos pelo arranjo institucional legal concebido em 1973².

Nesse caso, se a metrópole é outra e não mais aquela de outrora, é possível vislumbrar que a produção do espaço metropolitano tem ganhado um novo ritmo, um novo significado, um novo conteúdo e uma nova forma. Compreendê-la partindo dessas ideias não a reduz enquanto tema de investigação, porém amplia a possibilidade de se buscar uma interpretação do fenômeno metropolitano tomando como base à dinâmica socioespacial produzida ao longo do tempo e materializada no espaço local.

É nesse sentido que a questão da pobreza urbana será discutida, ou seja, como processo histórico que é fruto das relações sociais de produção estabelecidas ao longo do tempo, tendo no espaço um elemento de compreensão de sua expressão geográfica.

No Brasil, o tema pobreza tem ganhado muita repercussão. Isso se explica pela maior articulação das instituições públicas com as chamadas organizações multilaterais, cuja atuação tem sido bastante pontual em questões que envolvem proteção social e cidadania. Dois temas que tangenciam a questão da pobreza em realidades político-sociais como a do Brasil, não pelo que representam enquanto princípios necessários à construção ética e moral de uma nação, mas pelo que deixam de representar para uma grande parte da população nacional.

Entendida, em geral, como desequilíbrio do sistema econômico e das ineficientes estratégias de crescimento, a pobreza passou a fazer parte da realidade urbana e metropolitana brasileiras, desafiando a sociedade civil no que diz respeito à promoção da governabilidade urbana. Assim, o tema pobreza passa a ser dimensionado pelo aspecto político, melhor dizendo, a pobreza enquanto dimensão política assume papel central no debate sobre o urbano e o metropolitano no Brasil.

Pensar o urbano e o metropolitano nesse limiar de século XXI pressupõe compreender os processos pelos quais a pobreza tem se expressado e, acima

² O ano de 1973 corresponde ao momento de institucionalização da Região Metropolitana de Belém como parte das estratégias desenvolvimentista do governo militar à época.

de tudo, protagonizado, no espaço, ações institucionais que sinalizam diferentes estratégias de produção e reprodução da vida social.

Desse modo, o tema em destaque nos desafia a compreendê-lo não como consequência dos desajustes macroeconômicos e da ineficácia de políticas setoriais, mas, sobretudo, como processo ancorado nas relações sociais de produção, tendo em vista sua historicidade e institucionalidade.

Concordamos com Lavinias (2002) para quem “A pobreza é urbana porque cada vez mais as formas de regulação da pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana.” (p.27). A possibilidade de “regulação da pobreza” aponta para novas possibilidades de interpretação do fenômeno da pobreza (Santos, [1978], 2009), principalmente em países como o Brasil.

Aqui se destaca a originalidade da proposta de pesquisa, uma vez que não buscaremos compreender a pobreza urbana como efeito desastroso de políticas macroeconômicas aplicadas sobre o território, nem tampouco quantificá-la como objeto estatístico que revela anomalias sociais de um dado momento histórico. Compreendê-la como fenômeno plural e contemporâneo, produzida no bojo da reprodução das relações sociais de produção e que, por isso, é passível de diferentes “formas de regulação” no espaço, é o que consideramos essencial nesse momento histórico do país.

Assim, delimitamos como período de análise os anos entre 2003 – 2016 quando se verificou a ascensão de uma “nova” proposta política ancorada pelo partido dos trabalhadores, cujo fundamento principal tinha como direcionamento a atenção às áreas de proteção social, cidadania, renda e habitação.

As recentes iniciativas públicas, sobretudo do governo petista naquele intervalo de tempo, tiveram como foco a redução das desigualdades sociais e a inclusão social como bandeiras de luta. Não por acaso, programas sociais assistencialistas, programas educacionais e principalmente os programas habitacionais tiveram grande aceitação da população em geral e do mercado em particular. A transformação socioeconômica do país foi notória, tendo no PIB per capita sua maior expressão. Segundo o IBGE, passamos de cerca de 3.000 dólares em 2003, aproximadamente 7.600 reais à época, para a ordem de 9.100 dólares em 2015, cerca de 28.800 reais.

Esses números revelam um momento, no qual o Estado brasileiro interveio com maior força em setores estratégicos e que antes foram negligenciados ou tiveram pouca expressão em termos de políticas públicas. Nessa toada, as cidades brasileiras foram, sem dúvida, um dos espaços geográficos com maior intensidade de transformação, haja vista que grande parte dos investimentos públicos atingiu ou a população ou o espaço urbano.

Esse momento de pouco mais de uma década parece ter sido singular para o Brasil. A emergência ao poder de uma nova representação política, cujo ideário das conquistas sociais e econômicas tivesse prioridade, agregou novas possibilidades de exploração das potencialidades locais e as cidades tiveram um relevante papel nesse momento, uma vez que as iniciativas de inclusão social foram direcionadas, em grande parte, para esses espaços, dado o grande contingente de pobres urbanos no Brasil.

Parte dessa singularidade, também, se expressou nas aglomerações metropolitanas brasileiras, devido aos vultosos investimentos em áreas como mobilidade urbana, saneamento básico, expansão elétrica e habitação. Diferente do que se previa, o plano e o mercado alinharam-se no sentido de negar a própria natureza do partido promotor de tais iniciativas. Dessa forma, a estratégia preliminar de redução das desigualdades sociais e a promoção da inclusão social colocaram as grandes aglomerações metropolitanas na mira dos mercados, sobretudo o imobiliário.

Na metrópole de Belém a lógica não foi diferente, uma vez que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano impactaram decisivamente na dinâmica produção do espaço metropolitano. O espaço, enquanto meio, condição e produto (CARLOS, 2001) tomou novas dimensões analíticas e a pobreza urbana novas expressões geográficas.

Nesse sentido, é com essa idéia de movimento que pretendemos explorar a temática em questão, articulando questionamentos sobre a produção do espaço, a metropolização e as políticas públicas habitacionais apresentando um panorama dessa discussão sobre a Amazônia e mais especificamente sobre a metrópole de Belém, no estado do Pará.

Em sua fase inicial, o projeto que deu origem a esta pesquisa buscou compreender a maneira pela qual se proliferava a pobreza urbana na Região Metropolitana de Belém, partindo de uma aproximação com os chamados

assentamentos precários³. A intenção seria selecionar alguns desses espaços, analisá-los em sua essência e formular um pensamento sobre a questão da pobreza urbana na metrópole de Belém. Traçado esse objetivo foi possível ingressar no curso do doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e, com o desenvolvimento das primeiras disciplinas e as instigantes reuniões mensais nos colóquios de orientação, logo nossa idéia central foi reformulada, uma vez que a percepção do problema iluminou novas formas de pensar a relação entre a pobreza e a produção do espaço metropolitano.

Conforme aponta Lavinias (2002) a focalização da pobreza enquanto questão social, na atualidade, assume novos contornos e, ao mesmo tempo, novas formas de regulação da pobreza são constituídas em favor de uma cidadania, ainda que precária. Nesse sentido, argumenta a autora, uma “nova alteridade social emerge” (p.27) e impõe necessariamente a mobilização de diferentes estratégias estatais em distintos campos de atuação como renda, habitação, proteção social e cidadania.

Essa nova condição atribuída à questão da pobreza pressupõe a necessidade conceitual de se redefinir o termo pobreza. Tal redefinição parece não ser tão fácil, uma vez que historicamente ocorreu a construção de diferentes interpretações e discursos sobre a pobreza no Brasil⁴.

Aqui, nossa proposta não inclui uma definição ou redefinição do termo pobreza. No entanto, ao assumir nos últimos anos uma expressão metropolitana, o termo pobreza urbana parece ganhar outros significados, já que os discursos oficiais além de dimensionar a questão, tende a qualificá-la apenas como dado estatístico, o que reduz o seu poder explicativo.

³Segundo o Ministério das Cidades/CEBRAP (2007), os assentamentos precários envolvem a questão da habitação precária em diversas situações distintas, como favelas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares e cortiços, marcadas também por intensa heterogeneidade interna. Além disso, os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público em décadas recentes, que apresentam avançado estado de degradação e solicitam atenção por parte de políticas que intervenham na precariedade habitacional e urbana também podem ser incluídos nessa categoria.

⁴Sprandel (2004) em trabalho intitulado “A pobreza no paraíso tropical: interpretação e discursos sobre o Brasil”, reflete sobre a construção da noção de pobreza no Brasil, incorporando as diferentes trajetórias que esta noção produziu sobre os discursos acadêmicos e oficiais e que até hoje balizam e potencializam inúmeras interpretações científicas e políticas públicas no Brasil.

Nossa intenção é posicionar o debate da pobreza urbana no âmbito das ciências humanas, em especial da Geografia Humana, e a partir daí mobilizar e operacionalizar conceitos e categorias de análises que fatalmente iluminem caminhos de interpretação menos viciosos e mais abertos a crítica em geral.

Como tese de doutoramento, a pesquisa em questão irá sustentar o argumento de que a chave de interpretação para a questão da pobreza urbana residirá na análise da produção do espaço. Isto porque compreendemos, inicialmente, que a pobreza urbana é espacial, antes de se constituir em porcentagem. Nesse sentido, destacaremos os significativos atributos dos diferentes agentes públicos e privados que, com diferentes estratégias e funções, produzem novos espaços, inclusive a metrópole.

Portanto, as redefinições que imprimiram uma espécie de mudança do pensamento sobre a tese são frutos de uma análise mais complexa e relacional da realidade, na qual a idéia de contradição será o principal fio condutor de nosso esforço analítico.

Assim como tantos outros, o tema pobreza ensejou valiosos debates nos anos pós 1950, justamente porque os chamados “terceiro mundistas” reduziram o poder explicativo da noção de pobreza ao fator renda, monetarizando o pensamento sobre a sociedade e sobre o espaço. Nesse caso, com auxílio das estatísticas, a pobreza passou a ser mensurada e quantificada a partir de padrões internacionais agrupados dentro de um mesmo esquema explicativo, tendo na matemática o suporte necessário à compreensão da dinâmica social.

O tratamento de tais informações, de maneira uniformizada e matematizada, levou aquilo que Santos ([1978] 2009) interpretou como o empobrecimento da pesquisa e a relativa tendência para distorcer a compreensão global das realidades do mundo “marginal”. A crítica sinalizada por Santos, diz respeito ao contínuo uso das estatísticas em pesquisas sobre a dinâmica social, dentre as quais o fenômeno da pobreza, sobretudo nos chamados países subdesenvolvidos.

Esse é o momento em que a Geografia, de forma mais específica e contundente, adentra no debate sobre a pobreza. As ideias de Milton Santos passavam a proliferar nas academias e instituições de pesquisa, como forma de sedimentar o caminho que a ciência geográfica deveria trilhar sobre a

questão. Buscar compreender a realidade não pela forma matemática, mas, sobretudo, pelas relações sociais de produção era o tom que se deveria buscar.

Por isso, “é inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país.” (Santos [1978] 2009, p. 18). Essa peculiaridade e a reciprocidade da questão socioeconômica e, em particular, sobre a pobreza, posiciona o pensamento em torno das necessidades específicas de cada lugar, o que pode provocar limites ou avanços em relação à compreensão da pobreza enquanto questão social (e espacial).

A questão da pobreza pode ser entendida como uma dentre tantas possibilidades, que o espaço urbano acabou enraizando e multiplicando em grande parte das cidades capitalistas. E nesse contexto de ampliação e massificação das intervenções de cunho neoliberais nas cidades, cuja lógica de organização da vida se confunde com a retórica de reestruturação do capital, a pobreza tende a ser um dos principais desafios à gestão metropolitana.

Por isso, Santos ([1978], 2009) chama atenção para a questão das relações que se estruturam em torno de uma economia dita globalizada e com reflexos diretos sobre a pobreza urbana.

(...) não nos parece satisfatória qualquer outra abordagem que não leve em consideração os efeitos da modernização, a nível internacional e local, sobre a economia urbana dos países pobres, ou o funcionamento da economia urbana pobre e sua relação com a economia moderna.
(...) A fim de que uma teoria da pobreza sirva como paradigma aos estudos urbanos, ao planejamento do emprego, ela deve definir a relação entre a economia da pobreza e a economia moderna, assim como a relação entre população pobre e economia pobre.” (p. 42-44)

No caso da metrópole paraense, os espaços da pobreza ganharam maior evidência nos últimos trinta anos, produtos de uma forte reestruturação urbana (TRINDADE JR, 1998), a exemplo da abertura de novas vias de circulação, redistribuição de investimentos terciários e expansão do serviço de

transporte público, ainda que de forma precária e muitas vezes clandestina são algumas das metamorfoses que a área metropolitana de Belém passa a conviver nesse limiar do século XX.

Harvey (1980) é bastante pontual quando relaciona as grandes transformações nas cidades com as possíveis e novas demandas do sistema urbano, de modo que

As cidades cresceram muito rapidamente nos últimos vinte anos ou mais (...). É muito fácil encarar essas mudanças como "naturais" e "justas", e como, simples, manifestação de ajustamento do sistema urbano a mudanças em tecnologia, mudanças em padrões de demanda e outras. Do ponto de vista político, contudo, deveria estar claro que esses ajustamentos na forma espacial da cidade provavelmente contribuem para produzir uma variedade de formas, de redistribuição de renda." (p.48)

No jogo da reestruturação mundial do capital, a lógica de produção da mercadoria imobiliária encontra na apropriação do espaço elementos da ordem próxima e da ordem distante, ampliando as possibilidades de se apreender esse movimento que atualmente aponta o tom sobre as "novas fronteiras urbanas da lucratividade" (SMITH, 2007, p.29).

Há, de certa forma, de se considerar o papel que o Estado e, sobretudo, os grupos econômicos comerciais e imobiliários exercem sobre os territórios da cidade. O espaço metropolitano de Belém se consolidou principal área de investimentos públicos e privados do setor de habitação. Grandes condomínios passaram a fazer parte da paisagem urbana local, juntamente com áreas de ocupação espontâneas que passaram a abrigar a população de menor poder de decisão política sobre os destinos do lugar.

Nesse sentido, os espaços da pobreza na metrópole de Belém, reforçados pelos números apresentados anteriormente, passam a apresentar não apenas aspectos econômicos e estatísticos, mas também uma dimensão geográfica bastante relevante para a compreensão das tessituras que fazem parte das estratégias urbanas dos diferentes agentes locais.

Considerando que no período de 2003 – 2016, a questão da pobreza passou ter centralidade nas estratégias governamentais de planejamento e gestão do território e que as políticas de proteção social, bem como os programas habitacionais reproduziram novas e contraditórias dinâmicas socioespaciais, sobretudo nas metrópoles brasileiras, pergunta-se: Qual a singularidade e a capilaridade que o programa MCMV, assumiu no processo de produção do espaço metropolitano a ponto de confinar e espraizar a recente produção imobiliária e os espaços de pobreza na metrópole de Belém/PA?

A formulação da questão central da pesquisa posiciona nosso pensamento no movimento da reestruturação imobiliária porque passam as metrópoles brasileiras e, na Amazônia Oriental, em especial da metrópole de Belém, tal movimento tende a refletir o nível de inserção que esse espaço assume nesses primeiros momentos do novo século. A recente modernização das atividades econômicas regionais, acompanhada pelo modelo de exploração predatória dos recursos naturais da floresta, repercutiu diretamente na produção do espaço metropolitano de Belém nos últimos anos, cujos indícios se expressam pelas diferentes formas de ocupação e uso do solo, determinadas pela emergência de múltiplos agentes. Dito isto, podemos desdobrar nossa questão central em algumas questões específicas, como forma de balizar a pesquisa, dentre elas:

- Qual a relação entre a modernização das atividades econômicas regionais e a produção do espaço metropolitano em Belém, no estado do Pará, no início do século XXI?
- Quais as dinâmicas que reforçam o movimento da reestruturação imobiliária e a produção do espaço metropolitano em Belém/PA?

Partindo do princípio de que a cidade capitalista funciona como um espaço relacional, a dimensão econômica, política e social que, historicamente, se estabelece nesse espaço comporta uma complexa teia de relações que certamente deslizam pelas diferentes escalas geográficas.

Dessa forma, pensar a cidade na Amazônia concomitante a forma metropolitana pressupõe apreender diferentes aspectos do processo de reprodução do espaço. No que diz respeito à problemática em destaque, torna-se bastante pertinente a apresentação da seguinte hipótese central:

- **Parte-se da hipótese de que a operacionalização do programa MCMV que envolve diversos agentes públicos e privados tende a intensificar as estratégias do mercado imobiliário e, ao mesmo tempo, confinar e espraiar os empreendimentos que visam a habitação social em espaços periféricos homogeneamente pobres, ratificando duas lógicas simultâneas, opostas e complementares da produção do espaço metropolitano de Belém/PA; a lógica da dispersão e concentração da produção imobiliária e lógica dos espaços de pobreza.**

Sabe-se que os grandes centros metropolitanos no Brasil têm passado por inúmeros problemas estruturais que, a cada dia, ganham mais destaque em noticiários nacionais. Tais problemas sugerem estudos e avanços por parte da sociedade e permitem a academia e seus acadêmicos uma valorosa oportunidade de interpretá-los.

Reconhecer o papel que a academia e os agentes sociais assumem nesse contexto de incertezas, seria o primeiro passo para desvendar as particularidades que as metrópoles têm apresentado nas últimas décadas, sobretudo pela forte inserção do país na dinâmica de circulação dos fluxos ditos globais.

Nesse aspecto, a ciência geográfica parece cumprir um importante papel no processo de reinterpretação das metrópoles, uma vez que a materialidade do chamado sistema-mundo se espacializa e redefine a dinâmica dos espaços metropolitanos, o que exige um exame mais profundo e particular desses espaços.

Desse modo, a proposta em destaque carrega como principal contribuição à ciência geográfica uma forma particular de interpretar o espaço e suas múltiplas relações. A questão urbana e metropolitana, vista pelo prisma da pobreza urbana posiciona o debate científico para uma série de

questionamentos que perpassam desde o plano econômico, passando pelo político, social, cultural e ambiental, até repousar no plano das ações dos diversos agentes que reproduzem o espaço das cidades.

No caso em destaque verificamos que, nos últimos decênios, na metrópole de Belém, ocorreu um acentuado acréscimo do número de pobres ou, conforme afirmou Santos (2008), um grande número de homens lentos que passam a compartilhar e (sobre)viver (n)os espaços da metrópole.

Nesse sentido, a proposta em questão coloca em relevo uma abrangente discussão acerca da produção do espaço urbano e metropolitano, com destaque para a maior inserção das políticas públicas habitacionais e sua intensa relação com os novos espaços de pobreza que desafiam a governabilidade das cidades brasileiras e em especial na metrópole paraense.

Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa caminha no sentido de preencher uma lacuna sobre os estudos urbanos em Belém, uma vez que grande parte dos trabalhos científicos sobre a dimensão urbana local tem privilegiado outros aspectos da produção do espaço. Pesquisas sobre rede urbana, verticalização do espaço, gestão dos recursos naturais, entre outros, são temas bastante recorrentes nos estudos publicados em nossa região.

Além disso, o estudo representa, de certa forma, a continuidade da proposta desenvolvida no momento da pesquisa de mestrado, na qual a investigação da temática urbana ganhou corpo com o estudo sobre a dimensão geográfica das feiras livres em Belém. Com o título “As Feiras Livres em Belém/PA: Dimensão Geográfica e Existência Cotidiana” obtivemos a oportunidade de produzir um vasto material científico sobre esses importantes espaços singulares de comércio, encontros e de expressão cultural e popular em Belém.

Agora, porém, a proposta de tese que ora se apresenta caminha no sentido de compreender a dimensão geográfica da pobreza urbana que, também, está presente nas feiras livres da cidade, e na atualidade se prolifera por diversos pontos do espaço metropolitano de Belém.

Retomando o debate sobre a questão da pobreza urbana colocamos à tona também a função que a chamada fronteira urbana (BECKER, 1990) passou a assumir na lógica de organização dos fluxos de produção e, com isso, incorporando a metrópole paraense em uma nova geografia cuja relação

plano/mercado salvaguarda as intenções e práticas espaciais dos diversos agentes locais que produzem e reproduzem o espaço.

Além disso, reposicionar o olhar para a metrópole tendo como prisma o momento latente em que as ações públicas e privadas produziram novas realidades nas diversas regiões brasileiras significa capturar o movimento contemporâneo de rearticulação do capital, sobretudo, financeiro e imobiliário na lógica de produção do valor, tendo na terra urbana o substrato de sua existência e que, na Amazônia oriental, em particular na metrópole paraense readaptou-se de forma dispersa e descontínua.

Portanto, o tema em destaque torna-se de grande valia para o movimento de produção do pensamento sobre o urbano e o metropolitano no âmbito dos estudos geográficos, uma vez que oportunizará a ampliação do debate acadêmico e o desdobramento da temática da pobreza urbana para além das grandes aglomerações urbanas tradicionais do centro-sul brasileiro, o que pressupõe novos desafios a interpretação do fenômeno metropolitano no novo século.

Cabe ressaltar que o caminho metodológico pensado tomou como premissa os objetivos concebidos com a reformulação da tese e, nesse contexto, procuramos refinar o pensamento sobre a operacionalização do método de análise.

Como ponto de partida, elencamos trabalhar com a noção de espaço metropolitano ao invés de Região Metropolitana. Isso se deve ao fato de que a noção de espaço imprime a ideia de movimento, dinâmica ou mesmo relação entre fatos, muitas vezes, contraditórios e que só se revelam no plano da dialética.

Entendemos que o recorte territorial institucionalizado carrega consigo uma camisa de forças às novas interpretações das metrópoles, uma vez que o alcance metropolitano pode estar fora de sua região, e se expressar como tal com diferentes ritmos e intensidades. Assim, podemos falar em espaços metropolizados, ainda que fora de uma dada Região Metropolitana institucionalizada.

Esse parece ser o caso do município de Barcarena, no estado do Pará, distante em linha reta a 30 km da capital, que não compõe oficialmente a Região Metropolitana de Belém, mas que incorpora fortes elementos da vida

metropolizada e competitiva da capital. O município de Barcarena ganhou destaque a partir da década de 1980, quando os grandes empreendimentos industriais voltados para a produção de alumínio e alumina passaram a fazer parte da paisagem do lugar.

Grandes porções de terras foram destinadas a esses empreendimentos fazendo com que a economia local ganhasse novas frentes de produção. Até então, o município de Barcarena tinha sua base produtiva voltada para a produção de farinha e extrativismo vegetal e animal, fato imperiosamente modificado com a inclusão da chamada cadeia do alumínio no lugar.

O destaque dado a esse município, como componente do espaço metropolitano, se deve ao fato de que nele se encontra a mais importante estrutura portuária da Amazônia Oriental, superando a de Belém, na capital. O porto de vila do conde, construído inicialmente para atender as demandas de exportação do alumínio, assumiu a condição de principal plataforma de exportação do estado do Pará, fortalecido com as novas demandas de grãos, minérios e carga viva de bovinos.

A instalação do “complexo industrial-urbano-portuário” imprimiu fortes relações socioespaciais com o núcleo metropolitano em Belém, posto que a urbanização concentrada de outrora, cedeu espaço a dispersão urbana de comércio, serviços, malha de transporte e de populações. Conforme sugere Trindade Jr (2015) sobre a dinâmica urbano-regional na Amazônia, “a metropolização se faz presente e passa ganhar, gradativamente, outros contornos que não se limitam a uma expansão do tecido urbano de maneira contínua e contígua ao modo das regiões metropolitanas do passado” (p.03). Isto quer dizer que tal processo pressupõe reestruturações, rupturas e alterações substanciais em termos de morfologia espacial.

Mapa 1: O Espaço Metropolitano de Belém/PA

No caso em destaque, o espaço metropolitano de Belém se caracteriza como um excelente exemplo desse novo desenho espacial. Nas palavras e Trindade Jr (2015)

A configuração da metrópole, nesse caso, adquire um novo formato espacial, marcado pela dispersão urbana articulada a uma relativa diversidade de fluxos, materiais e imateriais. Não se trata, portanto, de uma malha urbana contínua (...), mas de uma malha fragmentada e dispersa, cuja unidade é garantida pela intensidade de fluxos e de relações entre esses mesmos espaços descontínuos e relativamente dispersos (...).

Se a unidade dessa malha urbana fragmentada se potencializa por meio de fluxos e relações, é possível dizer que a recente dinâmica espacial empreendida pelo município de Barcarena, posiciona-o cada vez mais próximo ao núcleo central da metrópole, uma vez que as atividades produtivas locais tendem a se reorganizar considerando essa nova configuração metropolitana.

Esse movimento de reorganização da produção é acompanhado de perto pelo movimento das desigualdades sociais no município, cujo reflexo

maior foi a proliferação de espaços de pobreza intimamente ligados ao modelo predatório de exploração dos recursos naturais e humanos da região. A constituição de assentamentos humanos precários ao longo da rodovia PA-483 e o antigo bolsão de miséria de vila do conde, área vizinha a fábrica da Albrás-Alumínio S/A, são os grandes expoentes que expressam as desigualdades socioespaciais locais.

O segundo ponto de partida de nossa proposição metodológica de análise seguirá para o entendimento das características da urbanização regional amazônica e sua relação com o processo de metropolização do espaço em Belém. Tendo em vista as considerações de Becker (1990) sobre a existência de uma fronteira urbana, no âmbito da produção do espaço regional amazônico no período pós 1964, presume-se que uma de suas expressões foi a chamada urbanização concentrada, contribuindo decisivamente para a metropolização do espaço de Belém.

A partir daí, faz-se necessário discorrer sobre os elementos que indicam o reforço do processo de metropolização do espaço de Belém, tomando como base a reestruturação urbana vivenciada em diferentes subregiões amazônicas⁵. Elementos como o principal espaço de concentração populacional, econômica e de decisão política reafirmam a posição da metrópole em relação aos demais espaços subregionais da porção oriental amazônica.

Outro ponto de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa consiste na apreensão das dinâmicas espaciais metropolitanas, sobretudo a transição de um padrão de organização que se distância da interpretação urbana industrial e se aproxima de um padrão de organização que tem como força o capital financeiro e imobiliário, tendo como pano de fundo o debate

⁵ Becker (2004) propõe uma nova regionalização da Amazônia brasileira tomando como referência as recentes dinâmicas socioespaciais que imprimiram novas territorialidades locais e regionais. Assim, na visão da autora, a Amazônia brasileira apresenta as seguintes regiões: (I) a Macrorregião do Povoamento Consolidado, que corresponde a grandes extensões territoriais do Sul e Leste amazônicos abrangendo áreas de cerrado dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão e as áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre; (II) a Amazônia Central, que se estende do “centro do Pará e extremo norte de Mato Grosso à estrada Porto Velho- Manaus e à hidrovia do Madeira” (p. 151); (III) a Amazônia Ocidental que corresponde a uma extensa porção territorial comandada pelo “ritmo da natureza” e que apresenta uma particular “sociodiversidade”, recobrando extensas áreas dos estados do Amazonas, Acre e Roraima.

acerca da noção de reestruturação imobiliária proposta por Pereira (2015) e já previamente sinalizada na proposição da problemática.

Entendemos que a noção de reestruturação imobiliária coloca em pauta a dimensão do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução do capital e reposiciona o viés de interpretação sobre o urbano e o metropolitano. Nesta pesquisa, a noção de reestruturação imobiliária será contextualizada com as novas demandas do capital, sobretudo da produção do valor enquanto estratégia de apropriação e instrumentalização do espaço.

Tal condição será focalizada sob o prisma das políticas públicas habitacionais, que nos últimos anos ganharam fôlego e amplitude espacial. Trata-se de compreender a função cabal dos agentes públicos e privados na conformação dos espaços metropolitanos cada vez mais homogêneos, fragmentados e hierarquizados.

Para tanto, apoiamos nosso referencial teórico na obra de Henri Lefebvre cuja significativa reflexão sobre o espaço pressupõe a apreensão de diferentes níveis ou dimensões de análise. Conforme aponta Lencioni (2015), em Lefebvre

El espacio no tiene una lógica propia, su lógica es social, la de la sociedad que lo produce y la de como es producido. Esa sociedad, bajo el signo del capital se constituye en una sociedad que disciplinó el tempo, instauró el tempo de lo cotidiano con sus exigencias de horarios y repeticiones y desarrolló una forma de organización social repetitiva. Capturó el espacio, pues su producción vinculada a la idea de propiedad substrajo su condición de ser imprescindible para la vida. (p.73)

Ao revelar a dimensão social da produção do espaço, Lefebvre nos convida a mergulhar nas tramas do cotidiano, que se torna cada vez mais repetitivo. A ideia de repetição não estaria apenas em hábitos, gestos ou atitudes, mas principalmente na forma de produzir espaços, formas e “artefatos urbanos”.

A implementação das recentes políticas públicas urbanas no Brasil parecem caminhar no sentido da homogeneidade dos espaços, cuja aparência das formas arquitetônicas emergentes tende a negar a possibilidade da

diferença. Como aparência, revelam a face superficial das relações de produção e, ao mesmo tempo, a face hegemônica do capital incorporada na rentabilidade da terra.

Nesse sentido, o espaço se fragmenta, uma vez que as funções urbanas ditam as especificidades de apropriação e uso de frações do espaço e potencializa, com isso, a concepção mercadológica do espaço apropriado. Nas palavras de Lencioni (2015) “Las diferencias fragmentan lo homogéneo. El espacio parece lógica e historicamente fragmentado porque la fragmentación es inmanente a esa sociedad.” (p.75).

A produção do espaço na cidade capitalista contemporânea reforça o sentido da dominação e subordinação, bem como da valorização e desvalorização de fragmentos do espaço, fazendo com que as cidades espelhem, cada vez mais, o terceiro elemento de análise da tríade lefebvriana, que é a hierarquia. Esta, ganha sentido quando o homogêneo se fragmenta revelando a contradição, a diferença, sobre a qual a sociedade urbana estrutura seu cotidiano e suas ações. Por isso, concordamos com Lefebvre ([1972] 2008) quando afirma que

O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. (p. 62)

Neste caso, se a ideologia marca a produção do espaço e a política conforma sua legitimação, devemos compreender o verdadeiro sentido que as iniciativas públicas e privadas materializam no âmbito da produção social do espaço. Desse modo, orientamos nosso pensamento para o espaço metropolitano, cujo arranjo espacial dos objetos denota a força e a amplitude das estratégias de reprodução do capital em escalas jamais vistas.

Tais estratégias alimentam o movimento do capital sobre o espaço, uma vez que o capital imobiliário e financeiro, diferentemente do industrial, surgem como os novos componentes da produção e apropriação do valor,

apresentando a metrópole como “virtualidade de se constituir numa sobrevida do capitalismo” (LENCIONI, 2008:41).

A metrópole no contexto de globalização funciona como a cidade nos tempos de industrialização. São espaços produzidos com o objetivo de reforçar os laços capitalistas nas relações sociais de produção, cuja excelência de suas formas e funções se modifica e acompanha o próprio processo de reestruturação do capital.

Impõe-se, pois, uma lógica espacial que ratifica a determinação do espaço metropolitano como espaço da ação imediata e da ação virtual. Nesses dois movimentos, encontramos o conflito, a contradição e a diferença, na forma de produzir e reproduzir propriedades, que se justificam pela valorização imobiliária local, associada à lógica de acumulação global pela noção de reestruturação.

Diante disso, reforçamos nossa opção metodológica de relacionar a noção de reestruturação imobiliária, entendida como um momento de transição entre a urbanização tradicional e a metropolização do espaço, como forma de explicar as contradições socioespaciais oriundas da reestruturação do capital. Nesse contexto, a produção da habitação social e a consequente reconfiguração dos espaços de pobreza na metrópole de Belém/PA será compreendida como produto social historicamente determinado.

Uma terceira opção metodológica que será plenamente estruturada nesta pesquisa buscará a análise das políticas habitacionais brasileiras, realizando uma espécie de resgate desde as primeiras intenções do Estado na promoção da habitação social, até os momentos atuais de desenvolvimento e aplicação do chamado Plano Nacional de Habitação, cujo espelho maior é, sem dúvida, o programa Minha Casa Minha Vida.

Além disso, a análise desses diferentes momentos possibilitará a apreensão da real dimensão que as políticas habitacionais têm sobre a produção do espaço urbano e metropolitano, posto que a terra urbana passa a apresentar novos elementos de valorização e capitalização que tangenciam os processos de expansão e segregação urbanos.

Na Amazônia, em especial na metrópole de Belém, podemos afirmar que as políticas habitacionais tiveram grande ressonância na conformação de uma morfologia espacial urbana e metropolitana dispersa e descontínua, fato

que pode ser confirmado pela expansão e diversificação dos espaços de pobreza sobre o tecido metropolitano.

Portanto, a organização da pesquisa estará assentada em três grupos analíticos, quais sejam: a) A urbanização regional amazônica e a metropolização do espaço em Belém/PA; b) A produção imobiliária e a reestruturação metropolitana em Belém/PA; c) A produção da habitação social e a reconfiguração dos espaços de pobreza no espaço metropolitano de Belém/PA.

Assim, a tese foi dividida em três capítulos nos quais se discute a pobreza como fenômeno multidimensional, buscando compreender sua relação com o processo de reprodução desigual do espaço na metrópole de Belém.

No primeiro capítulo aborda-se a pobreza enquanto um fenômeno plural que marca o período da contemporaneidade. Há uma breve revisão da literatura sobre tema pobreza e sua relação com os aspectos da sociedade moderna, marcada por diferentes formas de interpretação sobre a questão. Trata-se de abordar a pobreza como um fenômeno multidimensional e revelar as suas diferentes formas de institucionalização social e política.

Já no segundo capítulo, há uma aproximação direta com a manifestação da pobreza urbana na Amazônia e, mais especificamente, serão expostas as diferentes formas de expressão da pobreza sobre o espaço metropolitano de Belém, tomando como premissa a ideia de produção social do espaço.

No terceiro capítulo, trataremos de abordar a pobreza em sua dimensão política, cuja captura na forma da produção imobiliária, irá revelar uma de suas principais dimensões – a expressão do poder.

À guisa de conclusão aborda-se o movimento de passagem da pobreza capturada à pobreza (urbana) regulada. Trata-se, nesse momento, de desvendar a relação da pobreza com a produção da habitação social, capaz de fornecer instrumentos de reprodução desigual do espaço na metrópole de Belém.

CAPÍTULO 1

Pobreza(s): a pluralidade desse fenômeno contemporâneo

Neste capítulo, abordaremos o tema da pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, levando em consideração os vários aspectos que delinearam os estudos, as definições, as classificações e as tipologias da pobreza enquanto um problema social contemporâneo, que tem assumido centralidade no âmbito de atuação de organizações multilaterais e governos nacionais.

1.1 Pobreza: a multidimensionalidade de uma noção

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

(Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, em 01/01/2003)

O início do ano de 2003 no Brasil foi emblemático. Pela primeira vez na história, chegava ao mais alto cargo do poder executivo brasileiro um cidadão cuja origem remonta às camadas populares, contradizendo a lógica política da história do país. O discurso proferido no primeiro dia do ano de 2003 refletia algumas questões estruturais que, ainda hoje, assolam a sociedade. Tais questões colocaram em cena o binômio que parece ser uma das principais marcas da história de construção da nação brasileira: **prosperidade-desigualdade**.

Ao pontuar os principais momentos econômicos, o então presidente não apenas lembrou o passado extremamente problemático, mas também posicionou o presente marcado pela aflição da fome, situação vivenciada por um grande número de brasileiros. Naquele momento, o problema da fome soava mais como questão política, uma vez que passou a sustentar grande parte das iniciativas do Estado brasileiro.

A célebre obra de Josué de Castro intitulada “A Geografia da Fome”, publicada no ano de 1946 iluminou o cenário do chamado subdesenvolvimento brasileiro e acenou para um grande entrave ao projeto de desenvolvimento nacional concebido anos depois. Ao analisar a ocorrência da fome e da desnutrição no Brasil como sendo produtos de questões políticas, o autor

desmobilizou qualquer argumentação defendida sobre a relação entre a fome e os diferentes aspectos naturais do território e posicionou o problema no patamar das ações públicas.

Assim, a fome passou a ser compreendida como um dos principais problemas sociais. A ideia de que o salto desenvolvimentista, atrelado ao funcionamento de modernos parques industriais, possibilitaria um maior equilíbrio entre as regiões brasileiras e a conseqüente redução das desigualdades, não foi concretizada. Ao contrário, o país tornou-se mais desigual do ponto de vista da produção e geração de renda, agravando ainda mais os problemas estruturais crônicos como a fome, por exemplo. A figura abaixo, capa de uma importante revista brasileira de circulação nacional, ilustra a situação.

Figura 1: Capa, revista Veja, ano de 2002.

O fragmento em destaque do discurso oficial do então presidente da República eleito para iniciar seu governo no ano de 2003 revela a fome como o grande desafio histórico a ser superado. O acesso a alimentação como condição cabal da dignidade humana reposiciona o viés de ação pública do

governo, de modo que o lançamento do Programa Fome Zero ainda nos primeiros meses de governo foi o grande balizador das estratégias governamentais.

O combate direto à fome passou a ser compreendido como a principal marca do combate à pobreza, uma vez que a associação entre acesso a alimentação e a capacidade de desenvolvimento das propriedades cognitivas tornava-se central para se alcançar os resultados sociais previstos.

Dizia-se que o Brasil entrava em uma nova era, em que o aspecto social seria bem mais relevante que os números da economia. A centralidade das políticas públicas em áreas como proteção social, renda e habitação a partir do ano de 2003 foi, sem dúvida, algo surpreendente, levando em consideração a tendenciosa trajetória política do país.

Passados mais de uma década de todo esse contexto de “inovações políticas” a fome ainda persiste, assim como a pobreza. O cenário atual aponta para um exponencial aumento da desigualdade no Brasil. O breve período no qual o governo federal foi comandado pelo partido dos trabalhadores trouxe a esperança e a possibilidade de reafirmar compromissos sociais mais urgentes. A expectativa pelo novo modelo de gestão pública em que as necessidades coletivas se sobrepusessem àquelas dirigidas pelo grande mercado parece não ter sido contemplada, comprometendo o próprio sentido das ações públicas.

As barreiras políticas historicamente constituídas têm feito do Brasil um país de grandes desafios. A mobilização de esforços no sentido de mitigá-las via redirecionamento dos investimentos públicos indica que não foi uma estratégia suficiente. A questão da fome no Brasil é apenas uma, dentre tantas que merecem atenção especial. Não apenas pela secularidade da questão, reforçada pelo discurso presidencial, mas pela condição de precariedade alimentar a qual estão submetidos diariamente milhões de brasileiros.

Nesse sentido, ainda “teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha”. Os mais recentes dados oficiais indicam que mais de 10 milhões de pessoas ainda convivem com a fome no Brasil. O período compreendido entre 2003 a 2016, ano em que teve o “encerramento” do governo petista, não foi suficiente para dar conta dos problemas estruturais crônicos, ainda que se percebam inúmeros avanços em certos setores. O mosaico abaixo indica algumas das estratégias de atuação do governo daquele período.

Figura 2: As principais políticas públicas implantadas no Brasil no período de 2003-2016.

O leque de iniciativas governamentais demonstra certa preocupação com as questões sociais, além de mobilizar esforços no sentido de expandir e modernizar a estrutura do território. O Plano Brasil sem Miséria, concebido pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acaba ratificando a questão da pobreza como questão social. Isso implica em afirmar que a institucionalização da pobreza reposicionou as ações governamentais no Brasil.

Ademais, a implantação do programa Bolsa Família e do ambicioso programa habitacional Minha Casa, Minha Vida instrumentalizaram o terreno institucional que teve como âncora o fortalecimento das ações no âmbito dos setores de proteção social, renda e habitação. Assim, a arquitetura governamental foi desenhada e o enfrentamento às questões centrais, como a pobreza, pôde ser viabilizado.

Como parte dessas estratégias era preciso compreender a complexidade da pobreza enquanto questão social. Tal complexidade passa pelas diferentes ações que estimulam a reconfiguração do espaço, ou seja, a pobreza enquanto questão só se torna central quando questiona o sentido da governabilidade, sobretudo nas cidades.

Assim, compreender a pobreza levando em consideração sua historicidade e sua institucionalidade parece ser o caminho mais adequado e menos tortuoso, de modo que resgatar o sentido e as representações construídas em torno do que é ser pobre nesse país, se torna condição fundamental para revelar a peculiaridade da questão, a qual tem apresentado uma grande diversidade de discursos ao longo dos anos.

O primeiro elemento, a historicidade, nos permite identificar a relação que os diversos sentidos e representações sobre a pobreza apresentam com as longas transformações políticas e econômicas tanto em nível nacional, quanto em nível regional, uma vez que cada uma delas tende a expressar diferentes vivências de pobreza, dada a particularidade da formação histórica e territorial do Brasil e em especial da região amazônica. Assim, podemos compreender a pobreza enquanto construção social, produto de relações sociais desiguais no tempo e no espaço.

O segundo elemento, a institucionalidade, nos permite compreender as recentes formas institucionais da pobreza, ou seja, buscar a compreensão da

pobreza como condição social reconhecida e os chamados pobres como um conjunto de pessoas cujo status social é definido por instituições especializadas.

Sendo assim, ao longo do tempo a noção de pobreza foi concebida levando em consideração certos aspectos do tempo e do espaço. Isso implica em dizer que ser pobre é uma condição relativa que se diferencia dentro de um determinado contexto social, ou seja, a pobreza pode ser compreendida como parte de uma totalidade socioespacial em constante movimento.

O caráter multidimensional da pobreza reside justamente no fato de que sua compreensão deriva das diferentes formas de inserção do pobre no conjunto social, isto é, a maneira pela qual a pobreza e o pobre são reconhecidos como categorias potencialmente passíveis de apreensão, sejam em forma de dados matemáticos ou mesmo de políticas focalizadas.

Não por acaso, muitas têm sido as definições concebidas sobre a pobreza e o pobre no âmbito das ciências humanas. A questão central não está na importância que a pobreza assume no cenário econômico de determinado período, mas sim na forma de interpretação mobilizada pelo Estado para fins políticos.

Nesse sentido, concordamos com as reflexões de Lavinias (2002) sobre a importância de se compreender as nuances que cercam o estudo sobre a pobreza. Para a autora,

Mapear o contexto em que evolui esse fenômeno implica, portanto, identificar suas formas de representação, as diferentes temáticas que deram a tônica ao debate, polarizaram alternativas ao seu enfrentamento, orientaram a ação pública com vistas a regular a pobreza e reconfiguraram recorrentemente as políticas e estratégias voltadas para a sua superação. (p. 26)

A trajetória que a noção de pobreza tem apresentado ao longo do tempo é fruto da construção intelectual de inúmeros pensadores, que se debruçaram ao longo de décadas sobre o perfil, as características e as particularidades que o termo pobreza assumiu em cada contexto social.

Nesse sentido, resgatar parte desse movimento constitui-se condição básica para se projetar e compreender cenários políticos contemporâneos que têm no termo pobreza, a chave para se chegar à governabilidade. Isso implica em deslocar a questão da pobreza do cenário tipicamente econômico e posicioná-la enquanto fenômeno político.

A pista para a compreensão desse movimento associa-se à ideia de regulação da pobreza, conforme Lavinias (2002). Tal regulação sugere um verdadeiro pacto de coesão social, que é na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado (LAVINAS, 2002, p. 26).

Ao reposicionar o debate sobre o fenômeno da pobreza, não estamos apenas atualizando o que há de novo ou mesmo apresentando o que há de diferente sobre a pobreza, mas sim privilegiando um ângulo de interpretação e compreensão de um fenômeno que operou e opera institucionalizando-se nas mais diversas estruturas do Estado.

Isso implica, de certa maneira, compreender que o termo pobreza passa a ter sentido mais amplo, no momento em que sua definição e sua utilização tornam-se essenciais para mobilizar um conjunto de ações públicas capazes de atenuar seus efeitos diante do quadro social.

Além do mais, pensar a pobreza como uma categoria da ação e da mobilização política pressupõe alimentar o princípio da cidadania, ainda que em termos precários de participação e decisão política coletiva.

As indicações apontadas por Lavinias (2002) sugerem não apenas reconhecer a pobreza, ou melhor, as formas de combate a pobreza como estratégias políticas alimentadas pelo anseio a boa governabilidade, mas, sobretudo, compreender que a pobreza tem na sua composição, enquanto fenômeno político, indicações multidimensionais que derivam do modo de produção e do modelo de sociedade que a (re)produz.

Por isso, Santos ([1978]2009) nos alerta sobre essa importante questão, na qual estamos lidando com uma noção historicamente determinada, cuja medida válida deve levar em consideração a situação relativa de cada indivíduo na sociedade.

A preocupação é pertinente a ponto de colocar em relevo uma das principais características da pobreza enquanto questão social, qual seja: a

relatividade da situação do pobre. Isso quer dizer que, dependendo do momento e do critério de classificação, ser pobre constitui-se numa condição transitória.

Eis aqui um dos maiores dilemas presentes nos estudos sobre a pobreza. A definição e a classificação do pobre e da pobreza são tênues. Depende de critérios os mais diversos possíveis, bem como dos interesses institucionais que, em muitas das vezes, estão articulados às lógicas globais de mercado e de reprodução do capital.

Nesse sentido, a pobreza serve como um instrumental de ação política, uma vez que é, antes de tudo, uma condição espacial e social, na qual grupos de indivíduos passam a ser assistidos e capturados em dados estatísticos que revelam uma dimensão limitada da questão.

Santos ([1978] 2009) nos alerta dessa importante etapa do processo de construção do conhecimento acerca das ambigüidades da definição do que representa a pobreza enquanto um problema social. Para ele,

A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (p.18)

Aqui a preocupação do Geógrafo vai além do simples fato de classificar e definir a pobreza, porque como noção dada historicamente, quantificá-la a partir da produção de dados matemáticos torna-se menos compreensiva do ponto de vista da análise social, cuja redução explicativa provocada pelo emaranhado de números serve muito mais para escamotear a realidade e justificar a ação política focalizada.

Não é de se estranhar que o uso do termo pobreza, ao longo do tempo, serviu para demarcar o terreno de atuação das diferentes esferas do poder público em diferentes dimensões, o que necessariamente forçou a sua definição e classificação, em um dado momento.

Assim, inúmeras foram as tentativas de definir o que a pobreza é e como ela se expressa diante do conjunto social. À primeira vista a ideia de pobreza

esta associada à ideia de desigualdade. A pobreza, nesse caso, seria produto de condições adversas de sobrevivência, uma vez que representaria a mais singular das anomalias do sistema produtivo.

Resgata-se, portanto, o binômio prosperidade/desigualdade presente no então discurso presidencial no primeiro dia de governo no ano de 2003, no Brasil. Ali estava evidente que pobreza e economia funcionavam como pares de uma mesma relação. Não por acaso, o chamado combate a pobreza no Brasil, a partir de então, foi alimentado por uma série de iniciativas que colocaram o pobre na condição de partícipe efetivo da vida econômica do país.

Essa visão que muitos intelectuais denominam de economicista é a prova de que a multidimensionalidade da questão da pobreza tende a incorporar o discurso rentista como o único aceitável para se compreender as mazelas provocadas pelo modo de produção, ainda que limitado em sua forma de explicar e legitimar as ações assistencialistas.

Não se pode, sob qualquer hipótese, reduzir a questão da pobreza ao problema da renda, já que esta é uma medida de valor temporária, passível de constante revisão em torno de critérios mais ou menos consolidados nos manuais estatísticos. Tais manuais se constituem em dados que operam no sentido de fotografar a realidade monetária da sociedade e afirmar a importância das necessidades básicas como motor de superação da pobreza.

Quando pensada por esse prisma, a questão da pobreza é reduzida a um simples problema de ordem econômica ou mesmo a parâmetros de natureza puramente material. Nesse aspecto, ser pobre é apresentar um reduzido poder de compra geralmente menor que o normal para o ambiente em que vive.

Diante do exposto, concordamos com Santos ([1978]2009) para quem é possível identificar “diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto dentro de cada país. Por isso, não tem sentido procurar uma definição matemática ou estatística (p.18)”.

Bresciani ([1982]2004) resgata uma importante contribuição acerca do tema ao descrever e analisar o fenômeno das aglomerações humanas e o modo de vida urbano do final do século XIX nas cidades de Londres e Paris. A percepção do movimento confundido com a premissa do caos urbano marcou um traço peculiar na vida de milhares de pessoas que passavam a

experimental o fervilhar das ruas e fábricas europeias como plataformas da modernidade.

A ideia da “positividade do trabalho” grafou uma nítida distinção daqueles que trabalhavam e cumpriam com o seu dever cívico social, daqueles que viviam em arrabaldes urbanos crivados pela indolência, a vadiagem ou mesmo praticando pequenos crimes e colocando em xeque a ordem social constituída. Separa-se, portanto, o homem moderno voltado para cumprir seus desígnios sociais diante do Estado e da coletividade em geral, do homem incapaz, pobre e com forte desapego a ordem social produtiva.

A união de homens que se submetem a um *governo* para salvaguardar sua *propriedade*, ou seja, a vida, a liberdade e a riqueza de que desfrutam já no estado de natureza, por uma lei natural, refere-se justamente à atividade de apropriação necessária à *preservação da vida*. Decorre disso o direito de cada homem conservar sua vida por meio da apropriação dos produtos naturais da terra e ser a atividade de apropriação, o *trabalho*, considerado a fonte da propriedade, da riqueza, de todos os valores e, principalmente, da própria humanidade. E, dado que o homem tem a propriedade de sua própria pessoa, a labuta de seu corpo e o trabalho de suas mãos são propriamente seus; são necessários para a reprodução de sua própria vida. (Bresciani, [1982]2004: 84)

Aqui a relação governo, propriedade, trabalho fica bastante evidente a ponto de torná-la imprescindível a qualquer forma de preservação da vida. Distingue-se, pois, dentro do quadro social homens fisiologicamente iguais, porém distintos na forma de conceber a modernidade que se apresentava. A vida urbana e industrial impunha um espírito ao trabalho como forma de conquistar a liberdade e a proteção social, por meio da propriedade.

Nesse sentido, estar de fora dessa nova forma de pensar, produzir e participar da construção da modernidade implicava, também, a perda da “capacidade de viver uma vida racional”. Diante disso, a pobreza era considerada

uma demonstração de deficiência moral; os pobres mereciam ajuda, mas essa era dada de uma posição moral superior. Objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor, os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral (Bresciani, [1982]2004: p. 88).

Galbraith (1979) em “A sociedade da pobreza” nos revela outra importante dimensão que o termo pobreza incorpora. Trata-se da noção de “política da pobreza”. Nesta, o tema pobreza é explorado seguindo a perspectiva analítica da evolução histórica dos povos e nações. Pressupõe, pois, reconhecer a trajetória de afirmação e legitimação das ações da sociedade àqueles tidos como necessariamente pobres.

A política da pobreza, nesses termos, constitui-se numa importante estratégia de consolidação das agendas públicas no que tange a assistência e a construção do pacto social entre Estado, sociedade civil e mercado. A preocupação a esse respeito fica mais evidente quando, nas palavras, do autor

Tem sido dito e redito – exagerando talvez um pouco, que a pobreza é o pior e o mais generalizado dos males do homem. A pobreza gera muitas dores subseqüentes – desde a fome e a doença até à agitação social e à própria guerra. (GALBRAITH, 1979: 30)

Necessariamente, não é de se estranhar que o clima de instabilidade política e social em uma determinada sociedade tenha relação direta com as oportunidades de maior participação da vida coletiva, ou seja, é a capacidade expressa em termos de cidadania que tende a regular as relações sociais de produção, sobretudo em tempos de (re)produção contemporânea e contraditória da vida urbana e metropolitana.

Outra importante chave para se compreender a dimensionalidade do termo pobreza, diz respeito à análise elaborada no bojo das transformações da segunda metade do século XX, defendidas por Demo (1988) para quem

não estamos habituados a considerar como pobre a pessoa privada de sua cidadania, ou seja, que vive em estado de manipulação, ou destituída da consciência de sua opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos (p.07)

A crítica proposta pelo sociólogo é bastante pertinente a ponto de resgatar certas noções que, em muitas análises, são misteriosamente camufladas ou mesmo negligenciadas por conta de interesses difusos. Ao associar a noção de pobreza à ideia de consciência política, o autor extrapola em muito a capacidade de compreensão da pobreza enquanto questão e não como problema social.

Nesse aspecto, afirmar que “a lógica da quantidade é mais facilmente captável que a lógica da qualidade” (p.08) reposiciona o olhar e a percepção da questão da pobreza. Isso porque trata a noção de pobreza privilegiando sua dimensão política, na qual as diferentes estratégias de participação da vida coletiva se ampliam e ultrapassam os limites impostos pelo fator renda. Ser pobre e conviver com a pobreza significa, antes de tudo, não mobilizar estratégias políticas suficientes que permitam a plena emancipação e o reconhecimento de tal condição.

Em se tratando da realidade brasileira, foco de análise do autor, redimensionar o olhar e a conseqüente compreensão do fenômeno da pobreza nos impõe um duplo desafio: primeiro, perceber que o fato pobreza não se confunde com a questão da pobreza e, segundo, que a constatação dessa hipótese tem relação imediata com a não utilização de uma estrutura analítica ambivalente e pouco compreensiva sobre a questão.

Os mais recentes estudos publicados sobre o tema pobreza têm mostrado basicamente uma concepção universal do que poderíamos compreender sobre a pobreza. Trata-se, em grande medida, de tentar unificar discursos ambivalentes sobre a situação econômica dos países e fazer crer que a intensificação das relações capitalistas neoliberais pode reorientar padrões de desenvolvimento adequados a superação da pobreza.

Essa premissa tem sido bastante aceita mundo afora, sobretudo, em realidades como a brasileira, que historicamente forjou um modelo de desenvolvimento baseado na exploração predatória das potencialidades

naturais e sociais presentes no território. A desigualdade na forma de produzir e (re)produzir o bem estar comum foi o resultado mais expressivo de tal “escolha”.

Por isso, quando tratamos da pobreza como fato é preciso não cair na armadilha dos números e das estatísticas programadas para explicar a realidade atomizada, livre das contradições que cercam as relações sociais de produção. O fato pobreza é puramente dominável e manipulável a ponto de estabelecer que o pobre é aquele que expressa a incapacidade de acumular renda.

Concepção totalmente refutável e combatida por Demo (1988) para quem é preciso compreender que

A pobreza política é uma tragédia histórica, na mesma dimensão da pobreza sócio-econômica, e se retrata, entre outras coisas, na dificuldade de formação de um povo capaz de gerir seu próprio destino e na dificuldade de institucionalização da democracia. O fato de a ciência não ter tratamento adequado ao fenômeno não é problema do fenômeno, mas da ciência, ainda metodologicamente despreparada. (p.08)

Não é de se estranhar que, em sua análise, expressões do tipo “pobreza política” e “pobreza sócio-econômica” ganhem força e ressonância. À primeira vista parecem dois tipos de pobreza convivendo em um mesmo contexto social. A adjetivação aqui parece ter mais sentido semântico que propriamente científico, uma vez que toda a pobreza expressa fragilidades políticas e financeiras. Em muitas situações, compreender a maneira pela qual a pobreza se manifesta, com suas características e como ela é institucionalizada pelo discurso de planejadores e tecnocratas, torna-se bem mais relevante.

Assim, a concepção criada em torno do que é ser pobre e da pobreza enquanto questão caminha no sentido de disseminar a necessidade urgente de intervenções públicas no combate as causas da pobreza. Para tanto, é preciso apropriar-se da ideia de que o pobre e a pobreza refletem o que de mais dramático existe na estrutura de uma sociedade, e que o seu enfrentamento depende substancialmente do nível de capilaridade dos programas de assistência social.

Temos, pois, a emergência da relação quantidade/qualidade na compreensão do fenômeno da pobreza. Tal relação expressa o quanto o tema pobreza tem sido explorado privilegiando a perspectiva analítica dual, em que a possível solução para a questão pressupõe identificar e diferenciar o pobre do não pobre.

A pobreza enquanto categoria de análise pode e deve ser compreendida como “produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 1988: p. 11). Basta saber que tipo de vantagens sociais serão necessárias para proporcionar e superar a condição de pobreza num país em que a história de construção das desigualdades é concomitante a história da injustiça social.

Ratificando essa premissa, Demo (1988) nos permite refletir ao afirmar que “pobreza não é um dado natural, mas produto de tipos históricos de organização da sociedade. Não é carestia dada, mas desigualdade produzida” (p. 18).

Trata-se, sem dúvida, de uma posição sociológica na forma de conceber o entendimento do tema pobreza. Sua multidimensionalidade permite não só interpretá-la como ponto de desequilíbrio e desajuste social, mas como processo contraditório na forma de reprodução das relações sociais de produção.

Em trabalho de grande relevância sobre os aspectos que cercam a noção de pobreza no Brasil, Sprandel (2006) nos apresenta aquilo que denomina de “genealogia da categoria pobreza”. Diferentemente do que se convencionou definir como pobreza, o estudo aponta uma importante dimensão assumida pela noção de pobreza ao longo do tempo. Trata-se da “naturalização da pobreza” em grande parte das interpretações sobre o Brasil.

É aceitável que no atual momento histórico os assuntos de grande mobilização nacional ocupem o espaço mais central nas agendas públicas e dos diversos segmentos sociais. No entanto, o que se verifica com a questão da pobreza é algo muito recente. Somente no final do século XX a centralidade da questão foi reconhecida e passou a ocupar as preocupações de intelectuais e organizações governamentais.

Pode-se afirmar que, historicamente, a pobreza não foi a atriz principal dos grandes debates nacionais. Configurou-se, antes disso, como um cenário imóvel ou eterna coadjuvante, que tinha como função apoiar os grandes atores: raça, povo e organização nacional. Até o final da II Guerra Mundial, nossos pensadores se preocupavam, sobretudo, em saber se – com a configuração racial que nos coube – teríamos condições de nos transformar algum dia em uma nação. (Sprandel, 2006: 84)

Até então, o que se tinha como grande preocupação nacional era o fato de o Brasil ingressar no trilha da modernidade e incorporar as categorias tipicamente geopolíticas de nação e organização territorial na pauta de mobilizações urgentes e necessárias.

Quando a autora chama a atenção para o processo de constituição da pobreza enquanto questão nacional, esta passa a se apoiar na ideia de mestiçagem, cujo processo de mistura de raças e povos justificaria a diferenciação social existente, “ocultando e justificando o pobre no negro ou no mestiço” (p.85).

Pensamentos como esses criaram uma série de representações sobre a pobreza no Brasil e, de certa forma, camuflaram a realidade social existente, a ponto de relacionar a pobreza à incapacidade intelectual e produtiva de negros, índios e mestiços, cuja ausência de organização inviabilizaria qualquer projeto de modernidade. Sobre essa maneira de compreender o fenômeno da pobreza no Brasil, a autora afirma que

A pobreza aparece em tais análises principalmente para adjetivar aqueles que eram considerados os nossos verdadeiros problemas. Ora aparece como resultado da mestiçagem, ora da escravidão. As análises sobre as classes baixas urbanas, embora fizessem referência à pobreza, centravam-se principalmente na peculiaridade potencial das mesmas, enquanto os moradores do interior eram analisados a partir de sua apatia, sua tristeza e suas doenças. (SPRANDEL, 2006: 84)

Como se percebe, associar a pobreza à ideia de incapacidade e indolência de grupos sociais considerados “inferiores” foi a tônica que deu

suporte às interpretações de muitos intelectuais preocupados com o projeto de nação que se vislumbrava naquele momento de início do século XX.

As representações e discursos sobre a pobreza não apenas estigmatizaram um grande número de brasileiros, como também fizeram com que o tema ganhasse corpo pelo ângulo da discriminação e segregação, processos pelos quais foi possível diferenciar e legitimar as condições de desenvolvimento da nação. Nestes termos, a pobreza seria uma constante coadjuvante, senão uma decorrência da mestiçagem das raças antagônicas (Sprandel, 2006).

Somente a partir da segunda metade do século XX, com o processo de modernização da economia e da ampliação das desigualdades em nível nacional e regional é que o tema pobreza passa a ser amplamente debatido, tendo como fio condutor a “situação das classes sociais”. Rompe-se com a interpretação mais antropológica sobre a pobreza e privilegia-se a análise sociológica.

Neste momento, o tom dos debates ecoava e questionava o sentido do projeto de nação imposto pelo regime de exceção e nele o lugar dos direitos individuais e coletivos das “camadas populares”. Isso se deve, em muito, a mudança no perfil dos cursos universitários que passaram a aprofundar especializações universitárias e priorizaram os “estudos de classes e estruturas sociais nos quais a pobreza aparece como um problema a ser resolvido via processo democrático” (SPRANDEL, 2006:85).

Dessa forma, os estudos sobre a pobreza tiveram uma nova orientação, passando a incorporar os desafios que o tema precisava superar. Entre os quais, podemos destacar aqueles de fundamentação marxista, isto é, revisar as análises sobre a formação social brasileira tomando como ponto de conexão a ideia de contradição⁶.

⁶ Parte deste processo foi analisado por Miceli (1989), para quem os anos de 1960, especialmente até 1964, foram marcados por transições e diferenciações importantes no interior dos grupos mais representativos das ciências sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Miceli enfatizou em seu trabalho os intelectuais paulistas, a partir da terceira geração da escola sociológica paulista, onde despontaram os primeiros orientandos de Florestan Fernandes: Octávio Ianni, Maria Sílvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique Cardoso. (SPRANDEL, 2004: 115-116)

Nesta vertente teórica, em sua perspectiva clássica, a pobreza apareceu como o resultado da exploração do homem pelo homem que deveria ser superada no devir da luta de classes (SPRANDEL, 2004: 116). Talvez aqui, resida grande parte das interpretações sobre o tema pobreza já na segunda metade do século XX, momento em que as análises sociais em trabalhos acadêmicos estavam mais ancoradas na ideia de exploração da sociedade pelo sistema capitalista de produção⁷.

Retomando as considerações de Lavinias (2002) podemos identificar alguns parâmetros que nortearam a definição do conceito de pobreza. Tais parâmetros fornecem pistas essenciais para se compreender a complexidade do tema, bem como delimitar o pensamento acerca do fato pobreza. Isto porque, compreender a pobreza como fato pressupõe afastá-la da noção de problema social.

A diferença entre pobreza como fato e pobreza como problema reside na maneira pela qual o tema é abordado. Compreendê-la como fato nos permite melhor qualificá-la como tema de investigação científica. Ao passo que privilegiar a sua análise como problema social poderá criar armadilhas metodológicas que colaboram muito pouco para a sua completa compreensão, a exemplo das demasiadas estatísticas que servem de amparo aos tecnocratas e planejadores do Estado.

Por isso, Lavinias (2002) nos alerta da importância de se buscar uma interpretação menos viciosa, do ponto de vista da reprodução dos discursos, e mais científica sobre o tema da pobreza, uma vez que sua multidimensionalidade se expressa pelas diferentes formas de regulação, seja por parte do Estado ou mesmo por agentes sociais incorporados à lógica de mercado.

Dentro desse contexto, destacam-se três grandes e importantes correntes do pensamento contemporâneo que buscaram teorizar sobre o tema pobreza. Tratam-se das abordagens da

⁷ Florestan Fernandes (1964) ao analisar a forma pela qual o negro foi integrado à sociedade de classes destaca que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. (p. 05)

definição simmeliana da pobreza, pelo viés da assistência, o enfoque renovado das necessidades básicas insatisfeitas e a concepção de Sen, segundo a qual ser pobre é ter sido destituído das condições de agir em prol da obtenção de um nível aceitável de bem-estar. (LAVINAS, 2002: 34)

A abordagem de cada corrente nos posiciona diante daquilo que tem norteado a elaboração de programas de governo em quase todo o mundo sobre a questão da pobreza. Em muitas ocasiões, como no caso brasileiro, as políticas públicas com base assistencialista e voltadas à proteção social têm admitido pelo menos uma dessas formas de interpretação da pobreza para sustentar ações focalizadas.

É o caso da chamada “definição simmeliana da pobreza”. Tal concepção tem ancorado grande parte das interpretações sobre a pobreza no território brasileiro. Além do mais, tem justificado a elaboração de estratégias de enfrentamento a pobreza, sobretudo, quando pensamos a função do Estado no que tange a assistência social como forma de equalizar as demandas.

Por outro lado, as demais formulações sobre a pobreza também ganharam terreno no âmbito das instituições governamentais nacionais e supranacionais, além de equalizar certos discursos em entidades econômicas e organizações não governamentais, tema que será mais bem desenvolvido a seguir.

A mobilização das ações de enfrentamento do quadro de pobreza em muitos países, sobretudo o Brasil, toma como ponto de apoio algumas etapas consideradas estratégicas, que podemos destacar também como norteadoras de um modelo de padronização objetiva. Assim, definir, classificar, quantificar e publicizar são etapas inerentes a legitimação da pobreza como questão, algo a ser combatido em prol dos princípios da boa governabilidade.

Quando Lavinas (2002) nos apresenta as três grandes vertentes que formularam interpretações sobre a pobreza ao longo do século XX, também nos passa a mensagem de que o tema carece de ideias universais. Daí a necessidade de equalização de um discurso, por parte de instituições públicas, entidades civis organizadas e organizações supranacionais.

Equalizar o discurso sobre a pobreza pressupõe assentá-la em bases de interpretações comuns, ou seja, uniformizar padrões sistêmicos de identificação e quantificação de uma questão social e submetê-la aos desígnios da linguagem puramente estatística.

É justamente por esse caminho que as principais proposições de enfrentamento às desigualdades sociais e proteção social têm ganhado corpo e operacionalizadas na estrutura institucional do Estado. Tais proposições reafirmam a necessidade de homogeneizar diferentes perfis de pobreza, tornando-os alvos de programas assistenciais.

As formulações de Georg Simmel, pensadas a partir de um contexto social europeu marcado por profundas transformações econômicas e políticas, trouxeram a tona não apenas a maneira pela qual a pobreza passou a se constituir como expressão fragilizada do modelo econômico capitalista, mas também aproximou a noção à ideia de direitos e obrigações.

Essas noções pressupõem uma espécie de relação social mediada pelo princípio da moral, já que ter direito sobre alguma coisa ou situação significa constituir vínculos de “obrigação socializada”, na qual a assistência a alguém ou a um grupo social ganha sentido.

Quando pensada pelo prisma da assistência, a relação social produzida espelha não apenas a ideia de necessidade, mas também um caminho de interpretação sobre a pobreza, que ultrapassa a mera condição monetária como forma de defini-la ou classificá-la. Isto porque, o teor da assistência se desdobra em relações sociais moralmente aceitáveis e obrigatórias, já que o pobre é antes de tudo, na visão simmeliana, um “ser assistido”.

Tal assistência deve, obrigatoriamente, partir das coletividades (estados, municípios, dentre outros), o que tende a garantir uma relação de complementaridade entre Estado e indivíduo, marcada pela valorização dos princípios éticos e morais, com vistas às satisfatórias formas de regulação da pobreza.

Nesse sentido, Simmel nos apresenta um importante argumento de sua proposição, pensada pelo viés da assistência.

O fim da assistência é precisamente mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, a fim de que a estrutura possa continuar a se fundar sobre essa diferenciação. Se a assistência se fundasse sobre os interesses do pobre, em princípio, não haveria nenhum limite possível quanto à transmissão, o que conduziria à igualdade de todos. Mas, uma vez que o objetivo é o todo social – os círculos políticos, familiares ou sociologicamente determinados -, não há qualquer razão para ajudar ao pobre senão a manutenção do *status quo* social. (SIMMEL, [1907] 1998: 49)

As indicações pensadas pelo autor sugerem alguns questionamentos pertinentes, face à centralidade que o tema pobreza assumiu nos últimos anos em nível nacional. Até que ponto a pobreza serve aos interesses institucionais do Estado, em seus diferentes níveis? O fenômeno da pobreza deve ser compreendido como objeto de investigação científica ou como desajuste econômico de produção desigual das relações sociais de produção?

Eis aqui um duplo caminho a seguir, uma vez que o processo de institucionalização da pobreza, por parte do Estado, reelabora a questão da pobreza como fato social e histórico, produzido na desigualdade das relações espaço-tempo em que a contradição aparece como força motriz da sua reprodução e/ou regulação. Além do mais, compreender o fenômeno contemporâneo da pobreza em sua totalidade pressupõe associá-la a noção simmeliana que, acima de tudo, abre pistas para interpretá-la como processo constituído na essência mesma das relações sociais historicamente produzidas.

Ao resgatarmos a noção de “obrigação socializada” de Simmel, buscamos compreender a passagem da generalidade (que seria mais uma noção abstrata de pobreza) para o entendimento das formas regulatórias (assistência) e sua “objetivação da ação social” (as formas concretas assumidas pelas instituições públicas ou privadas da assistência), isto é, o tema pobreza passa de um eixo aparentemente “marginal”, para ganhar sentido institucionalizando-se por meio de programas focalizados.

De acordo com Ivo (2002) as formulações de Georg Simmel ultrapassam a noção de pobreza como mero instrumento de medição dos níveis de desigualdade em uma determinada sociedade, uma vez que ser pobre ou viver

em condições de pobreza é, também, não apresentar condições favoráveis de cidadania. Assim, reafirma sua posição expondo que,

Para ele, é a assistência que alguém recebe publicamente da coletividade que determina a sua condição sociocultural de ser pobre. A condição de ser assistido, portanto, constitui a marca identitária da condição do pobre e o critério de seu pertencimento como uma camada específica da sociedade inevitavelmente desvalorizada, vez que definida pela desigualdade e dependência dos demais. Essa condição significa receber dos outros, ou da coletividade, sem poder definir-se através de uma relação de complementaridade e de reciprocidade frente aos demais, em condições de igualdade. (p. 172)

A influência do pensamento de Simmel marca consideravelmente as estratégias colocadas em prática no sentido de mitigar os efeitos da pobreza em várias regiões do mundo. Examinando a trajetória dos principais programas brasileiros voltados à proteção social dos últimos anos, é possível identificar fortes elementos da estrutura analítica proposta pelo autor e que, em grande parte, sustentaram os objetivos neles contidos.

Como dito anteriormente, renda, habitação e proteção social formaram os pilares de sustentação das políticas assistencialistas do então governo petista. Passados alguns anos de implantação, sem dúvida, aquela que mais bem representa a ideia de inclusão social por meio de tais políticas foi o ambicioso programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Não apenas pela possibilidade de inclusão, ainda que precária, daqueles considerados pobres na lógica de reprodução do capital, mas também pela singularidade da associação casa/espço/pobreza.

Tal singularidade tem expressado certo sentido ao processo de produção do espaço, uma vez que esse processo esteve diretamente vinculado a existência dos empreendimentos habitacionais direcionado às camadas pobres, tanto em áreas urbanas e metropolitanas, quanto em áreas rurais atingidas pelo programa.

Daí resgataremos novamente as relevantes formulações de Simmel ([1907] 1998) no tocante ao uso da pobreza e do pobre como atributos de

políticas engajadas, com vistas mais a garantia da ordem pré-estabelecida, ou mesmo do *status quo* propriamente dito.

[...]o importante é compreender que a posição particular que os pobres assistidos ocupam não impede sua integração no Estado, como membros de uma unidade política total. Apesar de sua situação em geral tornar sua condição individual um fim externo ao ato de assistência, e, por outro lado, um objeto inerte, destituído de direitos nos objetivos gerais do Estado, que parecem colocar os pobres fora do Estado, eles estão ordenados de forma orgânica no interior deste. (p.55)

A pobreza, ou melhor, os pobres organicamente presentes no interior Estado pressupõem a garantia de ajustes políticos capazes de assegurar certo equilíbrio da própria condição de pobreza, uma vez que é justamente esta condição que faz da assistência objeto de manobra e intencionalidades não tangíveis a superação dos prejuízos sociopolíticos associados à pobreza.

Daí a sempre urgente necessidade institucional de definição e classificação dos tipos de pobreza. A materialização da condição de pobreza passa a ser um pré-requisito para a inclusão de numerosas camadas de habitantes urbanos ou rurais aptos a receberem a assistência das coletividades (Simmel, [1907]1998).

Desse modo, a concepção e a execução de políticas assistencialistas a exemplo do programa habitacional Minha Casa Minha Vida tendem a expressar certas dinâmicas de produção e uso do solo, tendo vista a afirmação da pobreza como instrumento de regulação do espaço. Possivelmente, garantindo o controle das estratégias imobiliárias sobre o preço da terra e, com isso, produzindo espaços segregados nas franjas metropolitanas.

Nesse caso, a pobreza e o pobre participam ativamente daquilo que Simmel ([1907]1998) denominou de “formas regulatórias da pobreza”, que por meio da assistência cria-se um canal de relação em que o assistido garante o direito a casa, pois, vincula-se organicamente ao Estado, cuja obrigação, agora institucionalizada, ativa múltiplos interesses no quadro de produção de novas realidades sociais.

Retomamos assim a tríade casa/espço/pobreza. Os três elementos que compõem essa relação mobilizam dois tipos de associações metodológicas ligadas à produção do espaço. Primeiro, o estudo da paisagem, das formas espaciais concebidas no âmbito da realização da vida coletiva, sendo esta uma radiografia social das intencionalidades de reprodução do capital, de modo que, o redesenhar das formas habitacionais, na atualidade, cuja expressão é o conjunto habitacional, propaga a ideia de inclusão pela segregação, sem que esse movimento seja aparentemente perceptível. Ao passo que, a captura consciente e crítica desse movimento poderá nos revelar a maneira pela qual o espaço é homogeneizado, fragmentado e hierarquizado (Lefebvre, [1972] 2008), expressando, assim, o segundo aspecto metodológico ligado à produção do espaço.

Apreender a lógica da pobreza por meio do processo de produção do espaço, ancorado à noção de reestruturação imobiliária, nos permite avançar a análise sobre as diferentes motivações que, nos últimos anos, ganharam corpo e centralidade em governos tidos como sociais democratas, a exemplo do governo comandado pelo partido dos trabalhadores, entre os anos de 2003-2016.

Como visto, desde o primeiro dia de governo, o tema pobreza passou a mobilizar o debate nacional, vindo à tona por meio de ações focalizadas ou mesmo programas de reestruturação do território, com foco na capilaridade da inclusão social em diferentes dimensões e regiões do país. Talvez aqui, resida a identidade política de tal gestão.

Por isso, o destaque dado ao tema da pobreza justifica-se não apenas pela forma como foi tratado e enfrentado por parte das instituições públicas a partir do ano de 2003, mas também pela capacidade e potencialidade que a questão da pobreza passou a sugerir, tanto em âmbito acadêmico quanto fora dele, uma vez que o movimento de captura de sua lógica tem possibilitado a sua compreensão como um fenômeno contemporâneo multidimensional.

1.2 Pobreza Urbana: uma questão social (e espacial)

A compreensão da pobreza como um fenômeno contemporâneo multidimensional passa pela análise de sua expressão urbana, isto é, a maneira pela qual o movimento de produção do espaço urbano incorporou a pobreza como resultado de movimentos contraditórios, na forma de conceber, produzir e utilizar o solo urbano. Aqui privilegiaremos as análises que buscam relacionar a pobreza com a formação do espaço urbano brasileiro e seu tratamento como questão social e espacial.

1.2.1 O urbano e a pobreza: um diálogo necessário

Durante muito tempo buscou-se compreender o que teria de mais essencial para se estudar no âmbito de formação das cidades. Não apenas pela própria vocação que esses espaços apresentam como pontos de concentração de atividades econômicas, pessoas e repartições públicas, mas também pela função de capitalizar renda e produzir especificidades geográficas que respondem a interesses múltiplos.

Não à toa, o discurso que se tem produzido sobre as cidades de modo geral é que são espaços instrumentais que sustentam um plano maior de reestruturação global das forças econômicas globalizadas (Harvey, 2005). Talvez aqui possamos ampliar o debate e propor que enquanto espaço instrumental, não só as cidades são ativadas por fluxos de diferentes naturezas, mas também o Estado em suas múltiplas dimensões é convidado a lidar com uma nova realidade, cuja fundamentação de sua ação é dada pela produção de diferentes realidades geográficas e, dentre elas, o urbano é a chave central, porém não determinante.

Atualmente, o grande debate que se tem produzido diz respeito ao predomínio do espaço urbano como instância necessária para a mobilização de estratégias de reprodução do capital. Assim, por meio da urbanização do espaço, o processo se constitui e permanece alimentado pela reprodução de formas e conteúdos típicos de uma nova urbanidade (Carlos, 2001).

Diante desse quadro, podemos levantar alguns questionamentos: como posicionar o estudo sobre o fenômeno da pobreza em tempos de reestruturação global das forças econômicas globalizadas? Em que medida o processo de urbanização do espaço tem dialogado contraditoriamente com a produção de formas e conteúdos típicos da nova urbanidade?

Tais questionamentos servem como enquadramento didático para que possamos compreender a relação existente entre a pobreza e o urbano, dado que o diálogo anunciado passa pela capacidade de examinar as imbricações historicamente constituídas entre ambas.

Para tanto, Valladares (1991), em seu vasto trabalho de investigação, anuncia diferentes imagens e representações que a pobreza urbana expressou, no Brasil, ao longo do século XX. Nesse sentido, já podemos capturar uma importante dimensão do fenômeno da pobreza urbana no Brasil, qual seja: a compreensão deste fenômeno esteve ancorada ao projeto de nação moderna e urbana, dentro de um contexto de mudanças econômicas e sociais que têm marcado a sociedade urbana brasileira.

Conforme Valladares (1991), podemos destacar três grandes períodos em que o fenômeno da pobreza urbana apresentou consideráveis variações no que tange a sua expressão como produto de contradições sociais historicamente constituídas.

- (a) virada do século, quando se assiste à transição do país para uma ordem capitalista e quando, malgrado uma urbanização embrionária, começa a se constituir um mercado de trabalho industrial e urbano (sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo) baseado numa mão-de-obra livre, formada de imigrantes estrangeiros e ex-escravos;
- (b) as décadas de 50 e 60, quando o processo de urbanização já generalizado, fruto do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, comporta um mercado de trabalho urbano agora ampliado, definido como dual e visto como marginalizando amplos segmentos da população das grandes cidades;
- (c) as décadas de 70 e 80, quando após um pequeno período de apogeu o modelo de desenvolvimento entra em crise, fazendo-se acompanhar de uma progressiva expansão da chamada economia informal, que se desenvolve em paralelo a um processo de concentração de renda e de propagação da pobreza, ocorrendo sobretudo nas regiões metropolitanas. (p. 82)

Como se observa, a cada um desses períodos há uma particularidade no que concerne a trajetória de formação e desenvolvimento do território e, concomitante a isso, redesenham-se diferentes expressões da pobreza urbana no Brasil. São três grandes períodos que marcaram rupturas e descontinuidades na forma de produzir o espaço urbano e, com ele, a pobreza.

Ao atentarmos para o primeiro momento, é fácil identificar que a mudança política com a instauração da República proporcionará uma série de metamorfoses em diferentes níveis e dimensões, abarcando grande parte dos ideais da modernidade. Essa questão desembocará no questionamento dos espaços de moradia que, em grande maioria, eram formados por cortiços. Em geral, insalubres, berço de crimes e da vadiagem, tais espaços habitacionais eram tidos como depósitos de pobres e de pouca expressão social.

Assim, uma primeira aproximação entre o espaço urbano e a pobreza urbana esteve associada, inicialmente, a três noções: a questão da saúde e da necessidade de higienização da cidade; a manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora e a necessidade de transformar o homem livre em trabalhador assalariado (Valladares, 1991).

As referências utilizadas pela autora são bastante pertinentes quando pensadas pelo prisma da noção de produção do espaço. Tal noção ajuda-nos a compreender a ligação estabelecida entre pobreza urbana e espaços de moradia.

Quando se questionava os imperativos da saúde pública, naquele período, por extensão, também se interrogava sobre a necessidade de produção de novos espaços, com vistas à padronização dos espaços de moradia da classe trabalhadora, vistos como “bolsões do atraso e da pobreza”. Daí a necessidade de intervenção pública que foi justificada pelo bem comum ao preço da saúde coletiva.

Com isso, também, mantinha-se a possibilidade de maior regulação da vida social urbana, sobretudo da classe trabalhadora e dos chamados “homens livres” para quem os ideais da modernidade ainda estavam por vir.

Nesta primeira aproximação, a tríade casa/espaço/pobreza é reveladora do sintoma urbano da desigualdade. E seus sinais ficam mais evidentes quando, nas palavras de Valladares (1991), “o cortiço tornara-se, com efeito, o

alvo principal do discurso médico-sanitarista [...] era a própria expressão da insalubridade, da doença e, por extensão, da pobreza” (p.86).

Cabe ressaltar que tal realidade estava atrelada ao ritmo de produção da vida urbana fluminense, posto que as habitações do tipo cortiços constituíam-se como típicas de áreas urbanas do Sudeste brasileiro. Por outro lado, na Amazônia, foco de interesse deste trabalho, há certas especificidades, dada as características geográficas locais, bem como a diferenciada formação histórica e territorial da região.

Já anos de 1950 e 1960, conforme os apontamentos de Valladares (1991), com o processo de urbanização em curso e as significativas mudanças estruturais na economia e política nacionais há um apelo maior tanto em âmbito acadêmico, na forma de produção de conhecimento, quanto em termos de atenção por parte de instituições públicas nacionais e organizações internacionais acerca dos efeitos da modernidade sobre o Brasil. Tais efeitos, para muitos, decorriam do intenso processo de industrialização da economia nacional, tida como a grande inspiradora de mudanças sociais.

Contudo, com a transferência maciça de populações do meio rural para as grandes capitais surgiram uma série de entraves ao tão esperado desenvolvimento social. A ideia de que a modernização econômica sustentada pela grande indústria pudesse alterar o padrão de desenvolvimento urbano não se firmou e, pelo contrário, forjou um modelo de crescimento urbano desajustado espacialmente e com reduzidas possibilidades de superação das desigualdades, ainda mais latentes.

Nesse sentido, “a preocupação com a pobreza foi aumentando na medida de sua crescente visibilidade e propagação” (VALLADARES, 1991: 95), sobretudo pela apreensão da paisagem urbana e metropolitana em constituição.

“Descoberta” na virada do século tendo como matriz espacial o cortiço carioca, a partir dos anos 30 a pobreza começa a se estampar, mais fortemente, sob outra forma espacial - a favela -, que sorrateiramente vai se impondo no cenário das cidades em expansão, desde as capitais regionais até os centros de médio e pequeno porte. (VALLADARES, 1991: 95)

A indicação apresentada acima nos remete a ideia de proliferação da pobreza urbana, isto é, a pobreza urbana em movimento, dinâmica, como processo e estrutural como meio de reprodução ampliada da força de trabalho. Não mais associada ao problema fixo da habitação, como no início do século XX, mas sim vinculada ao processo de produção do espaço urbano.

Aqui temos uma importante chave para se interpretar a pobreza urbana. Levando-se em consideração o período em questão, as mais influentes teorias condicionaram o estudo das questões sociais, sobretudo no que tange as desigualdades sociais, e atrelaram diretamente à noção de dependência. Assim, a pobreza urbana passou a ser entendida como um produto de desequilíbrios macroestruturais que rebatiam diretamente no mercado de trabalho e, por conseguinte, nas classes menos favorecidas.

Dito de outra maneira, a relação mercado de trabalho, rendimento mensal e pobreza urbana serviu de anteparo para consolidar as interpretações sobre o debate envolvendo a modernização, a marginalidade e a dependência como elementos estruturantes da realidade.

Assim, a constituição do mercado de trabalho dual forjou modelos diferenciados de inserção da classe trabalhadora no sistema trabalhista brasileiro. De um lado, um setor moderno ancorado pela forte participação da indústria, incorporando tecnologia e agregando novos materiais na produção de bens de consumo, de outro, o setor dito tradicional condicionado ao uso de tecnologia simples e desenvolvendo atividades mais do tipo artesanal, com alto grau de utilização de mão-de-obra e reduzido capital investido.

Será justamente por meio dessa nova estrutura produtiva nacional que o redesenhar da renda *per capita* tomará corpo. A existência de dois setores (um moderno e outro tradicional) condicionará a maneira pela qual o trabalhador terá maiores oportunidades ou não de consolidar seu papel de agente da produção do espaço urbano, uma vez que dependendo de sua inserção a cidade assumiria uma forma diferenciada diante do seu cotidiano e, o urbano, um conteúdo de maiores possibilidades ou impossibilidades de participação cidadã.

Nas palavras de Valladares,

Central era a discussão sobre a capacidade do sistema de absorver parcial ou integralmente os indivíduos enquanto força de trabalho.

[...] A teoria da marginalidade social, desempenhou sem dúvida um papel importante neste novo entendimento. [...] passou-se necessariamente a considerar a pobreza enquanto um fenômeno de natureza estrutural que escapava da esfera individual. (p.98)

O peso interpretativo dessa noção desdobrará inúmeros outros estudos sobre a inserção das classes sociais no sistema produtivo brasileiro⁸. À luz da noção da marginalidade surgem também múltiplas categorias analíticas que estão diretamente associadas ou imbricadas pela teoria da dependência, dentre as quais: “população marginal”, “exército de reserva”, população de baixa renda” e “população carente” são as mais expressivas.

Todo o arcabouço semântico originado nesse contexto, de certa maneira, reorientou o olhar e o percurso de futuras interpretações sobre o tema central da desigualdade, posto que o avanço de tais interpretações significou, ao mesmo tempo, a identificação de seus limites e a sua posterior superação.

Do ponto de vista espacial, a pobreza urbana passou a expressar movimento, dinâmica, fruto da produção de espaços desiguais, no interior das grandes capitais. O fator renda se constituiu como elemento determinante nas decisões de grandes contingentes populacionais urbanos. A tríade casa/espço/pobreza tem na proeminência da renda um ponto decisivo de inserção espacial no contexto urbano. A transfiguração do cortiço para a favela parece expressar com nitidez os diferentes momentos de representação da pobreza urbana.

De acordo com Valladares (1991) há um processo em curso de ressignificação do termo pobreza urbana, deixando de estar associado apenas a ideia de moradia pobre e passando a ser aludido como processo vinculado à produção de espaços de diferenciação social dentro das cidades.

[...] os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa dos excluídos, dos marginalizados, colocados na periferia

⁸ Ver Kowarick (1975)

do sistema econômico com direito de participação restrito, quando muito, à situação de subemprego. A marginalidade tem sua expressão máxima na favela, relegada pelos poderes públicos nos anos 50 e 60 e vista como síntese mesma da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. O termo “favelado” passa a ser sinônimo de “pobre” e o espaço-favela ganha atributos muito semelhantes àqueles associados, décadas antes, ao cortiço. (p.98)

Como se percebe, a pobreza urbana inspira em muito múltiplas visões. Dependendo do ângulo que se quer privilegiar, muda-se a feição da pobreza. No entanto, existe um ponto de vista convergente sobre a questão e passa, sobretudo, pela compreensão da dinâmica espacial produzida. Isto porque, “a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço”. (SANTOS [1987] 2002: 11)

Ora, se a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescentes, é possível afirmar que, cada vez mais, teremos que nos deparar com novas formas de produzir, consumir e participar da vida social coletiva, de modo que o espaço torna-se, a um só tempo, meio, condição e produto de realização desse ciclo (CARLOS, 2001).

Nesse caso, a favela expressa parte desse complexo movimento, resultando de incorporação de áreas urbanas e contingentes populacionais à dinâmica da relação espaço/casa/pobreza. A simbologia aparente da favela ilustra, simultaneamente, a problemática urbana do período em questão, bem como espacializa a questão da pobreza, agora vinculada à produção desigual do espaço na cidade.

A introdução da variável renda na definição de pobreza possibilitará o seu respectivo enquadramento funcional expresso em números, tabelas e estatísticas, uma vez que o fenômeno da pobreza cede lugar ao problema estrutural da pobreza. Nesse contexto, a dimensão espacial é bastante reveladora da condição de sua existência, enquanto fenômeno.

Conforme nos aponta Valladares (1991)

A nova categorização, tomando o salário mínimo como parâmetro, introduz a noção de pobreza enquanto fenômeno de insuficiência de renda. Pobreza torna-se

sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou de suas famílias está abaixo de um patamar mínimo. A partir deste novo princípio classificatório torna-se possível diferenciar grupos no interior da população pobre: aqueles acima ou abaixo da linha da pobreza; aqueles com ou sem renda regular medida em termos de salário mínimo. (p.100)

Na perspectiva que estamos trilhando neste trabalho, o melhor e mais significativo exemplo concreto de tais conclusões levantadas pela autora, diz respeito à política promovida pelo então BNH⁹ (Banco Nacional de Habitação). Não por acaso, a participação decisiva desta instituição pública no cenário urbana e metropolitano brasileiros possibilitará um embrionário processo de reconfiguração espacial da pobreza.

Tomando como base o espaço metropolitano de Belém, verificamos que a abertura de amplas frentes de construção habitacional permitiu a expansão do crescimento urbano por meio da mobilidade espacial dos assentamentos humanos abrigados em conjuntos habitacionais, em geral, distante do núcleo metropolitano.

Dessa forma, distribuíram diferencialmente as famílias pobres por tipo de habitação e tipo de conjunto habitacional tomando a renda como marco decisório e divisor. Em outras palavras, criava-se, a partir da pobreza, uma espécie de instrumentalização do espaço, por meio dos conjuntos habitacionais, com vistas à regulação do espaço e da pobreza urbana.

⁹ A política promovida pelo Banco Nacional de Habitação – BNH (entre 1964, quando foi criado e até 1986, quando foi extinto) constitui um dos melhores exemplos de aplicação da noção de “baixa renda” a uma política pública no Brasil. Estabeleceram-se programas especiais para a população de baixa renda, pelos quais ficaram responsáveis agentes especiais, as Companhias Estaduais de Habitação – COHABs. Tais programas tinham uma população alvo: famílias originárias de favelas e de operações de remoção cuja renda familiar ia até três salários-mínimos. Construíram-se conjuntos habitacionais nas periferias das cidades com habitações de tipo, tamanho e qualidade “condizentes” com a baixa renda da população. Estabeleceram-se parâmetros para a classificação das famílias bem como critérios para alocação das moradias em função da renda. Estipularam-se as mensalidades a serem pagas numa proporção da renda familiar. (VALLADARES, 1991:100)

O modelo concebido pelo BNH também proporcionará o que podemos chamar de institucionalização da pobreza¹⁰. Não apenas pela possível “assistência” aos pobres urbanos, mas também pela efetiva participação do Estado no que concerne a garantia da propriedade privada da casa, objeto de satisfação e necessidade social de inúmeras famílias.

Cabe ressaltar que tal “assistência” também significava a incorporação compulsória de milhares de famílias à lógica financeira da habitação, cujos laços patrimonialistas tornavam-se ainda mais consolidados. Assim, a tríade casa/espço/pobreza agora passou, em grande maioria, a ser mediada pelo Estado e pelo sistema financeiro e imobiliário em modelação.

Todo esse contexto de inovações e reformulações sobre o tema pobreza vai desembocar no que Valladares(1991) denominou de generalização e sedimentação da pobreza, a partir das décadas de 1970 e 1980. São períodos marcados por profundas transformações estruturais no Brasil, abarcando desde aspectos econômicos, políticos e sociais até as questões ligadas a geopolítica internacional.

No âmbito das cidades o que se verificam, são grandes metamorfoses urbanas. Traduzidas como produto de um processo de urbanização desigual no tempo e no espaço, tais metamorfoses solaparam antigas morfologias urbanas pautadas no modelo centro-periferia e redesenharam novas formas urbanas mais abrangentes e integradas do ponto de vista dos fluxos. As regiões metropolitanas cresciam em dimensão multiescalar, dado o aprofundamento das relações financeiras no e com o território, agora, expandido.

Apreender o fenômeno da pobreza diante desse novo cenário se tornava um desafio cada vez maior. Não apenas pela nova face que acompanhava o redesenhar das cidades e suas respectivas franjas, mas também pela generalização da pobreza como fenômeno tipicamente urbano e metropolitano.

¹⁰ Concebemos como institucionalização da pobreza o processo pelo qual o fenômeno da pobreza passa a ser incorporado e operacionalizado por meio de estudos, pesquisas, sensos e diagnósticos sazonais pelas instituições públicas, com viés assistencialista. No Brasil, tal processo apresentou diferentes dimensões ao longo do tempo, porém aquelas que mais ganharam força foram, sem dúvida, as mais recentes criadas pelo partido dos trabalhadores (2003-2016) com o foco pleno nos setores de distribuição de renda, proteção social e habitação.

Em outras palavras, a pobreza urbana ganhou expressão espacial para além das áreas segregadas das favelas e se consolidou em espaços metropolitanos extremamente precários, do ponto de vista da existência de serviços e equipamentos urbanos.

Processos urbanos de grande incidência espacial reforçaram ainda mais a desigualdade nas metrópoles, dentre os quais: a expulsão de populações de “baixa renda” de áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária e a criação de loteamentos irregulares levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários estão entre os principais processos de reconfiguração espacial das cidades.

Harvey (2005) nos alerta sobre um importante ponto de reflexão acerca da relação entre espaço/economia e sua implicação na organização espacial das cidades. Segundo esse autor, com muita frequência

[...] o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação às mudanças sociais mais importantes e fundamentais. (p.166)

No caso em questão, cabe salientar que não se trata mais apenas de um processo de urbanização em curso. No entanto, o que se pode extrair de mais substancial da ideia de Harvey, é a intuição dialética de seu pensamento. Ela serve, nesse momento, como balizadora para a compreensão dos mecanismos de produção do espaço em tempos de maior expressão do urbano e do metropolitano como espaços da contradição.

Se os processos urbanos, tão intensos e (re)definidores de formas e conteúdos que instrumentalizam o espaço a ponto de reorganizar as estratégias econômicas de segmentos específicos do mercado imobiliário, por exemplo, são capazes de estimular novas configurações espaciais é porque produzem, no âmago de suas ações, movimentos dialeticamente contraditórios.

Compreender a pobreza urbana como questão social e espacial pressupõe reconhecer essa imbricação metodológica como necessária e com grande potencial de interpretação da realidade¹¹. No caso brasileiro, tal imbricação fica mais evidente quando pensada pelo prisma da relação casa/espço/pobreza ao longo do tempo.

Daí a compreensão dos processos urbanos não como produtos de uma economia fortemente centralizadora e propagadora da desigualdade no espaço, mas sim pela relação construída em torno das lógicas de diferentes agentes promotores do espaço (urbano).

É justamente a partir de tais lógicas que o processo de reconfiguração da pobreza urbana passa a ser mais bem interpretado. Nesse contexto, as favelas, então espaços de concentração e expressão da pobreza urbana, da concentração da classe trabalhadora pobre, dos setores tradicionais da economia urbana, cedem lugar para as periferias metropolitanas, local de instalação dos conjuntos habitacionais e abrigo das classes sociais de “baixa renda” atingidas diretamente pelos processos urbanos patrocinados pelo Estado ou não.

Cria-se, pois, uma nova territorialidade da pobreza que inclui o chamado “morador da periferia” em detrimento do “favelado”, reificado pela teoria da marginalidade e até então reconhecido como pobre urbano por excelência. (Valladares, 1991)

Tais categorias remetem a noções diferenciadas de pertencimento à coletividade urbana. O termo “morador da periferia” sugere um modo de interação social entre aqueles indivíduos investidos de identidades coletivas, possibilitando certo estímulo à consciência de interesses comuns na luta por direitos e cidadania, ainda que precários.

A nova cara ou expressão da pobreza urbana foi redefinida pela lógica de produção do espaço. É essa lógica que propaga a incorporação e a

¹¹ A complexidade da interação dialética entre espaço e formações sociais requisita múltiplos caminhos de investigação para que se atinja uma compreensão o mais global possível. Assim não há o antigo e temido perigo de perda da individualidade do próprio objeto que garantiria a sobrevivência de uma dada ciência, mas um verdadeiro reunir de esforços para se chegar, por diferentes vias, a compreender a mesma totalidade. (BLAY, 1978:9)

segregação de áreas naturais ou construídas nos grandes centros urbanos e metropolitanos.

Conforme as reflexões de Lefebvre ([2000] 2016),

O espaço não seria nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação. [...] o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um meio nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo. (p. 44)

Como se observa, a profundidade do pensamento lefebvriano sobre o espaço é de extrema importância e nos auxilia na compreensão da produção do espaço enquanto totalidade. Isso porque o momento da produção nos revela as intencionalidades obscuras, de múltiplos agentes sociais, que se expressam espacialmente revelando três dimensões do espaço, a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização.

Sendo assim, pensar a pobreza urbana como questão também espacial faz-se necessário reconhecer a importância que tais dimensões apresentam como método de interpretação da complexa teia de relações e de poder que tem recoberto as estratégias institucionalizadas de enfrentamento da pobreza.

1.2.2 Para além das estatísticas: a produção espacial da pobreza urbana

Certamente quando expressamos algum pensamento sobre o tema pobreza logo vem à tona a necessidade de se visualizar tabelas, gráficos, quadros ou mesmo estatísticas mais bem fundamentadas possíveis. Não é de se estranhar que o tema da desigualdade, enquanto campo aberto de várias áreas do conhecimento foi fecundamente explorado possibilitando enormes avanços sobre a compreensão da realidade.

A economia, juntamente com a demografia, esteve sempre na retaguarda das informações que auxiliaram as instituições públicas nacionais e internacionais na composição de dados sobre o perfil, a evolução e as características da desigualdade em países como o Brasil.

A produção da informação, pois, é algo extremamente necessário, a ponto de reafirmar ideias ou pensamentos potencialmente úteis para determinados agentes sociais. Dentre os quais, o Estado é o mais interessado em tais informações, uma vez que são a partir delas que se concebem as diferentes estratégias de planejamento do território ou mesmo das políticas públicas setoriais.

Certamente, existe um espaço entre produzir a informação e utilizá-la para fins políticos. No entanto, o tempo da produção da informação confere uma característica peculiar ao tipo de produção e de informação a ser produzida. Dito de outra forma, o tempo e o tipo de produção da informação carecem de intencionalidades, que estão no bojo da estrutura institucionalizada de quem as necessita.

É por esse motivo que as principais informações sobre as ciências humanas têm sido enquadradas como meros resultados estanques de pesquisas ou amostras de determinados fenômenos. Para citar alguns, podemos conferir as migrações populacionais, mercado de trabalho, cidadania e habitação são clássicos exemplos.

Essas etapas do processo de reconhecimento da informação são de extrema importância quando se busca interpretar a realidade, ou pelo menos uma de suas dimensões, tomando como ponto de partida a premissa da relação entre as partes que compõem o todo.

Um esforço de método abrangente, porém necessário para despistar as armadilhas imbricadas na veiculação de números, tabelas e gráficos que desvendam muito pouco da realidade social e espacial em constante metamorfose.

Para se ter noção de quanto os dados estanques da realidade podem mais confundir do que elucidar uma questão, tomamos como exemplo a noção de linhas de pobreza¹². Não apenas pela sua força e capilaridade apresentada em trabalhos acadêmicos, mas pela sua potência em delimitar diretrizes políticas de enfrentamento à questão.

Rocha (1995) ao associar governabilidade e pobreza no Brasil destaca a importância de se reconhecer o fator renda como sendo cabal para definir e classificar as diferentes feições da pobreza, uma vez que é comum associá-la à insuficiência de renda, já que renda é o meio privilegiado de atendimento de necessidades em uma sociedade moderna.

Nesse caso, tomando como ponto de partida a noção de linhas da pobreza e as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), produzidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), identifica três expressões da pobreza no Brasil, que se subdivide em subpopulações, quais sejam: a pobre; a indigente e a não pobre.

A subpopulação pobre se caracteriza pelo acúmulo de renda inferior à linha de pobreza estipulada para um determinado período, portanto comprometendo a possibilidade de satisfação das necessidades básicas de um indivíduo ou família. Já a subpopulação indigente se caracterizaria como aqueles cuja renda não permite atender nem mesmo as necessidades básicas alimentares, formando a camada populacional mais pobre entre os pobres. Ao passo que a subpopulação não-pobre é caracterizada com acima da linha de pobreza, podendo satisfazer grande parte das suas necessidades básicas.

¹² A noção de linha de pobreza toma como referência padrões médios de consumo capazes de satisfazer as chamadas necessidades básicas de um indivíduo ou família. Tais necessidades estão relacionadas a alimentação, moradia, educação, vestuário, lazer e demais despesas pessoais. Como se percebe, a renda é definidora da pobreza e seus limites ou mesmo ausência caracteriza um indivíduo como pobre dentro de uma determinada organização social. Nesse sentido, a linha de pobreza constitui-se numa noção variável. Tal definição tem ancorado inúmeros programas de transferência de renda em certos países. No Brasil, a sua feição ganhou corpo com a implantação do programa Bolsa Família.

A estratificação da pobreza é, sem dúvida, a marca desse modelo de interpretação do fenômeno, preso na condição monetária da vida. Não por acaso, tem-se debatido, em certos países, constantemente a funcionalidade dos programas de transferência de renda no Brasil.

Não se questiona aqui o conceito de pobreza, até porque sua multidimensionalidade é a sua principal marca, mas sim o uso que tem sido feito do modelo segmentado de interpretação da pobreza que, a nosso ver, tem escamoteado certos processos contraditórios de produção social da pobreza.

A elucidação da pobreza proposta por Rocha (1995) revela alguns aspectos sociais da população pobre, produzindo uma espécie de perfil da pobreza no Brasil. Daí surgirem sete composições, sendo as duas últimas variáveis locacionais, que expressariam a possibilidade de um indivíduo ser pobre, dentre elas:

- a) Sexo do chefe (*de família*) (feminino);
- b) Cor do chefe (preta ou parda);
- c) Situação na ocupação (empregado sem carteira ou desempregado);
- d) Nível de escolaridade do chefe (menos de quatro anos de escolaridade);
- e) Razão de dependência (zero)
- f) Região de residência (Nordeste)
- g) Estrato de residência (rural)

A validade de tais indicações sustenta o argumento de que a pobreza tem cor, sexo, local e região no Brasil, ao mesmo tempo em que revela uma produção social desigual da vida em suas múltiplas dimensões. Aqui reside o limite de tal abordagem sobre a pobreza.

Ao apresentar uma possível radiografia da pobreza, também nos apresenta a possibilidade de compreender que, enquanto radiografia, revela apenas o esqueleto que estrutura o corpo, cujos demais componentes estão em constante relação metabólica com fragmentos dessa composição social que é o fenômeno da pobreza.

Nesse sentido, a radiografia revela muito pouco da relação entre as partes do fenômeno que, como tal, precisa ser acompanhado e investigado sob o prisma da historicidade e da institucionalidade. Eis uma importante chave de interpretação da pobreza urbana no Brasil. Justamente porque a construção histórica da pobreza é marcada pela sua institucionalização como problema e não como dados estatísticos, ainda que necessários.

Ammann (2013) em seu rigoroso estudo sobre as expressões da pobreza no Brasil amplia o campo de análise do tema privilegiando as desigualdades regionais como elementos explicativos da pobreza no território. Ao elencar as mutações no mundo trabalho e relacioná-las diretamente a existência de uma superpopulação relativa em busca constante de emprego e renda, deixa claro que o tema deve ser explorado pelo viés econômico, em detrimento das demais dimensões.

O resgate da noção de fatores de produção¹³ faz com que sua análise sobre a pobreza no Brasil seja particularizada nas regiões, já que dependendo de tais fatores haverá maior ou menor probabilidade de geração de renda e consequentemente qualidade de vida.

Dentre os principais fatores de produção elencados em sua obra, destaca-se o fator trabalho que, para a autora, estabelece grande parte dos parâmetros de desenvolvimento social em países como o Brasil, historicamente assentado na superexploração da mão-de-obra.

Isso porque o trabalho mediado pelo salário é o principal provedor de renda de grande parte da população. Portanto, quanto maior sua capacidade de inovação e inserção no amplo e competitivo mundo da produção, maiores também serão os reconhecimentos em forma de salário.

Por isso, na sua visão, uma das causas da pobreza no Brasil está intimamente atrelada à formação de um mercado de trabalho altamente insatisfatório para a grande massa de brasileiros, pois os baixos salários e as precárias condições de desenvolvimento do trabalho ampliam os níveis de desigualdade entre pessoas e regiões.

¹³ Dentre os principais fatores de produção elencados em sua obra estão: o fator terra, o fator trabalho e o fator capital. A relação entre os três possibilita maiores níveis de autonomia de desenvolvimento social compatível com qualidade de vida razoável no mundo capitalista. (Ammann, 2013)

Ao traçarmos os 70 anos de história do salário mínimo, fica a impressão de que se perdeu de vista seu objetivo original: evitar a pobreza, satisfazendo as necessidades vitais do trabalhador e de sua família. [...] salários abaixo do necessário levam à pobreza e indigência, à sede e à fome, à desigualdade e discriminação de grande parte da população e até à desestabilização social e econômica. (ARMMANN, 2013: 86)

Alguns pontos chamam atenção na passagem acima. Uma primeira reflexão diz respeito à necessidade do salário mínimo em proporcionar autonomia de vida por meio da satisfação das necessidades básicas. Ainda que necessárias tais necessidades são plenamente variáveis e jamais únicas, pois dependem de circunstâncias históricas, políticas e econômicas atreladas a um determinado contexto social.

Já a segunda observação associa-se à relação entre pobreza e governabilidade. Um tema de extrema importância quando pensamos na possibilidade de controle de lógicas espaciais originadas dos mais diversos agentes sociais, cujas intencionalidades questionam o sentido de cidadania do presente.

Por isso, torna-se importante criar mecanismos de estabilização social e econômica capazes de promover aparentes equilíbrios à ordem pré-estabelecida. E, na visão da autora, somente o fator renda poderá promover movimentos de plena satisfação e integração da população pobre ao mundo do consumo.

Nesse sentido, cabe um questionamento acerca de tais mecanismos de estabilização social e econômica. Estariam os programas de transferência de renda e de habitação, concebidos e executados pelo governo comandado pelo partido dos trabalhadores, no Brasil, condicionados a esse fim?

O argumento que defendemos neste trabalho responde positivamente a tal questão. Isto porque compreendemos que, por meio da ampliação do acesso a habitação (social), a pobreza urbana passou a imprimir uma lógica espacial homogênea, conferindo a certas frações do espaço, a concentração de conjuntos habitacionais em áreas urbanas dispersas, reforçando processos espaciais de metropolização e periferização.

Evidencia-se, pois, o sentido institucional que o termo pobreza assumiu nos últimos anos. As estratégias de combate e enfrentamento, radiografadas pelos programas assistencialistas no Brasil, parecem se metamorfosear em práticas de regulação do espaço, pelo conteúdo da pobreza.

Schwartzman (2004) em valioso estudo sobre as “causas da pobreza” nos alerta da necessidade de distanciamento dos números, do enquadramento visual de gráficos e tabelas que mais criam formas e tipologias do que buscam compreender o fenômeno.

Para tanto, o autor sustenta o argumento de que nas ciências sociais é preciso, primeiramente, buscar a compreensão das estruturas sociais em constante relação, para que a análise de um fenômeno ou questão social seja processada com o máximo de rigor possível. Já em relação ao fenômeno da pobreza, em particular, afirma que

[...] as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que as impedia de ter consciência dos próprios problemas e necessidades. (p.13)

São reflexões que nos ajudam a posicionar um olhar sobre a mutidimensionalidade da pobreza. Pois, como bem destaca, o “tema da pobreza aparece no primeiro plano, requerendo atenção imediata e definindo o foco a partir do qual os demais temas das ciências sociais se estruturam”. (p.7)

A marca que o tema da pobreza tem deixado tanto no plano acadêmico, quanto no plano institucional pode ser medido pela quantidade de interpretações formuladas, especificando um campo de estudos ainda em construção, e que rapidamente tende a se dinamizar ainda mais.

A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais (Schwartzman (2004). Por isso, o que compreendemos como “enfrentamento da pobreza” passa pela construção mental que temos sobre assistência e caridade, o que Simmel já nos mostrará no início do século XX.

Daí surgir a necessidade de classificação e distinção de diferentes tipos de pobreza. Por meio de tais etapas, torna-se possível a definição de estratégias e lógicas intencionais que farão parte da vida dos pobres. Nas cidades, essas etapas ficam mais latentes e necessárias a ponto de permitir a seleção e o direcionamento do movimento de dispersão da pobreza.

Dessa forma, entendemos a pobreza urbana como a expressão social dos conflitos e contradições da produção capitalista do espaço urbano e, como tal, engendra temporalidades e espacialidades passíveis de apreensão pelos mais diversos agentes sociais presentes nas cidades.

Considerar tal premissa nos permite reconhecer que a dimensão temporal e espacial são extremamente necessárias, visto que permitem o reconhecimento do movimento de captura da pobreza urbana por agências, governos e entidades, cujos discursos são convergentes.

1.3 A Pobreza Capturada: agências e governos produzindo discursos

Em tempos recentes, o tema pobreza tem sido desdobrado em muitas vertentes dentro do campo científico, tratado especialmente como um tema transversal que abarca diferentes abordagens e formulações. Essa característica tem permitido o aprofundamento de certas análises levando-se em consideração a construção do objeto de investigação, sobretudo, nas ciências humanas.

Por outro lado, há uma corrente mais tradicional ligada aos estudos econômicos e demográficos que interpretam o fenômeno da pobreza reduzindo-o a um tema de pesquisa passível mais de quantificação do que de qualificação. As intencionalidades, os objetivos e as diretrizes que fazem parte desse cenário, serão os assuntos abordados nesta seção.

Supõe-se que o resgate do tema pobreza tem sido uma importante estratégia de agências, governos e entidades na busca da construção de um discurso convergente, capaz de sustentar ideias e projetos que camuflam e distorcem a verdadeira pobreza enquanto fenômeno e questão social.

1.3.1 As agências multilaterais e o “problema” da pobreza

Quando refletimos sobre o “problema” da pobreza uma série de situações nos remetem a pensar em cenários de extrema preocupação com uma parte da população que não é substancialmente atendida em suas poucas necessidades básicas ligadas ao bem viver¹⁴.

¹⁴ Sobre essa questão Sen (2000) busca em sua análise associar a noção de pobreza como privação de capacidades que uma pessoa pode expressar em determinados conjuntos sociais. Segundo o autor, a pobreza de renda se desdobra na pobreza de capacidade. Por isso, embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso. (p.112)

Como já foi dito, essa situação facilmente teria sua resolução pelo fator renda, isto é, a capacidade do indivíduo de acumular capital e dispensá-lo em prol de seu bem estar e de sua família. Assim, possuir renda e acumular capital seriam dois pré-requisitos capazes de assegurar uma condição de privilegiado diante de um quadro social marcado pela desigualdade.

Esses dois movimentos, o de geração de renda e de acúmulo de capital, permitiriam maior estabilidade e organização social a ponto de equalizar situações adversas no que concerne ao atendimento em serviços públicos de maior abrangência e eficiência social.

Na visão macroestrutural de inúmeros profissionais ligados à economia não haveria qualquer possibilidade de superação do “problema” da pobreza, sem antes atacar os mecanismos de geração de renda, sobretudo em países, cujo modelo de desenvolvimento toma como princípio as premissas neoliberais.

As grandes agências multilaterais, nos últimos anos, têm alimentado essa perspectiva de governabilidade em que a possibilidade de mudança do problemático quadro social torna-se possível pela adoção de agendas liberais e pela promoção de programas sociais focalizados.

Na visão de Telles ([2001] 2013) a pobreza contemporânea parece, na verdade, constituir uma espécie de ponto cego que desafia teorias e modelos conhecidos de explicação e, como tal, essa mesma pobreza arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve configurada desde sempre.

A compreensão desse novo momento contemporâneo é fundamental para se buscar uma interpretação mais coerente com as manifestações dos fenômenos sociais, principalmente quando pensados pelo prisma da desigualdade e da pobreza.

São noções, que antes de tudo, assumem novos contornos e necessitam de novas formas de interpretações dada a velocidade e as intencionalidades postas em ação na trama política e econômica dos países. Aquelas, nada mais representam que um conjunto de abstrações teóricas de modelos de inserção, via mercado, da sociedade na lógica de acumulação global.

Configura-se, assim, todo um amplo arcabouço teórico e explicativo potencialmente válido, a ponto de estimular uma espécie de rearranjo

institucional em diferentes realidades nacionais. É o Estado capitalista sendo convidado a se redefinir e programar suas ações com base nas correntes neoliberais.

Poulantzas (1969) já nos alertava sobre essa condição na qual o Estado capitalista moderno se apresenta, pois, como encarnação dos interesses gerais de toda a sociedade, como materialização da vontade do corpo político que seria a nação. No entanto, diante da atmosfera desregulamentadora das economias nacionais, os interesses gerais da nação têm sido revestidos em interesses coletivos privados.

O encaixe do debate na perspectiva das agências multilaterais sobre o “problema” da pobreza parece ser bem ilustrativo. Ele marca um momento no qual a esfera política supranacional apresenta suas indagações sobre os limites e potencialidades dos ajustes econômicos concebidos como urgentes.

Conforme Telles ([2001] 2013) essa face moderna da pobreza contemporânea condiciona de ponta a ponta os termos do debate. Daí a necessidade dos esclarecimentos sobre os quais se proliferam essas inquietantes noções de pobreza.

Nesse sentido, Ugá (2011) identifica um importante aspecto a ser considerado nessa nova toada de interpretações sobre o “problema” da pobreza e sua relação com as agências multilaterais. Trata-se da necessidade de se criar classificações.

Pensada como método tal necessidade pode descortinar muitas situações complexas em termos de configurações sociais. Por outro lado, exprime um sentido de análise que se pauta por meio de modelos esquemáticos lógicos, mobilizando raciocínios puramente algébricos, cuja capacidade compreensiva fica limitada, uma vez que a totalidade se perde na decomposição das partes.

Porém, esse é o modelo que tem ganhado corpo em muitos estudos patrocinados pelas agências multilaterais. O corpo das principais propostas de estudos abarca diversos campos de conhecimento, e, no que tange ao desenvolvimento urbano quatro áreas predominam, no caso do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). São elas: programas de desenvolvimento local e regional, desenvolvimento integrado de cidades, investimento e reforma

de políticas no setor de habitação e programas de investimento social. (Santana, 2013)

Nota-se claramente que são propostas de intervenção setorializadas e convidam a uma redefinição de atuação por parte do Estado. A normatização dessas políticas de forte apelo territorial desafia os incongruentes modelos de descentralização da gestão pública, tornando-a refém de interesses coletivos privados de grandes corporações nacionais e, até mesmo, internacionais.

No caso da habitação, podemos identificar que uma das indicações propostas pelo BID é, em geral, passível de questionamento sobre a forma de implantação, escala de abrangência e modalidade habitacional a ser atendida. Esse tipo de abordagem pressupõe parte da estratégia de readequação das políticas locais aos interesses de mercado, via municipalidade.

Ao analisarmos os principais relatórios das agências multilaterais com vistas ao “combate da pobreza”, podemos identificar alguns elementos estruturantes dos discursos construídos. O primeiro deles, é que foram produzidos ao longo da década de 1990, momento no qual os efeitos nefastos da onda neoliberal já se manifestavam em muitas realidades nacionais, sobretudo a latino-americana. Já o segundo diz respeito a centralidade que o tema da pobreza passou a assumir no decorrer desse período, justificando a elaboração de agendas políticas voltadas aos temas de geração de renda, habitação, cidadania e meio ambiente¹⁵.

Dentre os principais organismos multilaterais, aqueles que mais têm se dedicado ao tema da pobreza e do “problema da pobreza” são o Banco Mundial e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Tais organismos têm protagonizado, nos últimos anos, encaminhamentos específicos sobre a questão, operacionalizando agendas e constituindo redes de atuação em consonância com as diretrizes políticas dos Estados Nacionais. No caso brasileiro, o desenho institucional que se tem montado em torno da questão social da pobreza, em grande maneira, associa-se as premissas

¹⁵ Ao longo dos anos noventa, várias conferências internacionais das Nações Unidas contribuíram em seguida à tomada de consciência dessa questão. O primeiro *Human Development Report* do PNUD aparece em 1990 com a preocupação de tratar da “dimensão humana do desenvolvimento” e, nesse mesmo ano, o Banco Mundial dedica inteiramente seu *World Development* ao tema da pobreza.

ideológicas defendidas por tais organismos e, com isso, toma novos rumos diante da realidade local. O quadro a seguir nos permite compreender melhor a questão.

Quadro 1: As agências multilaterais e a pobreza

Agências				
Multilaterais	Ano	Definição	Crítérios	Solução
Banco Mundial	1990	Define a pobreza como a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo”	Monetários	Acesso a um padrão de vida mínimo avaliado pelo consumo de nutrientes e outras necessidades básicas.
Banco Mundial	2000/2001	Define a pobreza como “privação acentuada de bem-estar”	“múltiplas dimensões” (dentre elas, a monetária)	Acesso aos recursos humanos, recursos naturais, recursos físicos, recursos financeiros e recursos sociais.
PNUD/ONU	1990-2001	Define a pobreza associada à ideia de desenvolvimento humano	Autonomia Liberdade individual Capacidades	Mobilização de recursos humanos; emancipação social e capacidades funcionais.

Elaboração própria

Fonte: World Development Reports (1990, 2000); Human Development Report (1990, 2001)

As informações agrupadas no quadro acima revelam a trajetória que o tema da pobreza percorreu no âmbito das principais agências multilaterais ao longo das últimas décadas. Com podemos perceber, a variação sobre o entendimento do conceito de pobreza é quase que pequena, uma vez que as definições apresentadas têm em comum o critério renda como balizador de afirmação.

Não obstante a preocupação em apresentar uma conceituação de pobreza, as instituições também procuram direcionar caminhos a sua possível superação. Porque compreendida como “problema”, a pobreza carece de respostas urgentes vindas da coletividade.

Por isso, sustentamos a ideia de captura como sendo um primeiro passo para se chegar à proposição de possíveis alternativas de superação. Capturar no sentido de aprisionar a realidade material pela concepção mais adequada e conveniente aos anseios mercadológicos.

Assim, partindo da ideia de pobreza como a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo”, passando pela concepção de que a pobreza se expressa como “privação acentuada de bem-estar”, até chegar à formulação que associa a pobreza ao desenvolvimento humano, as principais agências multilaterais criam uma unidade no discurso sobre o tema da pobreza, cujo objetivo central tende a mobilizar um quadro institucional, no âmbito dos Estados, capaz de disseminar pensamentos progressistas, com pitadas de conservadorismo.

Outra importante dimensão a ser questionada diz respeito à classificação da pobreza implícita nas definições elencadas. Podemos extrair alguns modelos de classificação pelos arranjos propostos como solução ao enfrentamento do problema.

Nesse sentido, podemos levantar a seguinte questão: é possível combater as diferentes situações de pobreza por meio da ampliação do consumo e do bom usufruto das condições territoriais existentes numa dada região? Talvez a resposta seja bastante relativa, se levarmos em consideração que a ideia de desenvolvimento humano, proposta pelo PNUD, seja a mais adequada ao enfrentamento da questão.

Na verdade, o que se precisa guardar de todas essas noções de pobreza é que elas funcionam mais como aproximações de supostas realidades nacionais e, como tais, buscam criar unidades interpretativas comuns, desconsiderando aspectos locais como cultura, religião e formas de solidariedade locais que reforçam ou não esses modelos de interpretação. Além do mais, são generalizações que partem, em sua grande maioria, de realidades urbanas, cuja manifestação do problema é mais visível a ponto de configurar novas paisagens homogeneamente pobres.

No caso brasileiro, a cartilha propostas pelas agências multilaterais tem sido quase que fielmente executada, como forma de garantir maior inserção global, via financiamentos de programas setorializados.

No tocante ao tema da habitação, um dos caminhos de enfrentamento da questão da pobreza no Brasil, podemos identificar as seguintes orientações: apoiar políticas e programas que sejam sustentáveis e que se voltem a melhorar as condições de moradia da população de baixa renda; melhorar a eficiência do setor público que deve atuar como facilitador dos investimentos privados em moradia, bem como melhorar a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados a esse setor.

Há uma nítida percepção de que o direcionamento da política habitacional esteja atrelado às condicionantes de mercado, ainda que se volte às moradias direcionadas a população de baixa renda. Tal indicação é normatizada pela função executada pelo Estado de “facilitador dos investimentos privados e moradia”. Constituem-se, pois, claras indicações de que a pobreza, agora capturada, poderá servir as diretrizes da boa governabilidade urbana das cidades.

1.3.2 Proteção social e governabilidade política em tempos de pobreza

Henri Lefebvre ([2000] 2016) em sua célebre obra “Espaço e Política” nos alerta com um questionamento bastante significativo sobre a dimensão política revelada no movimento de produção do espaço. Diz o autor,

todo o espaço ou fragmento de espaço não seria um texto social, ele próprio contexto de textos específicos, isto é, escritos: inscrições, anúncios etc.? De sorte que é preciso ou reencontrar, ou construir os códigos dessas diversas mensagens para decifrá-las. (p. 38)

A reflexão proposta por Lefebvre sugere uma série de caminhos para que possamos compreender como se processa o tema da governabilidade em

tempos de pobreza no Brasil. Justamente, pelo fato de que a governabilidade só se torna possível quando pensada no nível da produção do espaço.

O espaço, compreendido como “texto social”, carrega códigos e sinais da aparente normalidade. Porém, como “contexto de textos específicos”, revela também a pluralidade na forma de conceber o ritmo e as intencionalidades de diferentes agentes de produção.

Daí “reencontrar os códigos dessas diversas mensagens para decifrá-las” torna-se um grande desafio metodológico, visto que esse trabalho depende, substancialmente, do reconhecimento de certas etapas do pensamento, tais como a decomposição, a análise e a síntese.

Por outro lado, quando bem encaminhado, este trabalho possibilita a ampliação de níveis de compreensão bastante confiáveis, dado o desvendar rigoroso de tais “mensagens”.

É nesse contexto que a relação proteção social e governabilidade política toma corpo nesta pesquisa, pois expressa “anúncios” de um momento em que a centralidade da pobreza tomou corpo e se desdobrou em projeções espaciais as mais diferentes possíveis no âmbito das cidades.

A proteção social foi, sem dúvida, um dos principais pilares de sustentação do governo petista no Brasil, já que pela mobilização de iniciativas de geração de renda e inclusão social resgatou, para muitos, a dignidade e a auto estima de um grande número de indivíduos.

Isto foi possível pela orientação social democrata do governo durante o período de 2003 – 2016, reconhecendo a necessidade histórica de correção dos rumos do desenvolvimento, ainda que contraditórios. O desenho político dos programas focalizados abarcou um grande número de famílias em situação de pobreza.

Soares et. al. (2004) indica que em 2003 o orçamento inicial do Programa Fome Zero era de R\$ 1,8 bilhão. A importância de destacar a informação reside no fato de que se trata de um dos maiores programas de transferência de renda, via poder público, já executados no mundo.

Como público potencialmente beneficiário, foram estimadas, inicialmente, 9,3 milhões de famílias – 44 milhões de pessoas – muito pobres, representando 22% das famílias e 28% da população total. O maior contingente se encontra nas áreas urbanas não metropolitanas (com 20

milhões de pessoas), seguido das áreas metropolitanas (com 9 milhões de pessoas) e das rurais (com 15 milhões).

Resgatar parte dos dados referentes a esse programa nos permite atentar para outra dimensão da relação proteção social e governabilidade política. Trata-se da distribuição espacial desses agentes na configuração dos diferentes espaços nos quais estão assentados.

Não por acaso, o fator renda funciona como pré-requisito de obtenção de vantagens na configuração espacial de localidades. Como se pôde observar, grande parte do contingente populacional alvo do programa localiza-se em áreas urbanas ou metropolitanas.

Essa indicação espacial pressupõe grandes desafios aos modelos de governabilidade pensados e executados para esses espaços. Fala-se, pois, de um tipo de governabilidade específica ou mesmo peculiar, posto que o que se tem a governar são espaços e agentes majoritariamente pobres.

Aqui reside uma característica da relação proteção social e governabilidade política. Trata-se de projetar estratégias capazes de dialogar com a multiplicidade de interesses que cercam a dinâmica de produção do espaço. É a constante necessidade de articular “o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real”. (LEFEBVRE [2000] 2016: 41)

Argumentamos que a chave de interpretação para se compreender tal relação passa pelo controle das lógicas de produção do espaço, executadas pelo Estado em parceria com empresas imobiliárias, por meio da maciça construção de moradias, voltadas à habitação social, que referendam o uso político da pobreza, confinando e espalhando a população em áreas homogeneamente pobres.

Desvendar essas diferentes lógicas pressupõe reconhecer o protagonismo que o tema pobreza assumiu nos últimos quinze anos no Brasil. Além do mais, possibilita decifrar as mensagens aparentemente implícitas na configuração do espaço urbano e metropolitano brasileiro, em especial, o de Belém.

Nele, o ritmo e a intensidade com que se desdobrou a construção de moradias visando à habitação social, a partir do ano de 2009 foi de extrema importância para o processo que denominamos de reconfiguração da pobreza

urbana. Isto é, a lógica de produção do espaço articulada aos objetivos da promoção da governabilidade política.

Cabe ressaltar que, tais articulações estão em consonância com as agendas políticas e econômicas de organismos multilaterais, cuja unidade de discursos tende a programar e estimular o controle social, considerando diferentes projetos de regulação da vida coletiva.

Se a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos, conforme nos sugere Telles ([2001] 2013), a sua face política emerge carregada de discursos promotores do aparente bem estar e da qualidade de vida.

A “conquista” da casa e/ou apartamento anuncia a nebulosa coerência travada pela relação espaço/economia, cujo habitante passa a ser capturado pela fervorosa lei de mercado, transformando-se no que Santos ([1987] 2014) denominou de “o cidadão mutilado”.

O anúncio desse novo momento de governabilidade política em tempos de pobreza urbana transcende o mosaico de números sugeridos no processo de definição e classificação do fenômeno da pobreza e ilumina novas perspectivas de compreensão da sua multidimensionalidade enquanto questão social e espacial contemporânea.

CAPÍTULO 2

A POBREZA URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: RETRATOS NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM

Neste capítulo, procuramos abordar os aspectos que qualificam a existência da pobreza urbana no espaço metropolitano de Belém, associando a dinâmica de estruturação do espaço e seus conteúdos de dispersão e metropolização, tendo como indicadores as precárias instalações da rede de esgoto, rede de distribuição de água, rede de energia elétrica e transportes, que impactam diretamente nas condições de moradia.

2.1 Da Pobreza no Espaço...

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.

(Milton Santos. O Espaço do Cidadão, ([1987] 2014), p. 107)

A captura intelectual do grande Geógrafo Milton Santos revela o tamanho da importância que a relação homem/território assumiu em tempos de produção capitalista global. A diferença, a desigualdade ou mesmo a segregação estão inerentes ao movimento de produção das localizações urbanas que, amputadas de sua neutralidade, endurecem o jogo competitivo de apropriação dos melhores sítios e posições geográficas. É o espaço do homem cada vez mais metrificado pelos interesses capitalistas públicos e privados, em tempos de acumulação global. O desenrolar de todo esse emaranhado de situações será mais bem visível sobre o espaço construído das metrópoles desse novo momento. Seguiremos, pois, o reconhecimento desse processo pelos retratos da pobreza urbana inscritos no espaço metropolitano de Belém.

2.1.1 A precariedade urbana e espacial: as redes de esgoto, rede de energia elétrica e transportes

Atualmente, o município de Belém, o mais importante do cinturão metropolitano, conta com oito distritos administrativos¹⁶, que agrupam um total de setenta e um bairros dispersos tanto na parte continental quanto na porção insular do município. A configuração geográfica do principal município paraense, do ponto de vista político e institucional, é algo bastante peculiar, uma vez que mais da metade de seu território é formado por ambientes insulares, isto é, cerca de 61% dos terrenos municipais, e 39% distribuídos por terraços e áreas de interflúvios (BELÉM, 2010).

Assim como outras cidades amazônicas, a cidade de Belém teve sua origem vinculada à dimensão fluvial, ainda durante o século XVII, nos momentos iniciais de colonização do território português na América. Passados mais de quatro séculos de ocupação do espaço, a cidade experimenta um processo de expansão que ultrapassa os seus próprios limites municipais abarcando áreas institucionais de outros municípios próximos.

É possível compreender seis fases de estruturação espacial da cidade Belém, conforme apontam Penteado (1968) e Trindade Jr. (1998).

- a) O período da ocupação inicial, marcado pela presença do colonizador português e que se caracteriza pela origem dos primeiros núcleos de povoamento nos atuais bairros Cidade Velha e na Campina;
- b) O período de ocupação dos terrenos de cotas altimétricas mais elevadas, os chamados terraços que variam entre 8 a 13 metros de altitudes, além da ocupação de interflúvios dispersos pela cidade;
- c) A ocupação e periferização das áreas de baixadas¹⁷ que sofreram um forte adensamento populacional por conta da valorização dos terrenos

¹⁶A cidade de Belém apresenta em sua estrutura urbana oito Distritos Municipais, nos quais a atuação do Poder Público Local se torna efetiva. Tal divisão municipal corresponde a uma forma de planejar a ação do Estado no município, tomando como referência a lei de Zoneamento Urbano (ZU) e o Plano Diretor Urbano (PDU).

¹⁷As áreas de baixadas correspondem aos terrenos de cotas altimétricas inferiores a quatro metros, e que constantemente sofrem a influência da enchente de rios e igarapés que recortam a cidade.

de cotas mais altas. Atualmente, tais áreas passam por um processo valorização com a execução de projetos de macrodrenagem;

- d) A expansão urbana para além do cinturão institucional, que corresponde às terras localizadas nas imediações da Primeira Léguas Patrimonial¹⁸ e que tiveram um importante papel no direcionamento da ocupação das baixadas. Nos dias atuais passam por um redirecionamento institucional por conta das necessidades de organização espacial urbana;
- e) A verticalização do espaço que rapidamente se expande a medida que o Estado proporciona a melhoria dos equipamentos urbanos em bairros de classe média e alta na cidade.
- f) A periferização urbana, provocada pela ocupação recente das áreas mais afastadas do núcleo central da cidade e caracterizada pela disseminação de assentamentos precários e pela concentração da classe trabalhadora nos diferentes municípios do aglomerado metropolitano de Belém.

Como espaço continental localizado à beira da Baía do Guajará, em confluência com o rio Guamá, e composto por territórios insulares, que configuram emblemática paisagem geográfica, o município de Belém desponta como grande ponto de interconexões nesta faixa do território brasileiro.

Os diferentes momentos de estruturação espacial da cidade foram de fundamental importância para o desenvolvimento urbano existente, cujo maior reflexo é, sem dúvida, a capacidade de atração de fluxos e a centralidade de certas atividades econômicas ligadas a gestão de serviços públicos e privados.

Acompanhando a realidade de grandes metrópoles nacionais, o espaço metropolitano de Belém tem revelado uma série de situações complexas, sobretudo no que tange a produção social do espaço. Historicamente, a formação territorial da cidade foi marcada por situações de grande

¹⁸A área central da cidade corresponde a Primeira Léguas Patrimonial, instituída ainda no período colonial pela Coroa Portuguesa, como forma de estabelecer os limites sobre o espaço físico da cidade. (PENTEADO, 1968)

preocupação, dada as características topográficas do território que sempre funcionaram como obstáculo natural para a sua efetiva ocupação.

Por outro lado, conforme nos indica Becker (2013)

Um olhar geográfico sem pretensões históricas sobre as origens e surtos econômicos de determinadas cidades pode contribuir para a compreensão da diversidade regional, ao revelar processos muito distintos da ocupação colonial associados a diferentes condições econômicas, políticas e geográficas, mas que foram em grande parte aplainados por uma atividade econômica comum de longa duração. (p. 24)

As indicações levantadas pela autora nos permitem realizar um movimento regressivo e identificar os principais elementos que concorreram para o processo de diferenciação territorial na Amazônia, sobretudo entre as cidades.

A noção de surtos econômicos resgata o perfil traçado pelo projeto colonizador das metrópoles europeias sobre o imenso território colonial. Dinamizado, economicamente, pelos interesses externos, o território colonial amazônico foi desenhado à feição das orientações geopolíticas à época, sobretudo, a partir do século XVII. A fundação da cidade de Belém, em 12 de janeiro de 1616 inaugurava o desafiador projeto de colonização da vasta planície.

Dentre os principais momentos econômicos¹⁹ de grande expressão internacional da região, o período áureo da exploração da borracha, foi, sem dúvida, o de maior destaque. Não apenas, pela grande quantidade de recursos movimentados pela atividade gomífera, mas pela capilaridade de seus efeitos no espaço urbano de Belém. Porém, as grandes transformações sentidas pela cidade não se distribuíram de maneira uniforme pelo espaço.

¹⁹ Becker (2013) distingue quatro grandes modelos de apropriação do espaço amazônico: (i) o dos franceses, no litoral do extremo nordeste; (ii) o dos portugueses na porção oriental da região que corresponde hoje ao Pará; (iii) o espanhol, que dominou na parte ocidental com Nova Andaluzia e Nova Granada; (iv) o dos holandeses, entre esses dois últimos domínios – o menos conhecido, mas que deixou marcas de uma Amazônia Caribenha, extensa região costeira do nordeste da América do Sul, ilhada entre os deltas do Orenoco e do Amazonas, margeada por águas: o rio Orenoco, o canal do Cassiquiare, o rio Negro e a margem esquerda do Amazonas (p. 25)

Esse momento áureo vivenciado em Belém sinalizou as primeiras intervenções do poder público municipal com vistas à ideia de planejamento urbano, estilizado e influenciado pelo padrão europeu. Grandes avenidas, praças, teatros, cinemas e redes de abastecimento de água e energia elétrica posicionaram a cidade de Belém no rol das principais capitais do Brasil na época²⁰.

Na oportunidade, o intendente Antônio Lemos²¹, o emblemático gestor municipal estimulou a aplicação de recursos públicos visando a criação de espaços modernos e aprazíveis aos “barões da borracha”. Quase sempre concentrada na área central da cidade, as ações permitiram a rápida mudança da paisagem local, imprimindo formas urbanas copiadas de Paris, Londres ou Lisboa tidas como referência cultural das classes economicamente ricas da cidade.

Penteado (1968) em seu abrangente trabalho sobre a Geografia urbana de Belém detalha com sutileza esse importante momento da cidade.

Calçavam-se ruas da cidade, com paralelepípedos de granito importados de Portugal; [...] a influência da borracha já estava fazendo sentir seu efeito, pois Belém se ia transformando numa grande capital, onde não faltavam seis jornais diários e cinco semanários, duas companhias de bondes e um movimentado porto; de uma extensa relação das atividades exercidas pelos habitantes da cidade, comprova-se este fato; 5 bancos (dos quais três com sede em Belém e dois ingleses), 4 companhias seguradoras, 387 lojas (destacando-se 101 fazendas), 103 escritórios de comissões, 12 hotéis, 13 agentes de leilão, 41 advogados, 52 médicos, 43 fábricas [...] (p. 130-133)

A economia da borracha consolidou um importante papel político, econômico e cultural para a cidade Belém. Incorporada na lógica de produção global, a cidade participou ativamente do circuito espacial produtivo implementado pela extração da borracha, cujo destino era os grandes

²⁰ Por esse tempo, Belém, possuía cerca de 80.000 habitantes. (Penteado, 1968)

²¹ Antônio José de Lemos foi o intendente que administrou a cidade de Belém entre os anos de 1897-1908. Sua administração foi marcada pela política urbana elitista, voltada ao embelezamento urbano por meio da criação de espaços de sociabilidade para as classes ricas da época, bem como pelo forte controle social instaurado pela criação do Código de Posturas do município de Belém.

mercados europeus. Cabe ressaltar que a borracha extraída da Amazônia era utilizada como importante matéria-prima nas embrionárias indústrias automotivas do continente. A seguir, destacam-se algumas figuras que ilustram esse próspero momento de crescimento econômico e de embelezamento da paisagem urbana em Belém.

Fonte: Penteadó (1968)

Figuras 3 e 4: Observa-se na figura 3 os aspectos da modernização do espaço da cidade de Belém, no início dos século XX, com destaque para a arborização e o calçamento das vias, que corresponde a atual Praça da República. Já na figura 4, destaca-se a construção da praça Batista Campos, local de encontros e de lazer das classes ricas da época, por isso, copiando o estilo arquitetônico europeu.

Fonte: Penteado (1968)

Figuras 5 e 6: Observa-se na figura 5 o embelezamento da Avenida Nazaré, arborizada e calçada com paralelepípedos, servida pelo transporte de bonde elétrico. Atualmente, é um dos espaços mais valorizados da cidade. Na figura 6, a paisagem urbana expressa a configuração das grandes avenidas, os “*boulevares*”, cópias estilizadas das grandes avenidas parisienses, além do calçamento e da privilegiada circulação de bondes elétricos.

Por outro lado, nesse mesmo período de extrema abundância econômica, existia uma cidade que não trilhava o mesmo caminho da modernidade. A face pobre da população foi varrida para os arrabaldes da cidade, já que na visão modernista da época, não combinava com as “ilustres manifestações” do bem viver.

Portanto, habitar a cidade de Belém naquele contexto histórico significava fazer parte de uma lógica elitista de desenvolvimento urbano, tomando como referência a atmosfera cultural e comercial europeia e propagá-la em espaços de sociabilidade seletos, cuja interação era medida pelos padrões de vestimentas da época, por exemplo.

Caso contrário, podia-se sobreviver em lugares distantes da área central em bairros ainda não consolidados pelos vultosos investimentos em infraestrutura urbana, como rede de distribuição de água, energia elétrica e calçamento de vias, a exemplo da área central.

A outra face pouco explorada do período áureo da borracha é totalmente adversa daquela tão conhecida. Aquelas populações cujas ocupações no mercado de trabalho não estavam vinculadas diretamente a economia da borracha eram tidas como perigosas e passíveis de repressão policial.

Em geral, negros libertos, índios, mestiços e pequenos artesãos formavam o grosso do tecido social belenense. Suas diferentes formas de sobrevivência não se alinhavam aos desígnios da modernidade instrumentalizada pela produção de diferentes formas espaciais que imprimiam comportamentos e expressões, até então, desarticuladas com a cultura local.

Assim, a cidade de Belém passou a conviver com esse *mister* de uma vida urbana marcada pela europeização dos costumes, hábitos e estilos de comportamentos sociais tidos como avançados ou mesmo civilizados, em contraposição as diferentes formas de sobrevivência dos demais agentes de produção do espaço.

A noção de precariedade urbana e espacial ainda não ganha notoriedade pelo fato de que grande parte do espaço urbano esteve restrito a área central de Belém, portanto alvo primeiro das grandes intervenções da municipalidade da época. Somente num segundo momento de grande movimentação econômica regional, é que a pobreza do espaço se torna mais evidente, ainda que histórica.

Trata-se do momento que se configura pela expansão urbana para além dos limites institucionais da Primeira Léngua Patrimonial. Esse período tem relação direta com a nova inserção da região na dinâmica de produção capitalista nacional, uma vez que a integração regional promovida pela abertura de rodovias e, posteriormente, pela implantação das políticas públicas territoriais, proporcionou grandes efeitos sobre os espaços urbanos regionais amazônicos.

A região amazônica assumiu, nos últimos anos do século XX, uma posição estratégica frente à expansão de novas fronteiras econômicas, a exemplo das inúmeras atividades como a madeireira, a mineração, a pecuária e o agronegócio. Isso fez da Amazônia uma região de possibilidades múltiplas, uma vez que a redefinição de novas realidades espaciais tornou-se mais evidente.

A disseminação das políticas públicas, no âmbito do planejamento regional articulou a realidade amazônica as demais regiões brasileiras. Conforme as pesquisadoras Bertha Becker e Lia O. Machado, as *redes técnicas* serviram como suporte necessário a ampliação do povoamento e a ocupação da região. De forma mais específica, a presença das redes de integração espacial (Becker, 2001), implantadas com maior força nas décadas de 70 e 80 do século XX, culminou no predomínio de um padrão de desenvolvimento exógeno (Becker, 2001), isto é, um modelo pensado fora da região e imposto como verdade racional e justa ao espaço regional amazônico.

Sem dúvida, a atuação do Estado foi fundamental na estruturação dessa nova realidade. Machado (1999) chega a afirmar a existência de uma *fronteira urbana*, como resultado de um sistema de povoamento exponencial desses últimos quarenta anos. O intenso ritmo de ocupação e povoamento da fronteira possibilitou um rearranjo espacial à dinâmica de apropriação e definição de novos espaços que, conforme Becker (2001; 2004), já nascem urbanos, fomentando a complexidade do modo vida e das relações sociais que passaram a se concretizar nessas novas áreas.

Desse modo, os novos ambientes urbanos que emergiram (ou emergem) na fronteira amazônica, permitem um novo olhar, ultrapassando uma visão quantitativa, baseada em dados sobre o crescimento populacional ou

mesmo sobre o número de cidades, passando a reconhecer os aspectos qualitativos à abordagem do urbano, na região.

Uma das principais características dessa nova configuração do território corresponde à localização dos aglomerados urbanos. O elemento estruturador desse novo arranjo passa a ser o eixo rodoviário, no qual a circulação de bens, serviços e pessoas apresenta um novo ritmo ou, conforme Milton Santos (2008), um tempo mais rápido. Assim, ao longo dos milhares de quilômetros de estradas abertas na floresta, as cidades ganham uma nova conotação tanto em termos de dimensão territorial quanto na afirmação de novas sociabilidades.

Em recente trabalho “Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira”, a pesquisadora Lia O. Machado identifica a gênese de “Regiões Urbanas”, produto direto desse recente processo de ocupação da região. Segundo a autora, trata-se do adensamento de cidades em determinadas regiões do sistema de povoamento (p.09). Um dado importante a ser destacado diz respeito à rápida evolução dessas regiões, no sentido de tornar áreas, até então, desprovidas das relações de mercado em áreas potenciais de expansão dessas mesmas relações. Não é a toa que a autora utiliza o emprego do termo “fronteira urbana” para essas novas localidades.

Em relação aos espaços metropolitanos as maiores repercussões desse intenso processo de ocupação convergem para a produção desigual do espaço, dada a presença de múltiplos agentes e interesses acerca das vantagens proporcionadas pela disputa sobre as melhores frações de terra.

Sobre o espaço metropolitano de Belém recaíram duas formas de configuração urbana: uma concentrada e outra dispersa (Trindade Jr, 1998). A configuração urbana concentrada corresponde ao momento em que o núcleo metropolitano de Belém passa a concentrar grande parte do fluxo populacional em movimento na região e das principais atividades econômicas do estado. A essa forma de configuração urbana, corresponde um processo de urbanização extremamente acelerado, provocando significativas alterações na estrutura espacial local, principalmente em relação à expansão urbana rumo à periferia.

Outro importante movimento atrelado a ideia de urbanização concentrada corresponde ao uso intensivo do solo urbano, ou seja, o processo de verticalização do espaço se fez presente com vistas a atender uma parcela da população mais bem situada economicamente. Assim, os bairros mais

centrais do núcleo metropolitano de Belém passaram a se constituir nos principais alvos de empresas imobiliárias e construtoras. Em contraposição a pobreza do espaço, as construções de edifícios passaram a marcar a paisagem urbana das áreas centrais de Belém a partir dos anos de 1970.

Já o movimento de dispersão acompanha o ritmo de transformação econômica e política da metrópole. Na visão de Trindade Jr (1998), a dispersão urbana se caracteriza pela desconcentração das atividades comerciais e de serviços e de populações para além do núcleo da metrópole, abrangendo territórios de municípios conurbados, como no caso do município de Ananindeua.

Por ser mais complexo, do ponto de vista da produção do espaço, o movimento de dispersão metropolitana tende a reconfigurar o desenho metropolitano, devido a intensificação dos fluxos comerciais, de pessoas e de capitais que se avolumam. Por isso, tende a expressar com mais evidência as contradições espaciais geradas no bojo de sua constituição.

No que concerne aos arranjos intrametropolitanos, Trindade Jr (1998) identifica dois importantes eixos de expansão no movimento de dispersão metropolitana. Trata-se do eixo da Avenida Augusto Montenegro, que liga o núcleo metropolitano aos distritos de Icoaraci e a ilha de Caratateua (popularmente conhecida como ilha do outeiro) e do eixo da rodovia Br-316 que faz conexão com os municípios que compõem o espaço metropolitano de Belém (figura 7).

A dispersão metropolitana compreendida como processo estimulador da reconfiguração metropolitana de Belém incide diretamente sobre os espaços de assentamentos humanos. Se pela configuração urbana concentrada esses espaços abrigavam em sua maioria os terrenos sujeitos as intempéries das marés, as denominadas baixadas urbanas, local de moradia de migrantes e da classe trabalhadora pobre, pela configuração urbana dispersa tais espaços correspondem aos loteamentos irregulares, áreas de ocupação espontâneas e conjuntos habitacionais precários, cuja carência de equipamentos e serviços urbanos é latente.

Portanto, a pobreza do espaço esta imbricada com o processo de produção do espaço (urbano e metropolitano) em Belém e sua especificidade pode ser qualificada pela precariedade das redes de saneamento básico,

energia elétrica, transportes que impactam diretamente nas condições de moradia.

Figura 7: Planta dos eixos de expansão da metrópole de Belém

Fonte: Jornal Diário do Pará (2011)

Nota: Observa-se na planta acima a composição esquemática dos dois eixos de expansão da cidade no período pós-1970. Tais eixos funcionaram como vértices do processo de dispersão metropolitana, acompanhada pela dinâmica de reestruturação urbana em Belém e conseqüente redefinição da forma metropolitana. Como se observa na imagem, enquanto o eixo Augusto Montenegro possibilita a interligação viária do núcleo metropolitano à porção norte da cidade, o eixo BR-316 fortalece os laços territoriais metropolitanos com os municípios vizinhos, principalmente o município de Ananindeua.

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal (1988) e definido pela Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Esses serviços visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

Porém, o que se tem revelado ao longo de décadas de ocupação do espaço é que o tema saneamento básico tem sido tratado com muita negligência por parte de autoridades públicas, sobretudo dos municípios que compõem o espaço metropolitano de Belém.

Não a toa, a evolução das pesquisas nesse importante setor que baliza as condições de desenvolvimento urbano de um lugar ou região, tem revelado um quadro de extrema preocupação. Isso porque, os números traduzem muitas diferenças sobre o acesso a esse importante e crucial serviço urbano que é o saneamento básico.

Se partirmos da análise mais geral, sobre o Brasil, veremos que a disponibilidade do serviço de saneamento ainda é uma realidade muito distante para inúmeras localidades, principalmente daquelas mais afastadas dos grandes centros financeiros do país. A disparidade regional é gritante quando comparamos o número de cidades que desfrutam de uma boa condição ambiental, daquelas que sumariamente convivem com a dura realidade da precariedade desse serviço.

O indicador saneamento básico revela muito sobre as condições de vida e de reprodução da sociedade, uma vez que traduz no espaço elementos da dinâmica social marcada pela desigualdade. Na maioria parte das vezes, a precariedade das redes de saneamento básico inscritas no território, traduzem, no mesmo momento, as condições de sobrevivência de populações urbanas majoritariamente pobres.

A figura 8 abaixo ilustra com maior clareza os indicadores de saneamento básico no Brasil, estabelecendo comparações regionais.

Figura 8: Localização das 20 melhores e as 10 piores cidades em saneamento básico

Fonte: Trata Brasil (2018)

Nota: Observa-se a cobertura do serviço de saneamento básico no Brasil classificada como “melhores” e piores”. O que se pode extrair é que há uma certa concentração da disponibilidade de um melhor serviço nas regiões e/ou cidades próximas de áreas financeiramente dinâmicas. Ao passo que a precariedade desse serviço tende a se localizar em regiões de menor expressão nacional. Chama a atenção é que dentre essas regiões, os municípios de Belém e Ananindeua aparecem em posições extremamente preocupantes.

Considerando o processo de produção do espaço (urbano) em Belém e Ananindeua, as suas respectivas classificações podem ser em parte explicadas pelas seguintes situações:

- (i) Em Belém, as suas condições geográficas como a distribuição dos terrenos seguindo interflúvios, com cotas altimétricas baixas e desfavoráveis a habitabilidade humana foram intensamente ocupadas por populações pobres advindas de várias localidades do estado;
- (ii) Em Ananindeua, pela forte remoção populacional de Belém em direção ao município conurbado, bem como pela chegada de novos contingentes populacionais liberados pelo esgotamento das frentes de trabalho nos denominados Grandes Projetos da Amazônia, que

passaram a ocupar terrenos irregulares desprovidos de infraestrutura urbana básica, o que deu origem a bairros e ocupações precárias.

Em trabalho sobre a dinâmica de periferização da população, Santana (1997) aponta para a seguinte reflexão

Na história da expansão urbana da Região Metropolitana de Belém, as baixadas destacam-se como um dos primeiros vetores de ocupação do espaço urbano, pelas classes menos favorecidas, sendo que até a primeira metade da década de 70 essa ocupação atingia basicamente os bairros localizados na 1ª Léguas Patrimonial. Contudo, na segunda metade dessa mesma década as ocupações coletivas irão contribuir para o extrapolamento dos limites da 1ª Léguas, atingindo um segundo vetor de urbanização que seguiu o eixo da Rodovia Augusto Montenegro. Durante a década de 80 e início dos anos 90, a ocupação urbana, pela via das invasões de terra, continuou seguindo o referido eixo, refletindo, assim, a chamada segregação urbana ou ocupação desigual do espaço. (p. 32-33)

Reforçando a concepção da dispersão metropolitana apontada por Trindade Jr (1998), a autora enfatiza o processo de apropriação do espaço por meio da ocupação de terrenos promovidos por movimentos organizados e busca constante pela moradia.

Os reflexos desse forte e intenso processo de apropriação do espaço recaíram sobre a produção de novas localizações urbanas e metropolitanas que, embrionariamente, deram origem a grandes bairros predominantemente habitados por classes mais pobres.

A problemática espacial da precariedade articula-se a questão maior da urbanização desigual (Santos, 1996) que fraciona o espaço em áreas passíveis de mercantilização no jogo imobiliário da compra e venda de lotes urbanizados ou não. Nesse caso, o precário é, ao mesmo tempo, uma condição e um meio de promoção da segregação social que impacta diretamente na posição de sobrevivência dentro do espaço urbano capitalista.

Ao aprofundarmos análise sobre os números disponíveis em relação ao saneamento básico das duas principais cidades da aglomeração metropolitana

da Amazônia Oriental (Belém e Ananindeua)²², o panorama torna-se ainda mais preocupante. Ver quadro 2.

Por isso, quando pensamos a pobreza do espaço temos revelada a sua dimensão contraditória, já que a produção do espaço carrega signos e completa sua intencionalidade pela prática social que redesenha e inscreve as suas características próprias. Produzir o espaço na metrópole é ação combinada de agentes e lógicas que se interpenetram configurando formas de morar, consumir e diferenciar pelo próprio espaço.

No tocante ao tema da moradia, um dos mais significativos indicadores da condição de pobreza, a situação também é de extrema precariedade, já que saneamento básico e habitação caminham juntos. A condição de moradia na metrópole tem se acirrado bastante nos últimos anos devido às condições precárias em termos de infraestrutura nas periferias, bem como pela dificuldade do acesso a terra urbanizada, pois o custo de comercialização ainda é restrito a uma pequena parcela da população.

Como os terrenos mais bem equipados estão concentrados nas mãos de empresas imobiliárias, a especulação entra como um obstáculo a realização da moradia digna. Nesse jogo de disputa pelas melhores frações do espaço, resta a periferia abrigar um contingente populacional cada vez maior e redefinir a sua lógica enquanto periferia, pois as recentes iniciativas promovidas pelo Estado, tendem a instaurar novos tipos de relações espaciais nesses espaços.

Como bem nos relata Ribeiro e Pechman (1985, p. 17) “o consumo habitacional será fortemente influenciado pelo modo de funcionamento do mercado de terras e de moradias.” O que é preciso capturar nas entrelinhas dessa passagem é a forma pela qual a pobreza será afetada por essa nova conjuntura. A pobreza será enfrentada como um problema social, entendida com processo de construção social da desigualdade, que se institucionaliza e ganha forma? Ou será utilizada para fins meramente estratégicos, do ponto de vista da produção da habitação social, em parceria com grupos empresariais?

²² A análise mais centrada nesses dois municípios componentes do espaço metropolitano se justifica pela maior grau de interdependência entre ambos, bem como por representarem os mais dinâmicos do ponto de vista da produção do espaço e da espacialização do fenômeno da pobreza.

Quadro 2: Ranking do Saneamento Básico 2018. Cidades com as piores condições de acesso ao serviço.

Município	UF	Ranking 2018	Ranking 2017	Delta	População Total (IBGE)	Operador	Indicador de atendimento total de água (%)	Nota atendimento total de água (máx. 0,5)	Indicador de atendimento urbano de água (%)	Nota atendimento urbano de água (máx. 0,5)	Indicador de atendimento total de esgoto (%)	Nota atendimento total de esgoto (máx. 1,25)	Indicador de atendimento urbano de esgoto (%)	Nota atendimento urbano de esgoto (máx. 1,25)	Indicador de esgoto tratado por água consumida (%)	Nota esgoto tratado por água consumida (máx. 2,5)	Indicador de investimento/arrecadação (%)	Nota investimento/receita (máx. 1)	Indicador novas ligações de água/ligações faltantes (%)	Nota novas ligações de água/ligações faltantes (%)	Indicador novas ligações de esgoto/ligações faltantes (%)	Nota novas ligações de esgoto/ligações faltantes (%)	Indicador perdas no faturamento 2016 (%)	Nota perdas no faturamento (máx. 0,5)	Indicador perdas no faturamento 2015 (%)	Nota perdas no faturamento 2015 (%)	Indicador evolução nas perdas de faturamento (%)	Nota evolução nas perdas de faturamento (máx. 0,25)	Indicador perdas na distribuição 2016 (%)	Nota perdas na distribuição (máx. 0,5)	Indicador perdas na distribuição 2015 (%)	Nota evolução nas perdas de distribuição (%)	Nota evolução nas perdas na distribuição (máx. 0,25)	Nota Total (máx. 10)	Tarifa média (R\$/m³)
São Luís	MA	76	79	3	1.082.935	CAEMA	82,12	0,41	87,00	0,43	47,75	0,61	50,55	0,64	11,04	0,34	32,58	0,70	42,72	0,21	3,59	0,23	62,71	0,12	66,21	5,28	0,25	62,70	0,12	66,20	5,29	0,25	4,33	3,66	
Recife	PE	77	75	-2	1.625.583	COMPESA	83,81	0,42	83,80	0,42	41,67	0,53	41,67	0,53	73,75	1,06	64,34	1,00	0,00	0,00	-	0,00	57,81	0,13	56,93	0,00	0,00	61,16	0,12	60,61	0,00	0,00	4,22	4,25	
Aparecida de Goiânia	GO	78	77	-1	532.135	SANEAGO	75,97	0,38	76,10	0,38	24,93	0,32	24,96	0,32	27,44	0,64	60,40	1,00	15,43	0,08	3,10	0,20	27,51	0,27	28,15	2,25	0,14	24,99	0,30	25,68	2,67	0,20	4,21	5,19	
Natal	RN	79	76	-3	877.662	CAERN	91,62	0,46	91,60	0,46	38,17	0,49	38,17	0,49	29,00	0,91	18,96	0,41	16,25	0,08	1,30	0,08	45,00	0,17	50,85	11,51	0,25	54,22	0,14	54,87	1,19	0,09	4,01	3,82	
Olinda	PE	80	81	1	390.144	COMPESA	94,99	0,47	96,90	0,48	44,40	0,57	45,29	0,58	51,55	1,13	19,18	0,41	0,00	0,00	-	0,00	56,30	0,13	55,31	0,00	0,00	62,70	0,12	57,62	0,00	0,00	3,90	3,54	
Joinville	SC	81	73	-8	569.645	CAJ	98,70	0,49	98,90	0,49	30,03	0,38	30,94	0,39	22,96	0,72	25,06	0,54	60,88	0,30	0,90	0,06	43,01	0,17	43,72	1,62	0,10	47,99	0,16	48,43	0,92	0,07	3,88	3,96	
Canoas	RS	82	84	2	342.634	CORSAN	100,00	0,50	100,00	0,50	30,25	0,39	30,25	0,39	36,24	0,77	11,04	0,24	100,00	0,50	4,46	0,28	55,38	0,14	55,22	0,00	0,00	53,38	0,14	46,30	0,00	0,00	3,84	6,69	
Pelotas	RS	83	71	-12	343.651	SANEP	96,76	0,48	99,80	0,50	59,03	0,75	63,29	0,81	19,20	0,60	1,68	0,04	0,00	0,00	-	0,00	44,65	0,17	12,91	0,00	0,00	37,48	0,20	48,84	23,26	0,25	3,80	3,24	
Teresina	PI	84	88	4	847.430	AGESPISA	99,72	0,50	99,50	0,50	23,49	0,30	24,92	0,32	14,63	0,46	4,77	0,10	90,20	0,45	6,48	0,41	50,25	0,15	47,56	0,00	0,00	47,54	0,16	51,68	8,00	0,25	3,60	3,19	
Jaboatão dos Guararapes	PE	85	99	14	691.125	COMPESA	74,17	0,37	75,80	0,38	18,95	0,24	19,37	0,25	13,62	0,43	20,25	0,44	0,00	0,00	9,68	0,62	37,90	0,20	41,51	8,70	0,25	47,86	0,16	49,30	2,92	0,22	3,54	2,14	
Belford Roxo	RJ	86	83	-3	494.141	CEDAE	78,12	0,39	78,10	0,39	39,80	0,51	39,80	0,51	33,91	1,02	16,16	0,35	0,00	0,00	0,09	0,01	68,60	0,11	68,78	0,25	0,02	46,19	0,16	46,49	0,65	0,05	3,50	3,60	
Cariacica	ES	87	85	-2	384.621	CESAN	87,36	0,44	90,20	0,45	31,64	0,40	32,68	0,42	22,90	0,72	23,11	0,50	12,43	0,06	0,69	0,04	49,39	0,15	50,08	1,37	0,08	56,05	0,13	55,67	0,00	0,00	3,40	3,33	
São João de Meriti	RJ	88	82	-6	460.541	CEDAE	93,64	0,47	93,60	0,47	62,00	0,79	62,00	0,79	0,00	0,00	10,59	0,23	0,00	0,00	-	0,00	60,53	0,12	60,81	0,47	0,03	43,73	0,17	47,26	7,47	0,25	3,32	3,57	
Várzea Grande	MT	89	93	4	271.339	MUNICÍPIO	96,97	0,48	97,00	0,48	29,27	0,37	29,73	0,38	35,39	0,75	0,00	0,00	19,46	0,10	1,24	0,08	62,71	0,12	64,26	2,41	0,15	60,70	0,12	62,65	3,12	0,23	3,27	1,86	
Rio Branco	AC	90	74	-16	377.057	DEPASA	54,63	0,27	59,50	0,30	22,00	0,28	23,96	0,31	34,25	0,56	78,22	1,00	2,17	0,01	-	0,00	59,58	0,13	60,69	1,83	0,11	58,19	0,13	59,31	1,89	0,14	3,23	2,23	
Gravataí	RS	91	94	3	273.742	CORSAN	95,24	0,48	100,00	0,50	27,84	0,36	29,23	0,37	13,59	0,42	11,98	0,26	25,38	0,13	2,60	0,17	59,47	0,13	61,07	2,63	0,16	55,59	0,13	52,31	0,00	0,00	3,10	6,55	
Duque de Caxias	RJ	92	91	-1	886.917	CEDAE	86,12	0,43	86,40	0,43	44,29	0,56	44,44	0,57	3,89	0,12	16,47	0,36	0,00	0,00	0,42	0,03	68,39	0,11	68,64	0,36	0,02	38,77	0,19	40,65	4,61	0,25	3,07	3,58	
Nova Iguaçu	RJ	93	92	-1	797.435	CEDAE	93,80	0,47	93,80	0,47	45,08	0,58	45,58	0,58	0,00	0,00	28,08	0,61	0,00	0,00	-	0,00	65,81	0,11	65,46	0,00	0,00	43,14	0,17	42,56	0,00	0,00	2,99	3,57	
São Gonçalo	RJ	94	86	-8	1.044.058	CEDAE	84,09	0,42	84,10	0,42	38,09	0,49	38,11	0,49	13,08	0,41	4,78	0,10	1,09	0,01	0,13	0,01	51,57	0,15	41,23	0,00	0,00	29,78	0,25	24,19	0,00	0,00	2,74	4,35	
Macapá	AP	95	96	1	465.495	CAESA	39,11	0,20	39,40	0,20	8,91	0,11	9,04	0,12	16,87	0,23	40,49	0,87	3,60	0,02	3,42	0,22	63,06	0,12	64,80	2,68	0,16	66,25	0,11	69,14	4,18	0,25	2,60	2,66	
Manaus	AM	96	95	-1	2.094.391	MA	87,79	0,44	88,20	0,44	10,18	0,13	10,23	0,13	23,80	0,26	18,25	0,39	23,20	0,12	0,35	0,02	71,85	0,10	73,12	1,75	0,11	44,15	0,17	46,19	4,42	0,25	2,56	5,31	
Santarém	PA	97	98	1	294.447	COSANPA / PMS	52,39	0,26	71,50	0,36	4,29	0,05	5,86	0,07	1,39	0,04	566,22	1,00	9,41	0,05	4,38	0,28	39,56	0,19	34,11	0,00	0,00	46,99	0,16	40,89	0,00	0,00	2,47	2,12	
Belém	PA	98	90	-8	1.446.042	COSANPA / SAAEB	70,41	0,35	71,00	0,36	12,62	0,16	12,73	0,16	2,67	0,08	45,93	0,99	0,00	0,00	-	0,00	45,71	0,16	45,01	0,00	0,00	46,77	0,16	44,06	0,00	0,00	2,43	2,53	
Ananindeua	PA	99	100	1	510.834	COSANPA	29,98	0,15	30,10	0,15	0,75	0,01	0,75	0,01	0,91	0,02	21,06	0,45	2,52	0,01	-	0,00	42,92	0,17	41,14	0,00	0,00	48,30	0,16	46,82	0,00	0,00	1,14	2,27	
Porto Velho	RO	100	97	-3	511.219	CAERD	33,05	0,17	36,30	0,18	3,39	0,04	3,38	0,04	1,54	0,05	6,10	0,13	11,28	0,06	-	0,00	69,77	0,11	67,00	0,00	0,00	70,88	0,11	67,00	0,00	0,00	0,88	4,78	

Fonte: Trata Brasil (2018)

Mapa 2: Distribuição da Rede de Esgoto no Espaço Metropolitano de Belém

As referências analíticas apontadas pelo quadro e pelo mapa da distribuição das redes de esgoto no espaço metropolitano denotam o tamanho da questão do problema envolvendo a disponibilidade de saneamento básico pelo território.

O destaque alarmante dado aos municípios de Belém e Ananindeua revelam problemas estruturais crônicos em seus territórios. Isso porque aproximadamente dois milhões de habitantes estão sujeitos aos gargalos do saneamento básico, ou melhor, de sua ausência.

Ao pontuarmos dois aspectos trazidos no quadro, fica nítida a situação de extrema precariedade espacial a que estão submetidos grande parte dessa população reunida nesse aglomerado conurbado.

Conforme os dados, o município de Ananindeua apresenta investimentos anuais em saneamento básico na ordem de 21,06%, porém a sua população atendida não ultrapassa 1%, chegando mesmo a 0,75% de atendimento em domicílios municipais. Por outro lado, no município de Belém há uma proporção maior em termos de disponibilidade de recursos investidos no setor, isso porque a capital recebe, via Governo Federal, recursos específicos para serem aplicados em obras de saneamento. Porém, os números mais atualizados revelam que 45,93 % dos recursos arrecadados são gastos em serviços de saneamento básico, o que correspondem a 12,62% de atendimento em termos de cobertura.

Já a análise do mapa trata especificamente da rede de distribuição de esgotos na metrópole. Conforme a representação do fenômeno a área central de Belém é a que mais disponibiliza redes coletoras de esgoto, diminuindo consideravelmente, os riscos naturais trazidos pelas doenças virais e bacterianas. Por outro lado, há uma grande porção do território desprovida desse importante serviço.

Principalmente, os bairros localizados na zona sul da cidade e aqueles estruturados a partir do eixo da rodovia Augusto Montenegro. São locais que apresentam forte precariedade espacial e urbana e concentram grande contingente populacional.

No tocante a rede de energia elétrica, constata-se certa disponibilidade mais equilibrada pelo território. Observe o mapa 3.

Mapa 3: Distribuição das Redes de Energia Elétrica no Espaço Metropolitano de Belém

Em relação à disponibilidade de energia elétrica, constata-se que as redes que interligam o território estão fortemente concentradas no núcleo central da metrópole, haja vista a maior concentração de pessoas e atividades comerciais. Por outro lado, percebemos que a mancha urbana acompanha os principais pontos de distribuição de energia, também chamados de pontos de redução.

São nessas subestações que se reduz a tensão da carga de energia gerada pela usina hidrelétrica de Tucuruí e que se distribuem para as residências e centros comerciais de pequeno e médio porte. A distribuição da rede de energia indica também importantes vetores de adensamento populacional na forma metropolitana de Belém.

Tais vetores também acompanham as redes de circulação, uma vez que a instalação de postes e equipamentos elétricos depende de certa infraestrutura previamente consolidada, a exemplo das casas de força e geradores de grande capacidade elétrica.

O mapa também revela uma relevante situação. A porção insular da metrópole é quase que desprovida desse serviço, apenas as Ilhas de Mosqueiro e Caratateua recebem energia elétrica da rede, isto porque já se constituem em espaços mais consolidados em termos de ocupação, e com variadas atividades urbanas sendo desenvolvidas, dentre elas o lazer.

Essa breve caracterização da precariedade espacial e urbana se conforma a partir da distribuição ineficaz dos serviços públicos garantidos em lei, e que o Estado em seus diferentes níveis tem a obrigatoriedade de ofertá-los com máxima qualidade possível, com vista ao equilíbrio ambiental e a promoção da qualidade de vida.

No entanto, em áreas fortemente metropolizadas, nem sempre é possível se constatar tal condição. Em muitos casos, os problemas de abastecimento de água e coleta de esgoto funcionam como instrumento de negociação política, a partir da dispensa de serviços paliativos em situações pontuais que mais provocam indignação.

.

2.1.2 Homogeneizando espaços, fragmentando usos e hierarquizando lugares: faces da produção desigual do espaço

Sandra Lencioni (2013) em brilhante texto sobre o processo de metropolização do espaço informa a seguinte reflexão:

Que o espaço é homogêneo, não há nenhuma dúvida, uma vez que salta à vista a mesmice paisagística. E que com a metropolização houve um acirramento da mesmice também é indiscutível. Importante é chamar a atenção para a ideia de fragmentação, para a ideia de fragmentação do espaço. Com a metropolização essa fragmentação se intensifica tornando claro que é na fragmentação que reside a percepção de que o espaço parece se constituir de mosaicos justapostos e, ao mesmo tempo disjuntos, conformando territórios socialmente segregados. Esses territórios revelam com nitidez as diversas temporalidades: a dos condomínios privados, a das favelas, a das pequenas cidades, a dos centros de negócios, por exemplo. Expressam temporalidades que se dão no presente, mas que têm ritmos e sentidos muito diferentes; umas lembram mais o passado, outras anunciam o devir. (p.30)

Como feixe de luz que recobre a superfície de grandes extensões territoriais, o fragmento de texto acima ilumina, pelo viés da produção do espaço, o movimento do presente, cuja temporalidade é sinônimo de processos que caminham em diversos sentidos, mas que mantém a unidade quando pensados como face do mesmo movimento, o processo de metropolização do espaço²³.

²³ Partiremos da concepção defendida por Lencioni (2006), para quem atualmente, o processo de metropolização se constitui numa determinação histórica que submete a urbanização relacionada à cidade. Em outros termos, o processo de metropolização dos espaços é uma determinação do momento atual que faz do processo de urbanização e da cidade uma herança do passado. Como determinação, a metropolização dos espaços *condiciona e produz* a história urbana dos dias atuais. Esse é o novo que suplanta a cidade, que nega a vida urbana e aprisiona, nos condomínios fechados e nos *shopping centers*, seus habitantes que vivem sob o império dos fluxos, sob a negação de tudo que é público e buscando proteção frente à sensação de medo. [...] A metropolização dos espaços não é um processo isolado. Esse processo condiciona e produz a história urbana atual e consiste numa determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização, que, a despeito de

Como bem demonstra Lencioni (2013) o “processo de metropolização se constitui, assim, numa determinação histórica dos dias atuais” (p.23) e como tal carece de novas formulações teóricas para se compreender a unidade na totalidade do processo. Isso implica em dizer que a cidade, produzida pelo avassalador fenômeno da urbanização, sobretudo em regiões menos desenvolvidas, vem perdendo centralidade explicativa, uma vez que a redefinição da economia global, acompanhada da modernização expressiva das condições gerais de produção²⁴ permite um novo olhar interpretativo para esses espaços.

Nesse sentido, Lencioni (2006) nos indica uma substancial metamorfose no que tange as funções urbanas configuradas ao longo do tempo. Para a ela, o que vem se materializando

é que ela vem deixando de ser a cidade, por excelência, do capital produtivo industrial para se alçar à condição de gestora do capital, quer relacionada à agroindústria, ao comércio, à indústria propriamente dita ou ao capital financeiro. (p.49)

Trata-se de um novo redesenhar das formas urbanas que passam a se adequar as necessidades de um movimento maior, combinado com a velocidade de realização do capital, cujas conseqüências recaem com maior força sobre o espaço urbano. Assim, as cidades são convidadas a promover um novo arranjo espacial de suas atividades administrativas, econômicas e culturais com vistas às exigências do tempo presente.

São processos de rupturas e continuidades que se mesclam dando o tom e cara nova ao espaço. São novos conteúdos metropolitanos que passam a recortar a vida coletiva e imprimir a sensação de modernidade em atos, pensamentos, gestos, gostos e na forma de experimentar a metrópole.

ter na financeirização da riqueza seu sentido, tem na reestruturação do capital produtivo seu fundamento. (p.48-49)

²⁴ O conceito de condições gerais de produção nos remete ao pensamento de Marx ao analisar as especificidades do consumo coletivo, consumo individual e consumo de luxo como forma de realização do capital e da produção do valor.

Todo esse fervilhar de mutações decorre da contínua reafirmação da lógica do capital em processar aquilo que mais se ajusta em termos de necessidades estruturais, e o espaço é, sem dúvida, um grande trunfo nesse processo. Conforme nos alerta Lefebvre ([1974] 2013)

O Espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: mas sim envolve as coisas produzidas e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: em sua ordem e/ou desordem (relativos). Como resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, não pode se reduzir a condição de simples objeto. (p.129)

A compreensão desse novo momento imperativo da determinação histórica da metropolização como processo motriz de grandes transformações em diferentes dimensões da vida social, passa pela capacidade de interpretação do espaço, enquanto simultaneidade de ordem e desordem constituídas no bojo de reafirmação da lógica de acumulação global capitalista.

No que concerne as variações do processo de metropolização do espaço no Brasil, pode-se mesmo apontar para diferentes ritmos e caminhos seguidos em diferentes realidades regionais. Em relação a Amazônia Oriental, tal processo tem sua expressão maior e mais dinâmica a partir da capital do estado do Pará, Belém.

Como visto anteriormente, os diferentes períodos de estruturação do espaço na capital paraense estiveram atrelados as movimentações econômicas regionais e nacionais, ou seja, dependia da forma de inserção da região no contexto de produção do país.

Essa relação regional/local na Amazônia é de suma importância para se buscar a compreensão das especificidades do processo de produção social do espaço. Sendo assim, podemos identificar diferentes formas de apropriação, controle e uso do solo urbano e metropolitano.

O espaço metropolitano de Belém confere certas especificidades que o diferem de muitas outras realidades brasileiras. Se podemos afirmar que a metropolização do espaço em Belém é produto direto das transformações espaço-regionais amazônicas, sobretudo daquelas verificadas a partir dos anos

de 1960, não podemos dizer que o seu padrão espacial seguiu os caminhos da mobilidade industrial, por exemplo. Isso porque a indústria apresentou muito pouco peso absoluto na composição das atividades econômicas locais.

Conforme Trindade Jr (1998) a forma metropolitana configurada a partir de Belém apresenta como principal conteúdo a suburbanização²⁵, acompanhada pela dispersão. São dois processos de muita importância e precisam de certa atenção para que se compreenda a face da desigualdade capitalista na produção do espaço metropolitano em Belém.

Isso implica em reafirmar a especificidade do processo de metropolização, uma vez que carrega como inovação a mobilidade populacional para além do núcleo metropolitano de Belém, espalhando áreas de assentamentos humanos precárias na periferia da metrópole.

Em geral, são deslocamentos espontâneos ou através da ação direta do poder público, com forte pressão do mercado imobiliário. Daí decorre as noções de homogeneização, fragmentação e hierarquização. Compreendidas também como processos que definem a coerência de determinada lógica espacial, podem trazer a tona a forma desigual na produção capitalista do espaço.

Quando pensadas à luz da produção de espaços específicos, como os de assentamentos humanos que caracterizam em grande medida a dispersão metropolitana de Belém, ratificam a lógica de apropriação desigual do espaço, visto que sofrem forte pressão econômica do setor imobiliário.

Essa questão se torna mais emblemática quando resgatamos os dois sentidos que processo de dispersão metropolitana tem se efetivado nos últimos anos. Trata-se, novamente, dos eixos viários da Avenida Augusto Montenegro, também capturada e divulgada pelo *marketing* imobiliário como a “Nova Belém” e do eixo que acompanha a interligação regional da metrópole com os municípios da região nordeste do estado, o eixo da BR 316.

Correspondem a duas importantes localizações produzidas pelas necessidades mercadológicas do setor público, bem como do setor privado, com vistas a intensificação do uso do solo urbano por meio da atuação dos

²⁵ Esse processo se caracteriza pela forte remoção da população de baixa renda para além dos limites de expansão da cidade, abarcando, mesmo, as periferias de municípios vizinhos a Belém e integrados ao espaço metropolitano

agentes de produção ligadas ao mercado imobiliário. A metropolização do espaço do espaço, nesse caso, confunde-se com a produção de novas localizações estratégicas necessárias ao movimento de valorização do espaço-mercadoria.

Nesse processo, a reprodução da paisagem urbana toma a frente e se notabiliza por criar os capítulos de uma propalada nova modernidade, combinada aos anseios de uma classe média ávida por privilégios territoriais.

Tal como em muitas metrópoles, em Belém a modernidade passa a se atrelar as diferentes intencionalidades manifestadas pelos agentes controladores da produção. Estado, empresas incorporadoras, empresas imobiliárias e cooperativas mistas redesenham as suas formas de atuação nesse novo momento de determinação da história. Observe as figuras 9 e 10 que ilustram as paisagens do eixo da Avenida Augusto Montenegro e do eixo rodovia BR-316, respectivamente.

Fonte: Status construções

Nota: Nota-se em primeiro plano a instrumentalização do espaço mediante a construção de *shopping center*, faculdade e condomínios verticais, além da modernização da via de rodagem. Já em segundo plano, bem mais ao fundo, fragmentos do núcleo central da metrópole de Belém.

Fonte: Governo do Pará.

Nota: É possível registrar o elevado fluxo de transporte na rodovia, o que caracteriza um indício de forte integração espacial metropolitana, além de anúncios de diversas empresas que deslocaram suas sedes para este ponto da metrópole.

Além desses importantes eixos nos quais se dispersa a forma metropolitana e se consolida o processo de metropolização, evidencia-se também um terceiro corredor viário, mais recente e em plena constituição. Trata-se do eixo da Alça Viária²⁶. Nessa rota tem se estruturado um conteúdo urbano e metropolitano por meio da expansão de empresas transportadoras, máquinas e equipamentos pesados, além da formação de assentamentos humanos à beira da estrada.

Importante salientar que a chegada desse novo conteúdo social, corresponde sumariamente ao processo de dispersão da metrópole que tem reforçado a descentralização de inúmeras atividades produtivas ligadas ao uso

²⁶ A Alça Viária corresponde a um grande projeto, implantado no início dos anos 2000, de interligação regional da Região Metropolitana de Belém aos municípios do baixo Tocantins e sul e sudeste do estado do Pará, por meio da abertura de estrada e construção de quatro pontes viárias com diferentes dimensões. A mais extensa corresponde a que se sobrepõe ao rio Guamá, com aproximadamente 2.600 metros de extensão.

do porto. Por isso, tais empresas passaram a se deslocar com intensidade para esta nova região da metrópole, com vistas ao melhor acesso ao porto de Vila do conde, no município de Barcarena. Daí considerarmos, para efeito de melhor compreensão da dinâmica espacial, tal município como integrante do espaço metropolitano de Belém.

Todo esse arranjo da forma metropolitana de Belém, com implicações no próprio processo de metropolização do espaço, tem confirmado o que Trindade Jr (1998) denominou de reestruturação metropolitana. De fato, a partir do momento em que o espaço passa a ser incorporado na lógica de reprodução ampliada do capital, o resultado não podia ser diferente.

Esse novo momento de determinação do metropolitano sobre as formas de produção do espaço é um sintoma de que o tempo do capital se faz cada vez mais forte e decisivo e, simultaneamente, se sobrepõe ao tempo social, daqueles que reproduzem estilos de vida e formas de habitar com base em formas metropolizadas.

Assim, o espaço metropolitano torna-se mais homogêneo a ponto de conferir e espraizar paisagens que se multiplicam como pontas da modernidade aparente. Vias de circulação, shoppings centers, condomínios fechados, conjuntos habitacionais e etc. impõem um novo ritmo de experimentar a metrópole, ainda que diferenciado.

Justamente, porque tal diferença marca a fragmentação imperiosa do espaço via redefinição das funções urbanas colocadas a serviço e ao controle dos grandes agentes da produção do espaço, dentre os quais o Estado e as empresas. Assim a aparente homogeneidade espacial é descortinada pela fragmentação do uso do espaço. Pensados na escala metropolitana, tanto o descortinar da homogeneidade espacial quanto da fragmentação do seu uso, esses dois sintomas do tempo do capital revelam a função hierárquica do espaço.

Subordinação e dominação, pois, tendem a completar o movimento analítico da tríade, já que a produção do espaço se faz cada vez mais homogêneo, fragmentado e hierarquizado em tempos de metropolização como determinação histórica do presente.

A produção e a expansão da habitação social entendida como face do processo de metropolização capturou essa lógica que imprime desconcertantes

prejuízos àqueles assistidos pelos programas habitacionais, sobretudo o mais importante deles, o programa Minha Casa Minha Vida.

2.2 Aos Espaços da Pobreza: a captura geográfica de um fenômeno atual

2.2.1 Os “retratos da pobreza” no espaço metropolitano de Belém

Uma breve caracterização sociogeográfica do espaço metropolitano se faz necessária, nesse momento, pois nos permite maior aproximação com a região. Partimos dos dados sobre a composição territorial, passando pelos aspectos humanos e desaguando nas questões econômicas, a região que conforma a metrópole de Belém desponta como o principal aglomerado populacional da Amazônia Oriental.

Conforme a sistematização realizada por Pará (2016), o espaço metropolitano apresenta as seguintes condições:

- a) Ocupa uma área de 1.826 km², equivalente a 0,2% do território paraense;
- b) Apresenta população estimada em 2.129.515 habitantes, 26% da população do estado do Pará;
- c) Concentra um PIB de R\$ 26,4 bilhões, o que representa 29% do PIB paraense;
- d) Responde por 40% do PIB de Serviços do estado;
- e) Responde por 12% do PIB industrial paraense com destaque para os distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua;
- f) Apresenta grande dinâmica no setor da Construção Civil;
- g) Em 2016 apresentou números absolutos de empregos na ordem de 523.365 empregos formais, 46% do total do Pará e 61% das ocupações na região.

Certamente, os números disponibilizados pela Secretária de Planejamento do Estado do Pará permitem extrair uma conclusão em comum:

trata-se de um espaço de comando da economia local e, portanto, de grande capacidade relacional.

A condição geográfica desse pequeno fragmento espacial do estado do Pará torna-se mais favorável ainda, do ponto de vista da gestão do território, quando se tem a concentração de quase 100% da máquina administrativa do estado, isto é, as secretarias de governo e órgãos de representação pública no município de Belém.

Além do mais, chama atenção também o fato de que nesse espaço metropolitano quase 50% dos empregos formais do estado, estavam disponíveis para a PEA (População Economicamente Ativa) e que o setor da construção civil, pela sua dinâmica, incorpora grande parte dessa fatia.

Relativamente, são dados que exprimem uma realidade razoavelmente dinâmica, do ponto de vista da produção econômica. E que, por isso, faz dessa região do estado um ponto de controle, atração e difusão de fluxos que dizem respeito à relação do regional com o local.

Por outro lado, a presença marcante da pobreza é uma condição extremamente grave. A expressão metropolitana da pobreza, sem dúvida, é uma das principais marcas herdadas pelo território ao longo desses poucos mais de quatrocentos anos de história belenense.

Compreender esse fenômeno tem sido tarefa difícil para muitos gestores e acadêmicos, visto que a aparente quantificação revela o peso ineficaz de projetos, políticas ou mesmo programas assistenciais de grande inserção na população pobre da metrópole.

A ideia de retratar tais espaços parte de uma opção metodológica de permitir a criação, ainda que mental, de uma espécie de mosaico da pobreza na metrópole. Para tanto, partimos de observações empíricas e dados populacionais sobre as áreas consideradas majoritariamente pobres, cujo conteúdo social associado à forma urbana precária da habitação e condições de saneamento básico dão o tom ao conjunto analítico.

Ao retratar os espaços da pobreza também se torna possível permitir a captura do fenômeno da pobreza e suas expressões geográficas no contexto de produção desigual do espaço na metrópole.

2.2.1.1 A pobreza que navega pelos rios: a metrópole é logo ali

O rio constitui-se na Amazônia como as verdadeiras artérias que recortam o território da imensa planície. Por ele, a região ganha vida, tem sentido, gera energia e, sobretudo, fortalece laços simbólicos que garantem sua razoável conservação. Para muitas cidades amazônicas, o rio foi o elemento estruturador do espaço.

A sua importância, numa região cujas características geográficas apelam para sua manutenção e existência, emana dos múltiplos usos que se configuram no cotidiano. Assim, o rio carrega sentimentos, mercadorias, pessoas, ele permite o contato imediato com o natural a partir do seu uso.

A metrópole de Belém é considerada pela sua localização geográfica um espaço de tamanha sorte. Na margem Sul de seu território, encontra-se o rio Guamá, principal via de circulação de populações ribeirinhas das ilhas próximas ao entorno. Já a margem Norte de seu território, desfruta da imponente baía do Guajará, palco de sangrentos conflitos pela posse do território durante o período colonial.

O resgate pontual dessas características geográficas se faz necessário quando pensamos nas diferentes formas de expressão da pobreza na metrópole. Assim como a vida regional, a pobreza também chega e parte pelo rio, num vai e vem de movimentos que já duram séculos.

A pobreza associada ao rio tem como expressão maior a consolidação do período em que as rodovias não se faziam presentes na região. Assim a quantidade de fluxos de partidas e chegadas na cidade de Belém eram proporcionalmente significativos.

Essa relação estreita da metrópole de Belém com o rio tem sentido, além de necessidades que são históricas. Isso porque por ele, se estruturou uma paisagem urbana com espaços de moradia extremamente precários. Era a fase da urbanização concentrada, processo no qual a concentração populacional foi intensa. Famílias inteiras se deslocavam para a capital em busca de ascensão social e melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Quanto à origem, são populações de cidades próximas como Acará, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-mirim e mais Soure, Muaná e Breves no arquipélago do Marajó que passaram a conviver na metrópole em formação.

Uma vez estabelecidas, essas populações passaram a habitar as margens dos canais e braços de rio existente dentro da geografia da cidade, conformando espaços de habitação precários.

A ocupação das áreas de baixadas²⁷ em Belém corresponde a esse período. A paisagem urbana formada nesses terrenos da cidade expressa essa íntima relação da cidade com rio, cujas populações locais eram precariamente abrigadas. Muito em função, do processo de especulação fundiária que dificultava o acesso aos melhores terrenos da cidade.

Figuras 11 e 12

Nota: Destacam-se duas formas urbanas marcadas pela ocupação de áreas de baixadas. Na figura 11, revela-se o aspecto da ocupação espontânea de uma importante área de baixada em Belém, o canal da Estrada Nova. Na figura 12, também configura uma área de baixada saneada, a partir da retificação do canal. Área conhecida popularmente como baixada da Gentil.

A dimensão espacial da pobreza “que vem do rio” configura-se justamente nessas formas de ocupação do espaço urbano, formando paisagens urbanas precárias em que o conteúdo social presente é composto por migrantes, pessoas com baixo nível de escolaridade, trabalhadores informais, e etc.

O rio continua sendo para essas famílias o elemento presente, porém sem qualquer apelo ao uso simbólico-cultural como no passado. A pobreza que

²⁷ O termo “baixada” se refere aos terrenos que sofrem constantemente com a ação do movimento de marés. Em geral são terrenos cuja cota altimétrica não ultrapassa 4 metros de altitude e que, por isso, estão sujeitos a periódicas inundações.

veio do rio continuou à beira do rio, expressando um novo conteúdo social, o conteúdo da segregação social.

Outra importante dimensão dessa variação da pobreza corresponde a estruturação de atividade econômicas de baixo valor agregado. A pobreza, nesse caso, estimulou o desenvolvimento do pequeno comércio em pontos à beira rio, que rapidamente evoluíram com os trapiches formando espaços de comercialização de gêneros agrícolas em forma de feira. As feiras livres da orla sul da metrópole revelam esse forte vínculo socioambiental com as regiões ribeirinhas próximas à metrópole.

As feiras livres expõem uma economia popular fervilhante nessa porção da metrópole, chegando mesmo a configurar periodicidade em seus funcionamentos. Dentre os freqüentadores, ribeirinhos, pequenos comerciantes, trabalhadores informais, vendedores entre outros. Essa é outra dimensão da pobreza liga ao rio no espaço metropolitano de Belém.

Figura 13

Nota: Aspectos da comercialização de gêneros agrícolas regionais e o desenvolvimento da economia popular na Feira do Açaí.

2.2.1.2 Dos trilhos para a estrada: a pobreza que se renova

Aqui se desdobra um novo momento de estruturação das relações de produção no espaço urbano de Belém. Trata-se da importância socioespacial da estrada de ferro Belém-Bragança, concebida no final do século XIX e concluída no início do século XX.

Essa importante ferrovia compôs um dos mais relevantes períodos da história do lugar, produzindo uma nova Geografia para cidade mediante a incorporação de novas terras a nordeste de Belém. Contextualizada pelo áureo momento de exploração da borracha, a sua construção servia aos interesses econômicos e territoriais das elites locais²⁸.

A chamada zona bragantina era tida como fundamental e estratégica para consolidar as demandas crescentes de alimentos exigidas pela população belenense e, nesse contexto, o estímulo a colonização das áreas do entorno da ferrovia permitia o possível abastecimento da cidade. Daí a necessidade de o Estado promover a criação de colônias agrícolas ao longo da ferrovia, cuja função cabal ultrapassou a simples possibilidade da produção.

A abertura da estrada de ferro impulsionou um primeiro momento de interiorização do povoamento para além do núcleo urbano da cidade de Belém. Fato que possibilitou a transformação da paisagem do lugar e imprimiu novas relações dos grupos sociais com a terra apropriada. Neste primeiro momento, fundamenta-se a ideia de expansão da cidade associada à premissa da colonização.

Em sua grande maioria composta por nordestinos e europeus, as áreas agrícolas estabelecidas ao longo dos mais de 200 km de ferrovia logo puderam se deparar com os desafios de produzir gêneros agrícolas em áreas de clima equatorial. Além do mais, o suporte governamental logo se mostrou ineficiente diante das intempéries amazônicas que insistiam em dificultar o projeto inicial.

²⁸ Segundo Leandro e Silva (2012) “Os presidentes da Província do Pará eram grandes entusiastas da ideia de construir uma ferrovia na Zona Bragantina e introduzir imigrantes estrangeiros a exemplo do que ocorria nas fronteiras do café brasileiro. Afastada da zona produtora de borracha, ainda que alguns de seus municípios produzissem uma fração da goma elástica exportada, o Estado fomentou a colonização através do recrutamento de imigrantes estrangeiros, notadamente europeus, em função de sua virtual capacidade de empreender técnicas modernas nas atividades agrícolas.” (p. 148)

Figura 14

Nota: Observa-se na planta acima detalhes do moderno projeto de construção de mais de 200 km de ferrovia que interligou os municípios de Belém e Bragança nos primeiros anos do século XX. A importância histórica e geográfica de tal empreendimento reside no fato de proporcionar a interiorização do povoamento para além do núcleo urbano da cidade de Belém.

Fonte: rotaturisticabelembraçanca.wordpress.com/antiga-estada-de-ferro-belem-braganca/

Assim, nos primeiros anos de funcionamento, logo surgiram os problemas que fatalmente implicariam em mudanças no projeto inicial. A trajetória da estrada de ferro de Bragança passou a ganhar novos capítulos não pela sua eficiência em permitir a interligação do núcleo central da cidade de Belém com as dezenas de colônias agrícolas alocadas ao longo dos trilhos, mas pela sua baixa capacidade de promover a fixação dos colonos em terras de florestas virgem.

Associado a isso, por volta da década de 1920, os preços internacionais da borracha sofreram forte redução, uma vez que as plantações asiáticas do produto passaram a competir no cenário internacional. Os seringais amazônicos deixavam de ser atrativos às casas de exportação e bancos europeus instalados na cidade.

A crise da atividade gomífera representou, em grande medida, o esfacelamento do projeto da estrada de ferro de Bragança, já que os custos para o seu bom funcionamento implicavam em constantes manutenções com equipamentos importados da Europa que, quase sempre, oneravam as reservas monetárias da Província.

A manutenção de tal projeto representava uma espécie de salto para a modernidade, incorporando o que de mais avançado e eficiente havia de disponível à época em prol da circulação de pessoas e mercadorias. A presença da ferrovia e de suas emblemáticas estações ilustrava a pujança econômica da cidade nos trópicos úmidos.

Figuras 15 e 16

Nota: Verifica-se, na figura 15, a emblemática estação de São Brás localizada na área central de Belém que marcava o ponto inicial de partida do trem rumo ao município de Bragança. Ao lado, na figura 16, a estação da colônia de Santa Isabel, um dos principais locais de parada do trem. Atualmente, Santa Isabel se constitui num dos principais municípios da malha metropolitana de Belém.

Fonte: estacoesferroviarias.com.br

A paisagem urbana desse ponto da cidade já anunciava as futuras metamorfoses na estrutura do território local. A incorporação de novas terras à dinâmica de funcionamento da cidade via estrada de ferro, não apenas possibilitou o gradual alargamento do sítio urbano, como também imprimiu novos vetores de expansão urbana.

Dito de outra maneira, a posição geográfica de Belém, marcadamente atrelada à vida fluvial e a dinâmica de fluxos provenientes das ilhas e cidades próximas, cuja identidade regional é reveladora da mais singela riqueza imaterial da relação rio/floresta, passou a funcionar como um importante elemento que permitiu a abertura de uma nova relação da cidade com o entorno, tendo na relação ferroviária/floresta o ponto de transformação inicial da então metrópole que se formara.

O período derradeiro da famosa estrada de ferro de Bragança culminou com uma série de transformações em âmbito nacional. O desgaste econômico herdado da economia da borracha e a gradual abertura de estradas de rodagem ligando diferentes pontos do território nacional serviram como catalisadores para o declínio de suas funções.

Com as regiões brasileiras mais integradas pelas rodovias, e os novos impulsos da economia industrial que começava a ganhar fôlego, o Governo Federal, via decreto, extinguiu parte da malha ferroviária sob sua jurisdição, a exemplo da ferrovia de Bragança, no estado do Pará.²⁹

A extinção da estrada representou o final de uma ousada tentativa de promover a modernização da estrutura produtiva e comercial amazônica, pautada na organização do povoamento e dos fluxos de mercadorias entre povoados, vilas e cidades ao longo da zona bragantina.

Por outro lado, esse grandioso empreendimento expressou dois fundamentos: o econômico e o espacial. Ambos, interconectados, configuraram uma nova Geografia para a região, dado o incremento do movimento populacional e as transformações socioespaciais das realidades locais que foram recortadas pela estrada de ferro. Ainda em termos espaciais, Belém alargou seu poder de influência rumo às áreas de terra firme, que, com fim das

²⁹ Com a construção e asfaltamento da Belém-Brasília, no ano de 1966, pelo Decreto 58.992 de 4 de agosto, a ferrovia foi extinta e teve parte de sua estrutura transferida para outras ferrovias federais ainda em operação. (LIMA; SILVA, 2012, p. 165)

operações da ferrovia, se transformaram em loteamentos rurais e grandes fazendas foram sendo inscritas no território. Muda-se, pois, a base produtiva local. A pecuária e seus produtos derivados passam a expressar uma nova forma de produzir e consumir na região.

As vilas deixadas pelos trilhos, em grande parte, tornaram-se municipalidades agregando capital político ao território que passou a dinamizar novas formas de apropriação e uso. Atualmente, municípios como Benevides, Santa Isabel e Castanhal componentes da malha metropolitana oficial de Belém, que outrora serviram de pontos estratégicos para a circulação na estrada, desempenham relevantes funções no que tange a organização da rede urbana local.

A compreensão dos fundamentos econômico e espacial atrelados à existência da ferrovia se desdobra na maneira pela qual o processo de produção do espaço metropolitano de Belém tem se redesenhado nos últimos anos. Ao “virar as costas para o rio” e mirar no horizonte das rodovias que ocuparam o lugar da estrada de ferro, Belém carregou para esses novos pontos do território parte dos problemas de seu núcleo central.

Por exemplo, a insalubridade das áreas de baixadas ocupadas majoritariamente por habitações precárias e concentrando populações advindas de cidades próximas e ilhas ao entorno da cidade, gradativamente, foram transferidas para as áreas insalubres das ocupações espontâneas em terrenos distantes no núcleo central da metrópole.

No movimento do processo de metropolização do espaço, a pobreza imprime uma nova marca. Acompanhando o desenho dos trilhos que formam a atual morfologia do espaço metropolitano de Belém, os espaços de pobreza se espalham diante dos novos desafios que o jogo mercadológico da terra urbana passa a comportar, sobretudo após os anos de 1960.

A pobreza que se renova é uma expressão muito oportuna para a compreensão de outra forma de manifestação capturada do fenômeno. Trata-se, na verdade, de uma mudança de padrão espacial do movimento da pobreza urbana.

Por isso, quando evidenciamos o elemento estrada guardamos relação direta com o processo de ocupação recente da Amazônia que impôs uma nova lógica de produção do espaço.

Retomando a ideia de concentração e dispersão é possível compreender a feição da pobreza urbana que saiu dos trilhos e embarcou nos caminhos das rodovias. É nesse sentido que, nesse novo momento, a pobreza também se reafirma como espaços da moradia e da resistência, dos movimentos sociais ligados a conquista da terra.

O movimento da pobreza dos trilhos para a estrada pressupõe aparente equilíbrio na conformação do fenômeno. Pelo contrário, foram momentos de muita tensão, uma vez que a questão da moradia passou a ser a chave para se interpretar a pobreza.

O processo de dispersão metropolitana dispersou aglomerados populacionais e fez surgir, conforme Trindade Jr (1998) áreas de assentamentos humanos para além do núcleo metropolitano, renovando o conteúdo sobre a pobreza.

A expansão periférica de Belém vai desenhar os novos espaços da pobreza em bairros cujo processo de formação ainda era incipiente. Rapidamente a dispersão metropolitana ganha forma e concreto, com as construções dos conjuntos habitacionais do BNH

Tais conjuntos ocuparam grandes extensões de terras e promoveram uma série de rearranjos internos, cujos desdobramentos recaíram na estruturação da metrópole em formação. A política habitacional do BNH (Banco Nacional da Habitação) irá recompor os retratos da pobreza espalhados em forma de mosaico e agrupá-los sob os auspícios do sonho de morar bem.

Mapa 4: Os Conjuntos Habitacionais Implantados pelo BNH no Espaço Metropolitano de Belém

Como podemos observar, a política habitacional do BNH se estruturou e passou a atender três segmentos sociais.

- O segmento econômico;
- O segmento médio;
- O segmento popular

O segmento econômico teve vida curta no espaço metropolitano de Belém, justamente porque apenas dois empreendimentos foram construídos. O conjunto Stélio Marojá atualmente se constitui num bairro periférico de grande concentração populacional, elevados índices de criminalidade e presença de condições precárias de vida. Já o Cordeiro de Farias seguiu o mesmo caminho e se tornou um importante bairro do eixo da Avenida Augusto Montenegro.

A lógica espacial para esse tipo de segmento torna-se bastante evidente quando a localização dos respectivos empreendimentos sugere, ao mesmo tempo, a compreensão de dois processos: a segregação e a dispersão espacial.

No primeiro, verifica-se uma forte tendência a produção de localização espacial via segregação residencial, imposta pela política habitacional à época. Concentrar e dispersar são os dois movimentos estratégicos que fizeram parte das intencionalidades do Estado. Remover populações de áreas insalubres e depositá-las em cinturões habitacionais, até então, confinados e dispersos contribuíram para reforçar a metropolização do espaço em Belém.

O segmento médio foi o de maior expressão e com maior impacto na forma metropolitana, haja vista a expressiva quantidade de famílias mobilizadas em tais conjuntos habitacionais. Dentre eles, o conjunto maguari ainda hoje tem grande importância na conformação da periferia envolvida no eixo da Avenida Augusto Montenegro.

Neste caso, sugere-se um processo de suburbanização (Trindade Jr, 1998) da população com razoável condição financeira. A política habitacional do Estado para essas famílias consistia em criar as condições favoráveis para a obtenção do imóvel, atrelada ao sistema financeiro habitacional em vigor naquele período.

Localizados no eixo de expansão da cidade, os conjuntos habitacionais deste segmento contribuíram de forma decisiva para o processo de dispersão metropolitana, uma vez que o grande contingente populacional deslocado para essas áreas da metrópole, em formação, exigiu a descentralização de serviços de baixa e média complexidade e atividades comerciais em geral.

O segmento popular teve na estruturação do conjunto da Cidade Nova sua maior expressão. Concebido para absorver a população que vivia atrelada as áreas de baixadas, produziu uma quantidade muito expressiva de unidades habitacionais e promoveu significativas transformações na estrutura urbana do município de Ananindeua. Atualmente, o bairro da Cidade Nova adquire um perfil de centralidade bem superior aos demais conjuntos, uma vez que passou durante quase 20 anos por um processo de renovação que abrangeu tanto o estilo das casas quanto o perfil socioeconômico dos moradores.

De segmento popular, atualmente se consolida como um importante bairro de classe média de Ananindeua, abrigando escolas, supermercados, faculdades e importantes órgãos da administração pública municipal.

Outra importante situação decorrente dessa intervenção no espaço foi a formação de áreas de ocupação irregular de terrenos ao redor do conjunto habitacional. Tais áreas passaram a abrigar populações deslocadas pelas obras de saneamento e canalização de algumas áreas de baixadas de Belém, bem como grupos populacionais advindas de outras regiões do estado, face ao esgotamento das chamadas frentes de exploração mineral e agropastoris na região amazônica.

O mais emblemático caso corresponde a formação do bairro do PAAR, originado de um processo de ocupação desordenado de terrenos vizinhos ao conjunto Cidade Nova e ocupado majoritariamente por populações de baixo poder aquisitivo. Atualmente, constitui-se no bairro mais populoso do município de Ananindeua e agrega em seu sítio razoável infraestrutura urbana como rede de energia elétrica, transporte público, coleta de lixo e distribuição de água.

É a pobreza em sua expressão saindo dos trilhos, passando pela estrada e parcialmente aglomerado em conjuntos habitacionais. Vamos explorar essa lógica.

CAPÍTULO 3

A NOVA CAPTURA DA POBREZA URBANA E O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: RUMO À SOLUÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, procuramos abordar a relação da pobreza urbana com a produção da habitação social ancorada pelo programa MCMV e demonstrar como, pelo discurso do enfrentamento da pobreza, há um movimento de captura da lógica do capital pela instrumentalização do espaço, por meio da proliferação dos conjuntos habitacionais na periferia da metrópole.

3.1 As miragens de concreto e as novas periferias urbanas da habitação social

Este Programa mostra que o nosso país avançou, e avançou de forma muito rápida nos últimos tempos. Este dia de hoje, ele marca um momento especial, que é o lançamento da segunda etapa de um Programa que tem um aspecto social, cidadão, que eu acredito que é profundo porque trata-se de construir as condições para que as pessoas cheguem ao chamado sonho da casa própria, que é muito mais que um sonho porque trata-se do espaço onde se constroem as relações afetivas, porque é ali que se criam os filhos, se estabelecem as ligações familiares. É ali que as pessoas conseguem atingir aquele sonho que acompanha a Humanidade desde o início da sua transformação, que é o sonho do abrigo, da proteção e da segurança. Então, esse espaço é o espaço que nós chamamos de “lar”, um espaço onde se organizam, onde vivem e onde sobrevivem e lutam as famílias deste país. Por isso, hoje é um momento muito especial.

[...] De uma certa forma, ele faz parte do mesmo movimento do Brasil sem Miséria. Ele diz respeito a um processo de priorizar aqueles mais pobres, a nova classe média e os próprios setores médios tradicionais. Ele visa a assegurar que haja, no Brasil, não só a roda do crescimento econômico e da distribuição de renda, mas também da melhoria das condições de vida, e aí a casa é um elemento fundamental.

Nós tivemos nesse processo esse duplo aspecto, porque ele foi feito em um momento em que o mundo atravessava uma das maiores crises econômicas, e isso significava também uma característica muito importante da construção civil e da produção de habitações e moradias – casas e apartamentos –, que é a geração de empregos.

[...] Ter casa própria é um elemento fundamental do processo de mobilidade social, de melhorar de vida, aquilo que todas as pessoas sonham desde que começam a se entender por gente. Ao mesmo tempo, é também a convicção de que nossa visão da relação do social com o econômico é uma visão acertada.

(Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida 2, em 16 de junho de 2011)

3.1.1 Da paisagem homogênea: a habitação como miragem

Lançado no dia 25 de março do ano de 2009 pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 459, o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV) teve como meta inicial a construção de aproximadamente um milhão de habitações que, posteriormente, seriam distribuídas e/ou comercializadas para famílias brasileiras cuja renda mensal variava entre 3 a 10 salários mínimos.

Segundo as estimativas orçamentárias daquele período, aproximadamente 34 bilhões de reais seriam disponibilizados para subsidiar o “maior programa habitacional do Brasil já implantado, após o encerramento das atividades do BNH” na década de 1980.

Trata-se de um programa de grande envergadura institucional comparando-se mesmo, em alguns aspectos à política habitacional do BNH, principalmente quando diferencia o acesso ao programa por meio de faixa de financiamento.

O programa compreende três faixas de financiamento³⁰.

- A faixa 1 (que corresponde aos rendimentos mensais de 0 a 3 salários mínimos);
- A faixa 2 (que corresponde aos rendimentos mensais de 3 a 6 salários mínimos;
- A faixa 3 (que corresponde aos rendimentos mensais de 6 a 10 salários mínimos)

Considerado como resposta do Brasil ao cenário econômico mundial que passava por forte crise, este programa impactou diretamente um importante setor produtivo nacional, o setor da construção civil. A expansão de uma rede de serviços ligada à indústria da construção marcou um novo momento de

³⁰ Ressalta-se que a partir do ano de 2016, quando do “encerramento” do governo Dilma foram estruturadas novas faixas salariais. Assim, ficaram definidas as seguintes faixas: faixa 1 (renda mensal até R\$ 1.800,00) ; faixa 1,5 (renda mensal até R\$ 2.350,00); faixa 2 (renda mensal até R\$ 3.600,00) e faixa 3 (renda mensal até 6.500,00). Descartamos essa nova forma de acesso ao programa, haja vista que faz parte de outro momento político não considerado neste trabalho.

retomada de investimentos, até então estagnados desde os anos 1990. O quadro a seguir apresenta um desenho mais detalhado do MCMV.

Quadro 3: Estrutura e operacionalização do programa minha, casa minha vida

<p>Faixa 0 a 3 Salários Mínimos Execução via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)</p>	<p>A produção é “por oferta”, o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CEF, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CEF define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do PMCMV.</p>
<p>Faixa de 0 a 3 Salários Mínimos Através do PMCMV Entidades. Segue-se o mesmo modelo anteriormente adotado no Programa Crédito Solidário: Financiamento através do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).</p>	<p>Entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações de moradia, etc.) apresentam projetos à CEF, que podem ser (ou não) em parceria com estados e municípios. A CEF efetua as análises e, após sua conclusão, envia ao Ministério das Cidades a relação de projetos para seleção. O Ministério das Cidades faz a seleção e reencaminha para a CEF que aguarda o envio, pela entidade selecionada, da lista de beneficiários a serem atendidos. A CEF efetua a análise de enquadramento dos beneficiários indicados, contrata a operação e acompanha a execução da obra.</p>
<p>Faixa 3 a 10 Salários Mínimos Financiamento via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)</p>	<p>As construtoras/ incorporadoras apresentam projetos de empreendimentos à CEF, que realiza pré-avaliação e autoriza o lançamento e comercialização. Após a conclusão da análise e comprovação da comercialização mínima exigida, é assinado o Contrato de Financiamento à Produção. A comercialização é feita pelas construtoras ou através dos “feirões” da Caixa, havendo a possibilidade de que os pretendentes à aquisição consigam uma carta de crédito na Caixa para ir ao mercado buscar uma moradia para aquisição.</p>
<p>Municípios com menos de 50 mil habitantes, “sub 50” O financiamento é operado através de Agentes Financeiros Privados (e não pela Caixa Econômica).</p>	<p>A operacionalização dessa modalidade é feita via oferta pública de recursos. As instituições financeiras se inscrevem e são selecionadas pela CEF, que em conjunto com o MCidades, define e publica o volume de recursos destinado a cada Agente Financeiro, ficando cada agente financeiro responsável por uma determinada região. O MCidades também recebe, via site, o cadastro de propostas dos entes federados, que são então selecionadas tendo como referência o déficit habitacional municipal. Os agentes financeiros são os responsáveis pela análise de risco e contratação das propostas selecionadas, e por manter o MCidades informado sobre as contratações.</p>

Fonte: Silva (2014)

O discurso de Dilma Rousseff, então presidente da República, no ano de 2011 reforça a opção do Estado em dinamizar o setor, buscando com ele parcerias capazes de fazer girar o ciclo virtuoso da economia. Por outro lado, as palavras proferidas nos remetem a uma conclusão preliminar, porém de extrema importância para este trabalho, qual seja: a relação casa/espço/pobreza consolida sua expressão mercadológica.

Ao assumir a condição de promotor quase que exclusivo do bem estar e da qualidade de vida das famílias pobres, o Estado utiliza seu principal tentáculo de sustentação e viabiliza operações de crédito em volume expressivo, garantido a aparente mobilidade social, por meio da habitação.

A casa, compreendida como expressão da dignidade humana, deixa de ser substantivada enquanto espaço do morar, do habitar e passa a ser qualificada como o espaço-mercadoria, cuja lógica só pode ser apreendida no movimento de produção (social) do espaço.

O lançamento da segunda fase do programa, expresso no discurso oficial do ano de 2011, também nos leva a crer que a melhor alternativa para a provisão da habitação no Brasil, após as experiências pretéritas, passa pela garantia do crescimento econômico, da geração de renda e da possibilidade da mobilidade social.

O peso do fator renda na composição e classificação da realidade social brasileira é cabal, a ponto de definir e arrolar o acesso de famílias aos diversos programas de transferência de renda e inclusão social via habitação.

Nesse sentido, concordamos com as reflexões de Ermínia Maricato, cujo texto “O Minha Casa é um avanço, mas segregação urbana fica intocada”, revela que

[...] Diferentemente de pão, automóvel, medicamentos, a habitação é uma mercadoria especial. Parte dessa complexidade deriva da sua relação com a terra. Cada moradia urbana exige um pedaço de terra para sua realização. E não se trata de terra nua. Trata-se de terra urbanizada, isto é, terra ligada às redes de água, energia, esgoto, drenagem, transporte coletivo além de equipamentos de educação, saúde, abastecimento, etc. (MARICATO, 2009)

Da habitação como moradia à habitação como “mercadoria especial” há um caminho bem sinuoso a ser percorrido, uma vez que tais noções dependem de fatores como localização, renda, disponibilidade de equipamentos e serviços públicos e acesso as redes de integração do território.

Talvez aqui resida uma chave para se interpretar os objetivos da aparente provisão habitacional no Brasil, mediante o programa MCMV. Quando pensado à luz da produção social do espaço tende a revelar a imbricação de diferentes níveis de práticas sociais em constante renovação.

Ao associarmos a noção de produção social do espaço às diferentes formas de produção da moradia, podemos constatar que é no espaço das cidades e, sobretudo, nos espaços metropolitanos que a tríade analítica ganha notoriedade explicativa, uma vez que dependo da maneira como se processa tal associação manifesta-se o homogêneo, o fragmentado e o hierarquizado como dimensões da prática social.

A constituição de novas periferias urbanas da habitação social que surgem em função dos efeitos territoriais do pujante programa habitacional é reveladora de que a paisagem, as funções urbanas e as relações de poder medidas pela relação de dominação-subordinação estão sedimentando a unidade espacial na totalidade da produção.

Esse movimento do presente, não se processa pela ruptura com o passado, mas sim o atualiza. Sob formas modernas de estruturação do negócio imobiliário o programa MCMV tem sua expressão financeira na composição da mercadoria habitação.

Em função desse passado recente, faz-se necessário descrever os programas habitacionais implantados no espaço metropolitano de Belém. Observe o quadro 4.

Ele faz uma breve sistematização dos programas habitacionais antes do MCMV, destacando as seguintes informações: programa, instituição promotora, natureza da provisão e conjuntos edificados.

Percebemos que essas informações são pertinentes para se pensar na nova estratégia imposta pelo programa MCMV no que tange a produção da habitação social.

Quadro 4: Principais programas habitacionais implantados na metrópole de Belém entre 1995-2002

PROGRAMA/AÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	NATUREZA DA PROVISÃO	CONJUNTOS IDENTIFICADOS NA ÁREA DE ESTUDO
PROMORADIA Programa da CEF para o setor público habitacional com recursos do FGTS aos estados, Distrito Federal, Municípios ou órgão da respectiva administração direta ou indireta.	Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) - Prefeitura Municipal de Belém (PMB)	Projeto de Urbanização.	Eduardo Angelim I, II e III, Jardim Bom Futuro, Morada de Deus I e II, Nova Belém I e II, Raimundo Jinkings e São Gaspar.
	COHAB	Infra-estrutura em novos loteamentos e áreas invadidas/Habitação.	Marituba I, Tenoné I, Tenoné II (2ª fase), Loteamento Santa Bárbara, Jardim dos Mutuns, Nova Jerusalém e Carneirinho.
		Recuperação e/ou complementação de infra-estrutura em conjuntos do PAIH.	Verdejantes I ao IV, Carnaúba, Grajaú, Sant-Clair Passarinho, Xingu, Bela Manoela, Raimundo Gaspar, Campos Eliseos, Isabel Flambot e Novo Horizonte.
HABITAR-BRASIL Programa realizado com os recursos previstos no	COHAB	Infra-estrutura em novos loteamentos.	Ariri-Bolonha, Sabiá, Beija-Flor, Uirapuru, Rouxinol e Canarinho.
		Infra-estrutura em áreas invadidas.	Paracuri II e Roraima- Amapá.
		Construção de equipamentos urbanos	Marambaia I e II e CDP I e II.
contrato de empréstimo N° 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID, com o objetivo de intervir em assentamentos subnormais.	PMB	Infra-estrutura e lotes urbanizados/Habitação.	Antônio Vinagre.
PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (PAR) Programa da CEF em convênio com governos estaduais e municipais para a produção de unidades habitacionais através da compra do terreno e projeto com posterior arrendamento residencial.	COHAB	Implantação de conjuntos habitacionais para servidores públicos estaduais de até 6 salários mínimos.	Anísio Teixeira I e II, Enéas Resque, Teotônio Vilela, Maria Laise, Mário Covas I e II e Paulo Fontelles I.
PROCRED Programa da CEF para a implantação de conjuntos habitacionais utilizando como sistema de pagamento a chamada carta de crédito.	COHAB	Implantação de conjuntos habitacionais para servidores públicos estaduais de 6 a 20 salários mínimos.	Ararçari, Fernando Guilhon, Jaçanã, José Homobono I, Ulisses Guimarães e Xavantes I, II e III.

Fonte: Silva (2014)

A análise dos novos sistemas de financiamento da habitação no Brasil expõe os tentáculos que sustentam um projeto de modernização da exploração do trabalho, em função da maior possibilidade de acumulação da renda. São modernas na forma de conduzir a transformação do objeto casa em recurso financeirizado no âmago das transações imobiliárias.

Tomando como correta a premissa de que as diferentes formas de produção da moradia podem se expressar conforme as características dos agentes sociais de produção envolvidos, podemos compreendê-la da seguinte maneira:

- a) A forma empresarial;
- b) A autoconstrução;
- c) A autogestão coletiva;
- d) A promoção pública.

Para melhor compreensão das transformações do papel do Estado na promoção de habitação de interesse social, podemos dividir a política habitacional em três tipos de atuação:

- (i) através do circuito em que o poder público é o agente promotor – modelo de execução do SNHIS;
- (ii) através do circuito em que o setor privado é o agente promotor – modelo de execução do PMCMV e
- (iii) através do circuito em que as cooperativas e associações habitacionais se colocam como agente promotor do empreendimento. (Cardoso; Aragão, 2013)

A representação esquemática de tais circuitos pode ser mais bem compreendida pelos fluxogramas a seguir.

Figura 17: Fluxogramas dos circuitos da nova política habitacional no Brasil

Fonte: Cardoso; Aragão (2013)

O panorama que se apresenta pela ilustração acima é de suma importância para que possamos aprofundar as vertentes de atuação dos principais agentes promotores da produção habitacional no Brasil.

Quando observarmos o “circuito da promoção privada da política habitacional”, o qual corresponde à forma de operacionalização do programa MCMV, fica nítida a forte presença do papel das construtoras e incorporadoras na definição dos rumos da produção. São elas que ficam responsáveis por apresentar os projetos habitacionais, nos quais já são previamente definidas as localizações dos empreendimentos e a forma de execução da obra³¹.

A centralidade adquirida pelo “promotor privado” no bojo da formulação e operacionalização de tal programa habitacional nos coloca dois questionamentos: o problema da pobreza urbana estaria solucionado pela maior dispensa de recursos orçamentários ao programa MCMV e a conseqüente produção da habitação social? Qual a relação da nova produção imobiliária com a formação das periferias urbanas da habitação social?

Os questionamentos sugerem que a pobreza urbana esteja restrita aos precários espaços de assentamentos humanos, quando na verdade trata-se de um fenômeno que se expressar de maneira multidimensional tensionado sempre pelo fator renda e trabalho. A dimensão espacial da pobreza parece ser capturada como a única passível de solução que, ao ser enfrentada pela volumosa produção habitacional, tenderia a dissolvê-la.

A paisagem homogênea dos conjuntos habitacionais produzidos pela lógica da produção imobiliária de mercado conduziria, portanto, o ataque a pobreza na mais fundamental de todas as necessidades inerentes a condição humana, o habitar.

Como bem nos alerta Carlos ([1992] 2007)

³¹ A hegemonia do setor privado como agente promotor tem várias consequências sobre as características da oferta. As construtoras, embora sem risco (ou com baixíssimo risco) e sem gastos de “incorporação imobiliária” irão buscar sempre incluir nos seus ganhos não apenas aqueles obtidos na construção como também as margens que puderem ser imputadas sobre o preço original da terra, ou seja, os lucros globais não são apenas aqueles aferidos no processo de produção (lucro da construção), mas também o lucro aferido no processo de mercantilização do empreendimento (lucro imobiliário decorrente da transformação do uso do solo). Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013: 54)

A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo em que é representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão somente, produto da história. A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Ai emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano *[e o metropolitano]*. (CARLOS[1992] 2007: 24).
Grifo nosso.

O habitar, a partir da propagação dos conjuntos habitacionais, passa a expressar a nova cara geográfica da periferia nas metrópoles, incorporando a pobreza em espaços homogêneos que mais reforçam a segregação social e espacial e acirram a presença de um espaço fragmentado e hierarquizado no contexto de organização espacial metropolitana.

A paisagem dos conjuntos habitacionais funciona como aparência, é a forma tentando encontrar o conteúdo e capturá-lo sob o signo da habitação, da condição aparente do morar bem. O custo de todo jogo fictício da relação casa/pobreza/espaço se revela na profunda relação de mercado em que o espaço designa tanto sobre a pobreza quanto sobre o produto casa.

Pereira (2008) aponta com bastante lucidez que estamos diante de “uma mudança na maneira de habitar e construir a cidade” (p.55). Tal proposição nos remete a pensar a cidade no plano de sua reestruturação evoluindo a condição de metrópole, pois é nela que se constituem, atualmente, os laços de uma economia mundializada e a serviço das grandes empresas.

Ora se estamos conduzindo as práticas sociais sempre no caminho da reafirmação da diferença, os espaços que, por ventura, estão sendo produzidos já trazem essa proposição de maneira implícita, visto que pela diferença se justificam a unidade espacial e os processos inerentes a ela.

Nesse sentido, a habitação como miragem é tida como essencial para a manutenção de um projeto maior de dominação de classes, justamente porque a pobreza passa a ganhar forma, e razão de existência, principalmente no contexto de formação de novas periferias.

3.2 A singularidade e a capilaridade do PMCMV no espaço metropolitano de Belém

Por se tratar de um programa habitacional concebido para alcançar uma grande camada da população, o MCMV se inscreve na paisagem urbana e metropolitana de Belém deixando sua marca no território. Compreender como se processou a sua singularidade e capilaridade pressupõe reconhecer a existência de diferentes formas de produção da habitação social na malha metropolitana, bem como diferentes lógicas de apropriação do espaço que conformam o acirramento da disputa pela terra urbana entre diferentes agentes sociais no lugar.

3.2.1 Os empreendimentos imobiliários do programa MCMV e suas expressões geográficas

Um dos grandes debates que o programa habitacional tem suscitado diz respeito a duas dimensões: universalização e focalização. Essas duas dimensões permitem um maior diálogo com a noção de produção social do espaço, que tem sido privilegiado ao longo do trabalho.

Quando instituído no ano de 2009, o MCMV tinha objetivos bem claros. Garantir o acesso a habitação, via mercado, da população em condições de pobreza, residente em áreas precárias. A meta ambiciosa, rapidamente, provocou euforia em vários segmentos da sociedade, sobretudo, da classe empresarial ligada ao setor da construção civil.

A demanda era (e continua sendo) grande e o “problema” da moradia exigia respostas mais objetivas e condizentes com as diferentes realidades geográficas. Somente o Estado, na sua condição de gerenciador, poderia viabilizar a operacionalização de tamanha empreitada.

Passados quase uma década de implantação, as primeiras impressões que saltam aos sentidos é que o programa ainda carece de muitos ajustes, não obstante os avanços na quantidade de habitações construídas no período.

Essa questão passa pela reflexão que a natureza do Estado tem apresentado e que estrutura suas ações e contradições. Assim, Jacobi (1993) demonstra que o Estado, ao expressar os interesses das classes hegemônicas, expressa também as contradições sociais existentes na sociedade, à medida que o mesmo é a condensação de uma relação de forças sociais.

[...] ao tratar o Estado capitalista, estamos nos referindo a uma dinâmica contraditória das classes sociais, expressa na aliança de frações de classe, cujos interesses conflitantes variam segundo o contexto. Por outro lado, verifica-se que as transformações das relações entre Estado e a economia remetem a modificações substanciais das relações de produção capitalista em toda a sua complexidade e diversidade. Assim, a partir das transformações que ocorrem no plano da intervenção estatal e dos processos de socialização da produção, surgem novas abordagens que começam a questionar o que foi denominado de uma concepção 'instrumentalista' do Estado, que o vê como agente executor dos interesses da burguesia e do capital. Esta argumentação maniqueísta e reducionista escamoteia um dado fundamental, o de que a contradição é essencial para se compreender o caráter do Estado e das relações de classes" (JACOBI, 1993: 3)

Nesta pequena passagem o Estado é questionado no seu fundamento maior que é a capacidade de mediar interesses. Quando pensado na lógica da produção capitalista esse fundamento deságua fornecendo pistas e instrumentos para que a ação dominante prevaleça.

No contexto cada vez maior em que as diretrizes neoliberais dominam grande parte do pensamento dos 'homens de estado' o desafio da mediação torna-se ainda maior. É preciso compreender também que tal mediação é cercada de instrumentos jurídicos legais, as vezes produzidos para atender alguns interesses mais obscuros, como exemplo, as leis de regulação do uso do solo urbano.

É nesse quadro de legitimação do papel do Estado que o programa MCMV deve ser tratado, pois se baseia em estratégias de Estado e não de governo. Porém, quando convida a participar como principal parceiro o capital imobiliário as lentes de interpretação mudam de grau. Maricato (2011) reflete criticamente quando o Estado apenas retoma a política habitacional com

interesse apenas na quantidade de moradias, e não na sua fundamental condição urbana.

Os terrenos utilizados situam-se próximos a fontes de transporte, mas estariam inseridos em localizações periféricas. Da mesma forma, os conjuntos habitacionais reproduzem a lógica do condomínio-clubes, noção urbanística rejeitada pelo repertório político estruturado nos espaços de organização dos movimentos de moradia a partir dos anos 80. Ainda segundo a autora, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades representam uma base legal capaz de garantir a função social da propriedade. No entanto, o desenho do Programa Minha Casa Minha Vida terminaria por reproduzir desigualdades sociais e a segregação urbana (MARICATO, 2011).

No estado do Pará, o MCMV tomou a seguinte proporção no ano de 2011, quando do lançamento da sua segunda e mais importante fase.

Quadro 5 : Quantidade de empreendimentos contratados do PMCMV, faixa de 0 a 3 salários mínimos, em julho de 2011, no estado do Pará

Município	nº de Unidades Habitacionais
Castanhal	2.897
Marabá	2.500
Itaituba	1.430
Ananindeua	1.351
Abetetuba	1.058
Marituba	1.058
Tailândia	1.053
Parauapebas	1.000
Paragominas	969
Altamira	958
Barcarena	715
Benevides	712
Igarapé Miri	682
Redenção	500
Viseu	498
Moju	496
Alenquer	495
Uruara	492
Santana do Araguaia	413
Santa Isabel	224
Santa Bárbara	221
Total	19.722

Fonte: Lima et. al (2013)

Ao analisarmos o quadro acima constatamos uma expressiva contratação de empreendimentos imobiliários naquele período, sobretudo aqueles voltados para as famílias mais pobres. Os municípios de Castanhal, Ananindeua, Marituba, Barcarena, Benevides, Santa Isabel e Santa Bárbara, correspondente ao espaço metropolitano de Belém despontam com grandes volumes de contratações.

Isso implica em dizer que o espaço urbano desses locais passou por profundas transformações, sobretudo os municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides os mais próximos e fortemente integrados a dinâmica metropolitana de Belém pelo eixo BR-316.

Quadro 6: Densidades nos projetos dos empreendimentos contratados no PMCMV em municípios próximos a Belém, julho, 2011.

Nome do Empreendimento	Município	Tipologia	Unid. / ha	Hab. / ha (1)
Residencial Ananin	Ananindeua	Casas	78,13	312,50
Residencial Taguará	Ananindeua	Apartamentos	200,00	800,00
Residencial Jardim Campo Grande	Ananindeua	Apartamentos	258,62	1034,48
Residencial Paulo Fonteles II	Ananindeua	Apartamentos	54,00	216,00
Res. Jardim das Juritis - 1ª Etapa	Benevides	Casas	33,77	135,09
Res. Jardim das Juritis - 2ª Etapa	Benevides	Casas	33,77	135,09
Jardim dos Eucaliptos	Marituba	Casas	29,92	119,69
Residencial Jardim dos Pardais	Marituba	Casas	37,77	151,08
Residencial Jardim Albatroz II	Marituba	Casas	39,21	156,85
Residencial Albatroz I	Marituba	Casas	31,47	125,86
Jardim das Andorinhas	Santa Bárbara	Casas	32,12	128,49
Jardim das Garças	Santa Isabel	Casas	36,70	146,80

Fonte: Lima et. al (2013)

A análise atenta das informações contidas no quadro sobre a densidade, ou seja, o tipo de intervenção espacial proveniente da estrutura habitacional a ser construída, nos indica um modelo majoritariamente de casas a serem disponibilizadas. A justificativa passa pela esfera de mercado, uma vez que os custos de produção e os materiais utilizados nessa tipologia habitacional são relativamente menores, se comparados ao tipo apartamento.

Além do mais, a construção de casas em forma de empreitada faz com haja uma rápida realização do capital no ciclo de produção habitacional, ampliando também a concorrência entre as empresas imobiliárias atuantes nessa faixa de renda.

Seguindo, percebemos também que a tipologia apartamento abriga uma capacidade maior de pessoas, já que a intensificação do uso do solo é mais expressiva, porém demandando maior capacidade de infraestrutura urbana no entorno, às vezes sem sucesso.

Destaca-se, também, no quadro a forte participação do município de Ananindeua na composição total de construção de unidades habitacionais, comprovando a mobilidade populacional de famílias pobres, geralmente daquelas em situação de risco em áreas de assentamentos precários na metrópole, conformando a nova cara da periferia na metrópole.

Figura 18: Residencial Paulo Fonteles II, Ananindeua (PA)

Nota: Nota-se os aspectos urbanísticos do tipo de moradia produzida, no caso apartamento, o que permite intensificar o uso do solo.

Figura 19: Residencial Jardim Campo Grande, Ananindeua (PA)
 Nota: Um dos maiores empreendimentos contratados pela Caixa Econômica Federal nesse município. Percebe-se a relativa verticalização das habitações de até quatro andares.

Figura 20: Residencial Jardim Albatroz II, Marituba (PA)
 Nota: Predomínio da produção habitacional do tipo casa, conformando uma nova tipologia da habitação social na periferia da metrópole.

3.2.2 Confinar e espriar: a nova lógica de produção financeirizada da habitação

Pereira (2008) quando nos convida a pensar em “novas formas de habitar e construir na cidade” também deixa pistas de que pensar a relação entre o habitar e o construir é uma necessidade constante em formações sociais que estão em pleno processo de transformação.

Dada as condições do presente, podemos afirmar que nunca produzimos uma quantidade tão expressiva de habitações como antes. Por um lado, essa constatação é extremamente positiva, visto que a casa é um lugar de encontros, de reencontro, onde o cotidiano se expressa com toda a sua força e por meio dela, o cidadão tem sua dignidade reestabelecida. Por outro, essa produção em escala ampliada trouxe muitas implicações socioespaciais, que transbordaram a morfologia de muitas cidades, inclusive metrópoles.

Diante deste cenário favorável, o público de menor renda tornou-se atrativo para a indústria da construção, que passou a contar com uma enorme massa de “clientes” em condições de consumir a mercadoria habitação, o que acarretou a reestruturação de diversas empresas do setor, por meio de aquisições, associações, criação de subsidiárias, contratação de profissionais, lançamentos de ações no mercado financeiro. (CAMPOS; MENDONÇA, 2013: 73-74)

Diferente de Pereira (2008) para quem há novas formas de habitar, os autores acima grifam o termo “mercadoria habitação” em referência ao novo momento da lógica de produção imobiliária no Brasil. Tal lógica refletiu diretamente na estrutura das empresas que passaram a aumentar os seus respectivos capitais em operações nas bolsas de valores, com vistas ao maior domínio das concorrências públicas do programa MCMV.³²

³² São exemplos: a Even Construtora e Incorporadora S.A. (que entrou no mercado de Belo Horizonte em 2007), teve sua origem na fusão, em 2002, da ABC Investimento com a Terepíns & Kalili, fundadas em 1974 e 1980. A PDG teve sua origem em 2003 como uma área focada no ramo imobiliário em um banco de investimentos. Com a abertura de capital em 2007, adquiriu três grandes empresas: a Goldfarb, A CHL e a Agre. Em 2010 a empresa comprou a totalidade da Incorporadora Asacorp. Em 2006 a Cyrela iniciou a expansão geográfica para 7 estados brasileiros (atualmente está presente em mais de 30 estados) e em 2007 criou a marca Living (marca de empreendimentos econômicos). Em 2008 incorporou a RJZ Engenharia e constituiu joint ventures com a Concina, Cury, Cytec, SKR, Lider, IRSA. Em 2009 a Living tornou-se

Esse salto no processo de reestruturação empresarial ligada ao setor da construção civil apontou para um processo de reorganização do espaço urbano e metropolitano, uma vez que grandes frações de terras, antes, desvalorizadas ou mesmo “esquecidas” passaram a compor o mapa das principais localizações dos novos empreendimentos habitacionais do programa.

Na visão de Pereira (2008, p. 55) a emergência de uma nova forma metropolitana associada ao surgimento de novos produtos imobiliários, parece dominante a ponto de provocar rápidos ajustes jurídicos entre as empresas do setor. Além do mais, o espaço ganha também uma nova dimensão, pois funciona como importante meio para a realização desse projeto maior, denominado de “reestruturação imobiliária”.

Nesse sentido, qual a relação da produção da habitação social pelo programa MCMV com essa nova forma de habitar e construir a cidade? Como essa relação ganha expressão material no espaço metropolitano de Belém?

As questões propostas funcionam mais como proposições didáticas que permitem um melhor balizamento das ideias a serem desenvolvidas, facilitando a compreensão lógica do pensamento.

Living Construtora, com sede própria. Em 2006 a Gafisa comprou a AlphaVille Urbanismo, passando a atuar no segmento de incorporação e venda de loteamentos de alto padrão. Em 2007 criou a subsidiária Fit Residencial Empreendimentos Imobiliários, direcionada a incorporação, construção e administração de projetos residenciais para a população de baixa e média-baixa renda. Em 2008 passou a controlar a Construtora Tenda e a Fit foi incorporada pela Tenda. Em 2010 a ação da Construtora Tenda deixou de ser negociada na Bovespa, passando a constituir-se em ação da Gafisa. Em 2008, a Construtora Lider se uniu à Cyrela Brazil Realty, criando a joint venture LiderCyrela. Em 2008 fundou-se a Primóvel, braço econômico do Grupo Líder. Em 2007 a MRV avançou na diversificação geográfica, marcando presença em mais de 50 cidades brasileiras, e passou a deter participação acionária no capital social das construtoras Prime e Blás, que atuam no segmento de empreendimentos populares. Adicionalmente, em 2007, a MRV assinou com a CAIXA em Protocolo de Intenções que a tornou a primeira construtora correspondente negocial da CAIXA no setor imobiliário, agilizando a concessão de empréstimos aos clientes. Em 2008 foi constituída a MRVLOG, para atuar no segmento imobiliário de incorporação e locação de centros de distribuição, condomínios industriais, hubs e condomínios logísticos. Criada em 1991, a Rodobens Negócios Imobiliários iniciou sua atuação no segmento média-baixa renda em 2002. A Construtora Lincoln Veloso, criada em 1983 para atuar no mercado imobiliário para a média-alta e alta renda, passou a atuar no segmento média-baixa renda a partir de 2008, tendo como parceira a Rodobens Negócios Imobiliários. Em 2006 a Rossi Residencial iniciou a expansão geográfica com a inauguração da regional Brasília e estabelecimento de joint ventures com outros incorporadores regionais. Em 2001 criou a Precon Engenharia, passando a atuar também na incorporação imobiliária residencial e de galpões industriais. (CAMPOS; MENDONÇA, 2013: 73-74)

Como visto anteriormente, o ambicioso programa habitacional dos governos petistas foi de suma importância para soerguer o setor da construção civil no Brasil, que passava por anos de estagnação, sobretudo, do ramo da produção de moradia. A extinção do BNH, acompanhada da instabilidade econômica do período seguinte acarretou em considerável redução dos investimentos públicos e privados nos ramo da produção habitacional. A crise no setor fez com que muitas empresas de atuação mais regional tivessem suas atividades encerradas.³³

Todo esse cenário de extrema preocupação e indefinições no setor foi gradativamente sendo controlado quando em meados dos anos 1990 o governo de Fernando Henrique Cardoso cria novas estruturas organizacionais para tocar o financiamento da produção imobiliária no país. A securitização imobiliária passa a dar as cartas como principal estratégia de financiamento do setor imobiliário³⁴.

A partir de então, o Estado estimula um processo embrionário no qual as grandes corporações passam a protagonizar as decisões sobre projeto, financiamento e execução da obra, bem diferente de tempos passados. Tomando como base a noção de flexibilização, começam a avançar sobre os mercados de alto e médio padrão e iniciar um processo de reorganização espacial nas cidades.

Todo esse contexto torna-se importante resgatar pelo fato de nos proporcionar uma visão do presente em movimento, cujo passado é apenas realinhado as condições do momento atual. A centralidade que as empresas imobiliárias aparentam ter, na verdade se concretiza no momento da definição das lógicas de produção sinalizadas.

Daí surgirem pistas para buscar esclarecer a relação da produção da habitação social e as novas formas de habitar e construir a cidade. A

³³ A Encol foi uma das maiores empresa brasileira atuante no setor da construção civil. Foi fundada em 1961 pelo engenheiro Pedro Paulo de Souza, na cidade de Goiânia. Chegou a ser a maior construtora brasileira. Entrou num processo de decadência em meados da década de 1990. Levada por uma crise de inadimplência, após notícias plantadas na imprensa, e intervenção temerária do Banco do Brasil, a empresa não pôde cumprir suas obrigações e veio à falência em 1999, deixando vários edifícios inacabados no país.

³⁴ Para compreender de forma mais bem detalhada todo o movimento do mercado financeiro sobre a securitização imobiliária, ver a pesquisa de Luciana Royer, cujo título é Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas (2009)

especificidade da habitação social pode ser considerada um elemento da trama explicativa.

Ao assumir posição de destaque no âmbito do programa MCMV, esse tipo de produto imobiliário articula duas lógicas no processo de produção do espaço. Como bem nos mostra Pereira (2008) os “novos artefatos arquitetônicos e urbanos” parecem aprisionar um momento da produção do espaço em que as estratégias do capital se sobressaem e dão o tom desse novo habitar.

Refiro-me as lógicas de confinamento e espraiamento da pobreza e da produção imobiliária voltada à habitação social. Longe de se excluírem, estão cada vez mais interdependentes e ancoradas na ideia de produção desigual do espaço.

Em relação ao espaço metropolitano de Belém, a constatação de tais lógicas é compreensível a partir de dois componentes. A localização dos empreendimentos e a destinação do volume de unidades habitacionais.

A localização dos empreendimentos do PMCMV segue, de forma geral, as determinações de mercado, haja vista que o preço da terra parece ser componente importante. Por isso, a seleção dos terrenos aponta para as franjas metropolitanas, o que permite a redução do custo da produção de modo geral.

Já o componente volume de unidades habitacionais é evidenciado também pela destinação à camada de renda até três salários mínimos, cujo total em 2014 chegou ao patamar de 65% do total de empreendimentos e de 40% das UHs contratados para Ananindeua, um importante município da malha metropolitana de Belém, em que se verifica maior dinâmica urbana e, atualmente, grande transformação no uso do solo.

Os demais municípios também receberam aportes de investimentos imobiliários em seus territórios (quadro 9) e as referidas lógicas também se fazem presentes nesse locais, porém apresentando dinâmicas diferentes. No caso de castanhal, que se constitui numa cidade de porte médio, o confinamento da habitação social, bem como o espraiamento da produção imobiliária, ganha outro significado, ainda que inserido na lógica de produção desigual do espaço.

A análise do mapa sobre a localização dos empreendimentos do programa MCMV no espaço metropolitano de Belém reforça nossa afirmação.

Mapa 5: Localização Espacial dos Conjuntos Habitacionais do Programa MCMV no Espaço Metropolitano de Belém-2014

Como se pode perceber, dos 17 conjuntos habitacionais construídos para atender as famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos, apenas um encontra-se em Belém. Trata-se do conjunto Jardim Maracá, localizado no bairro do Tapanã, área periférica da metrópole de Belém.

Destacam-se também os municípios de Ananindeua e Castanhal como sendo os que mais concentram intervenções do programa habitacional. Essa condição geográfica tem desdobramentos na configuração da forma metropolitana que se torna mais dispersa e passa a aglomerar um número cada vez maior de espaços, antes caracterizados como de uso rural, à dinâmica de reprodução desigual do espaço metropolitano.

O papel central que a rodovia BR-316 apresenta na definição das áreas também merece destaque. As empresas imobiliárias tomam como centrais a localização de áreas próximas aos eixos rodoviários, já que facilita a execução do projeto em termos de tempo da construção, ampliando as possibilidades de atuação em outras frentes imobiliárias.

Por isso, ao mesmo tempo em que se espraia a lógica da produção imobiliária, confina-se a lógica da pobreza, reorganizando as populações pobres no espaço e abrindo caminho para o mercado imobiliário em outros espaços da metrópole.

É a pobreza sendo revelada em sua dimensão política, cujo espaço é instrumentalizado pela forma conjunto habitacional. Cria-se, portanto, espaços de segregação homogeneamente pobres no contexto de reprodução do espaço metropolitano de Belém.

A pobreza sendo capturada sociologicamente para se expressar geograficamente em miragens de concreto, que passam a fazer parte das novas periferias urbanas. O “problema” da pobreza se dissolve em formas expressivas de regulação do espaço por parte da produção imobiliária. Eis aqui uma das dimensões das novas formas de habitar e construir as cidades anunciadas por Pereira (2008).

Assim, o espaço da produção da habitação social instrumentaliza-se para estimular a reprodução desigual do espaço na metrópole, conformando lógicas, dinâmicas e formas adequadas à manutenção dos “jardins” da esperança e da pobreza (agora regulada).

À GUISA DE CONCLUSÃO

*DA POBREZA CAPTURADA À POBREZA (URBANA) REGULADA: A
HABITAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO
DESIGUAL DO ESPAÇO NA METRÓLE DE BELÉM*

Discorrer sobre o tema da pobreza foi muito desafiador. Sobretudo porque se trata de um tema que transcende as ciências sociais, passa pela economia, pela demografia, pela estatística e, cada vez mais se consolida como um tema de caráter multidimensional.

O olhar com que foi priorizado neste trabalho parece ser ainda mais complexo de se compreender, justamente porque o objeto de pesquisa formulado fugiu aos padrões comumente conhecidos sobre a pobreza.

Sem dúvida, trata-se de um tema muito recorrente no âmbito das instituições de ensino e pesquisa porque é atual, é contemporâneo e está no seio de todo o processo de produção capitalista. A pobreza sugere pensar na desigualdade, considerando diferentes níveis e dimensões. Sugere também o oposto, a igualdade, quando combatida ou mesmo enfrentada por políticas de estado e de espaço.

Ainda que aparente, o par analítico desigualdade/igualdade encontra-se no cerne de qualquer análise sobre a pobreza. Pobreza é sinônimo mesmo de ausência, que se quer presença de alguma coisa, produzida, transformada pelo trabalho daqueles que “inventam” a pobreza. Parece contraditório, mas a pobreza é isso, contradição na essência.

Muitas formulações foram concebidas sobre o tema da pobreza ao longo do tempo e também foram inúmeras as tentativas de submetê-las como verdade absoluta. Porém, como fenômeno multidimensional, a pobreza ganha formas e conteúdos diferenciados, submetendo informações que precisam ser apreendidas, para se buscar uma explicação mais coerente possível.

Nesse sentido, é possível explicar a pobreza enquanto fenômeno contemporâneo multidimensional? Pelo que foi visto neste trabalho, explicá-la talvez seja uma tarefa para muitas gerações, porém compreendê-la dentro de uma perspectiva teórico-metodológica talvez sim, seja possível.

Eis aqui, um primeiro momento da guisa de conclusão que precisa ficar explícito. Em nenhum momento, buscamos explicar o fenômeno da pobreza, pois compreendemos que toda explicação aprisiona o pensamento dentro de uma relação lógico-formal. Mas sim, buscamos compreender a natureza do termo pobreza e sua manifestação na qualidade de urbana, já que vivemos um mundo urbano e metropolitano e a pobreza é, sem dúvida, uma preocupante mancha social desse mundo.

Além do mais, buscamos compreender, como no atual momento, o tema pobreza passa a ser central nos debates sobre as questões do desenvolvimento nacional. A centralidade do tema foi, sem dúvida, um importante passo para a sua melhor compreensão, pois ressaltou o seu tratamento como questão social, produzida historicamente por meio de relações sociais de produção.

Num país como o Brasil, cujas particularidades regionais se impõem como cenários múltiplos da ação, a centralidade do tema precisa urgentemente ser compreendida como necessária, auxiliando qualquer estratégia que tenha no espaço (social) seu fundamento maior.

Daí optarmos em capturar o termo pobreza levando em consideração dois elementos. A historicidade e a institucionalidade. Compreendemos que a pobreza se expressa pela história da produção social e pela sua institucionalização como questão social (e espacial).

Ao considerarmos esses dois elementos indissociáveis para a compreensão da pobreza, pudemos reformular nossa questão sobre o que é a pobreza, ou melhor, como a pobreza tem sido representada e capturada pela ação permanente do pensar.

A grande tarefa aqui foi desvendar as diferentes formas de tratamento que o tema pobreza foi desenvolvido, para que pudéssemos proceder a sua investigação.

O que chamou atenção, num primeiro momento, foi o acelerado processo de empobrecimento da população brasileira e, em especial, da população de Belém nos últimos anos. A expansão vertiginosa do trabalhador ambulante e a abertura maciça de pequenos comércios varejista em pequenas residências na periferia metropolitana indicavam uma das expressões da pobreza em Belém.

Com o advento do governo petista, as políticas de estado centraram-se em três elementos. Distribuição de renda, habitação e proteção social. A trinca formava a grande arquitetura institucional do importante período da história do país.

Para muitos, o país passava a priorizar as questões sociais como necessárias ao bom andamento dos projetos econômicos e, de fato, ocorreu.

Sociedade e economia passaram a fazer parte do mesmo receituário e das mesmas intenções governamentais.

Santos ([1978] 2009: 13) nos alertara afirmando que a abordagem do problema da pobreza nos países subdesenvolvidos é cheia de dificuldades e ciladas. As dificuldades são encobertas pelos deficientes instrumentos de pesquisa, tais como estatísticas e classificações duvidosas, enquanto a confusão a respeito dos objetivos e as formulações teóricas falsas ou incompletas representam verdadeiras arapucas.

Essas considerações foram extremamente necessárias, pois nos possibilitaram um redesenhar do esquema analítico da pobreza e, a partir daí, reconhecer sua verdadeira multidimensionalidade.

Por isso, procuramos afastar da análise proposta um olhar sobre a pobreza que estivesse restrito aos esquemas de números, gráficos, tabelas e estatísticas em geral, ainda que necessários nas tomadas de decisão no âmbito das políticas assistencialista. E nesse sentido, chegamos a capturar a pobreza dentro de uma perspectiva política, na qual a pobreza e o pobre passam a ser compreendidos no movimento da reprodução das relações sociais de produção.

Isso implicou numa decisão. Escolher de que forma pobreza e política atuavam na mesma dimensão. A intuição nos levou ao caminho da produção imobiliária, principalmente a produção da habitação social, que por meio dela articulou-se o discurso político do enfrentamento da pobreza.

Os discursos presidenciais evidenciados na pesquisa reforçam essa hipótese de que a pobreza foi capturada e utilizada pela política, como forma de garantir a reprodução das relações sociais de produção e, ao mesmo tempo, a boa governabilidade.

Nesse sentido, a passagem da pobreza capturada para a pobreza (urbana) regulada pôde ser compreendida, tendo como cenário o ambicioso programa habitacional – o programa Minha Casa, Minha Vida.

Essa passagem só pode ser entendida se relembrarmos que as transformações recentes das cidades se aglutinam e encontram integração na noção de reestruturação imobiliária, que envolve a dimensão da reestruturação produtiva da indústria da construção e a relação dessa dimensão com a propriedade imobiliária urbana (PEREIRA, 2008: p. 58).

No caso do programa MCMV, a pobreza urbana funcionou como um poderoso elemento de regulação do espaço, uma vez que proporcionou a produção de diferentes lógicas espaciais no espaço metropolitano de Belém.

Ainda que a diversidade dos espaços de pobreza seja latente na malha metropolitana de Belém, a função primeira foi não reconhecê-los como produtos de reprodução desigual do espaço. Capturá-los na forma de assistidos e utilizá-los na condição e agentes integrados na lógica de reprodução ampliada do capital imobiliário foi o caminho descrito e compreendido.

Esse movimento tem um peso muito relevante na configuração geográfica do espaço metropolitano. Por meio de extensores e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a sua superfície total e este aumento de área encoraja a especulação, o processo recomeçando e se repetindo em crescendo (SANTOS [1987] 2014: 63).

A reprodução desigual do espaço na metrópole de Belém, no presente momento, guarda relação direta com a produção da habitação social, esta utilizada como instrumento de regulação da vida e de lógicas espaciais metropolizadas.

Eis um caminho de interpretação para se compreender a pobreza em sua multidimensionalidade. Economicamente quantificada, sociologicamente capturada, geograficamente espacializada e regulada e politicamente revelada.

A trama geográfica da pobreza é, cada vez mais, instrumental.

Emana poder.

REFERÊNCIAS

AMMANN. Safira Bezerra. **Expressões da Pobreza no Brasil**: análise a partir das desigualdades regionais. São Paulo: Cortez, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Trad. Estela dos Santos Abreu. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Parcerias estratégicas**. Nº 12 setembro 2001.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. A Urbe Amazônida. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BELÉM. Anuário estatístico do município de Belém, 2010.

BELÉM. Lei n. 7.401, de 29 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano de Acordo com as Diretrizes de Estruturação Espacial da RMB. Belém: Imprensa Oficial, 1988.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: BLAY, Eva Alterman (org.). **A Luta pelo Espaço**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 75-86, 1979.

BRASIL. Discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, 2003. www.biblioteca.presidencia.gov.br

_____. Discurso de Lançamento da segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, 2011. www.biblioteca.presidencia.gov.br

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, jan 2007.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no Século XIX**: o espetáculo da pobreza. [1ª ed. 1982]. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOLAFFI, Gabriel. Os mitos sobre o problema da habitação. In: **Espaço & Debates**, n16, p. 24-32.

_____. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

_____, Nabil. **Origens da Habitação Social na Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 2017.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRENNER, Neil. O que é teoria crítica urbana? In: **e-metrópolis**, n.3, ano 1, p. 20-28, 2010.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17-66, 2013.

CAMPOS, Paola; MENDONÇA, Jupira. Estrutura socioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências. In: CARDOSO, Adauto (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 67-92. 2013.

CEBRAP. Assentamentos precários no Brasil Urbano. Brasília. Ministério das cidades, 2007.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (et al.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1975.

CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte et. al. A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. In: **Novos Cadernos do NAEA**, v.10. n1. p. 143-183.

_____. A expansão da RM de Belém: reflexos sobre os desdobramentos de investimentos oficiais em habitação. In: **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v 14, n 28, p. 441- 461, 2012.

_____. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. In: **Novos Cadernos NAEA**, v 09, n1, p. 95-118, 2006.

_____. Desarticulações entre políticas urbanas e investimentos em cidades: contratação do PAC paraense. In: **Mercator**: Fortaleza, v.10, n.22, p. 71-86.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, p. 11-39, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática (Série Princípios). 1995.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Berthand, 1996.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (org) **Geografia**: conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 2007.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. O Espaço das Ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém. Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA, UFPA, 1989.

CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pobreza da Política**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Diário do Pará. **Eixos de expansão em Belém**. Belém, 15 setembro de 2011.

FAISSOL, Speridião. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus, 1964.

FERNANDEZ, Juan Manuel. La Construcción Social de La Pobreza en la Sociologia de Simmel. In: **Cuadernos de Trabajo Social**, nº13, 2000. p. 15-32.

GALBRAITH, John. **A Natureza da Pobreza das Massas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Trad. Armando Corrêa Dias. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaços & Debates**, n 3, v 4, p. 7-35, 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume: 2005.

HIDALGO, Rodrigo. Se acabó el suelo en la gran ciudad? Las nuevas periferias metropolitanas de la vivienda social em Santiago de Chile. In: **Revista Eure**, Vol. XXXIII, n 98, p 57-75, 2007.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). UFPA/NAEA, 2011.

IVO, Anete. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. In: **caderno CRH**, salvador, v.21, n 52, p. 171-180, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Assentamentos Subnormais. Rio de Janeiro, 2010.

Instituto Trata Brasil. Trata Brasil, 2018. Ranking do saneamento. Disponível em: < <http://www.tratabrasil.org.br> >. Acesso em 14/10/18.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo, 1974-1984**. São Paulo: Cortez, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Viver em Risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KAZTMAN, Ruben. A Dimensão Espacial nas Políticas de Superação da Pobreza Urbana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves

dos Santos. **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: REVAN, p. 301-339, 2007.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. In: **Econômica**, v 4, n1, p. 25-59, 2002.

LEANDRO, Leonardo; SILVA, Fábio. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. In: **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n2, p. 143-174, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. São Paulo: Difel, 5ª ed. 1979.

_____. **A Revolução Urbana**. [1ª ed. 1970] Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **La producción del espacio**. [1ed. 1974]. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução; Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. [1ª ed. 1972]. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Espaço e Política**. O direito à cidade II. [1ª ed. 2000] 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antônia et.el. (org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 27-40.

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: **Geousp**. São Paulo, n 14, p. 109-123, 2008.

_____. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo. In: PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; HIDALGO, Rodrigo(Ed.). **Producción Imobiliária y Reestructuración Metropolitana En América Latina**. São Paulo: Fausp, p. 41-54, 2008.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro et. al. (org). **Metropolização do Espaço**: Gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

_____. Reestruturação Imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. In: **Revista Eure**, vol. 40, p 29-47, 2014.

_____. Totalidad y tríades: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. In: DEMATTOS, Carlos y LINK, Felipe (ed.) **Lefebvre Revistado**: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad. Santiago, RII Editores. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, p. 57-77, 2015.

_____. Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. No prelo.

LIMA, José Júlio. A implementação de estratégias espaciais e a justiça social em Belém. In: Silva, Luiz de Jesus Dias da; Ponte. Juliano Pamplona Ximenes. **Urbanização e ambiente**: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental. Belém:Paka-Tatu, 2011. p. 45-88.

LIMA, José Júlio et. al. A promoção habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 161-186.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia. In: **Cadernos de IPPUR**. Ano XIII, n1, jan-jul, 1999, p. 109- 138.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: REVAN, p. 51-76. 2007.

_____. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Disponível em Carta Maior http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16004, acesso em junho de 2009

_____. Metrôpoles desgovernadas. In: **Estudos Avançados**. n.25 (71), 2011. p. 7-22.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MERCÊS, Simaia. Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes. In: CARDOSO, Adauto (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 187-204, 2013.

MIELE, Sávio Augusto de Freitas. Mundialização Financeira e a Reprodução do Espaço da Metrópole. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus. Ed. UFAM, p. 555-571, 2010.

NETO, Raul da Silva Ventura. **Belém e o Imobiliário**: uma cidade entre contrastes e contradição. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2015.

OLIVEIRA, Júlio Cezar Pinheiro. As dimensões corporativas do PMCMV: o dilema do limita entre uma política social e a política econômica. Anais: XVI **ENANPUR**. Espaço, planejamento e Insurgências, Belo Horizonte, 2015.

OJIMA, Ricardo. Periferização e as formas urbanas contemporâneas: repensando os riscos na metrópole. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus. Ed. UFAM, 2010, p. 530-554, 2010.

PARÁ. Relatório do mapa social da exclusão social do Pará. Belém: SEPLAN, 2016.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém**: estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968, 2 V. (Coleção Amazônica).

PEREIRA, Paulo César Xavier. **Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Produção Imobiliária e a Crise da Cidade na Emergência de uma Forma de Metrópole na América Latina. In: PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; HIDALGO, Rodrigo (Ed.). **Producción Imobiliária y Reestructuración Metropolitana En Améric Latina**. São Paulo: Fausp, p. 55-65, 2008.

_____. Reestruturação Imobiliária e a Produção do Espaço Metropolitano: nega o urbano e a urbanização tradicional. In: FERREIRA, Alvaro (et al.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 153-170, 2015.

_____. Preço e valor na finaceirização da produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro et. al. (org.). **O Espaço e a Metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 171-212, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. México: siglo, 1969.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Desarrollo Humano: Informe. Bogotá. Tercer Mundo Editores, 1991.

Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2001. www.undp.org.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Uma Geografia da Pobreza Urbana: informalidade e precarização do trabalho. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v4, n 1, 2014.

REIS, Fabiana Alves Ferreira. **Os impactos econômicos do programa habitacional MCMV no setor da construção civil na cidade de Belém**. 2011 (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: FGV, Mestrado Internacional em Gestão Empresarial, 2011.

RIBEIRO, Luiz César; PECHMAN, Robert. **O que é Questão de Moradia**. São Paulo: Nova Cultura: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade e Unidos na Condição: Cidade Nova. Espelho da Segregação Social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A cidade de Belém e a dinâmica demográfica do estado do Pará, 1970-2007. In: VASCONCELLOS, Mário et. al. (orgs). **O desafio da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém**. Belém: NUMA/UFPA, p. 65-78, 2009.

ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: VALLADARES, Lícia (org). **Governabilidade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 221-265, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e a da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Reestruturação do setor imobiliário e mudanças no padrão espacial de reprodução do capital: a produção imobiliária como elemento central na reconfiguração das cidades brasileiras. Anais: XV **ENANPUR**. Política habitacional, financiamento e regulação estatal. Recife, 2013.

_____. Financeirização do imobiliário e transformações na produção do espaço. In: FERREIRA, Alvaro et. al. (org.). **O Espaço e a Metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 213-240, 2017.

SANTANA, Joana Valente. **Belém: a capital das invasões**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA-NAEA. Belém, 1997.

_____. **Gestão de Cidades no Brasil: estratégias e orientações** do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Campinas: Papel Social, 2013.

SANTANA, Joana Valente et. al. (orgs.) **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Pobreza Urbana**. [1978] 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009a.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

_____. **O Espaço do Cidadão**. [1ª ed. 1987]. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAIVA, Camila Pereira. Como compreender as velhas periferias? Um exercício de reflexão relacional. In: **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n20, ano 6, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, Maria Ozarina da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: **Revista Katal**. Florianópolis, v 13, n 2, p. 155-163, 2010.

SILVA, Marlon Lima. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: experiências e tendências na RMB. 2014 Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPA, 2014.

SIMMEL, Georg. **Les Pauvres**. [1ª ed. 1907]. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do Espaço urbano. Tradução: Daniel de Mello Sanfelici. In: **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

SHIMBO, Lúcia. **Habitação Social de Mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: ARTE, 2012.

SILVEIRA, Maria Laura. Metrópoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história. In: SILVA, Cátia Antônia (org). **Metrópoles em Mutação:** dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: REVAN, p.17-36, 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Governo Lula:** decifrando o enigma. São Paulo: Viamundo, 2004.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira.** Quem é e como Vive. Belo Horizonte: ARTE, 2012.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

SOUZA, Maria Adélia de. Reconstituindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, Catia Antônia et.al. (org.). **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 27-40.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O Desafio Metropolitano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

_____. Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas sociais no Brasil. In: **Inclusão Social**. Brasília, v 1, n2, p. 83-87, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

TOPALOV, Chistian. **La Urbanizacion Capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: EDICOL, 1979.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a Social-Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade dispersa, os novos assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. A Natureza da Urbanização na Amazônia e sua Expressão Metropolitana. In: **Geografares**. Vitória, v.1, nº 1, jun. 2000. p 117-129.

_____. Cidadania e (re)produção do espaço urbano de Belém. In: D'Incao, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernidade**. Belém: ICSA/UFPB/MPEG, 2009.

_____. Malhas socioespaciais e desafios da gestão metropolitana no Brasil: reflexões baseadas na Região Metropolitana de Belém. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus. Ed. UFAM, p. 327-347, 2010.

_____. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. No prelo. 2015.

_____. Financeirização, lutas urbanas e produção alienadora da cidade. In: FERREIRA, Alvaro et. al. (org.). **O Espaço e a Metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 285-310, 2017.

VALLADARES, Lícia. **Passa-se Uma Casa**: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

_____. Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia (org.). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, p. 21-78. 1982.

_____. Cem Anos Pensando a Pobreza(Urbana) no Brasil. In: BOSCHAI, Renato (org.). **Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, p. 81-112, 1991.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. **A Vida em Conjunto**: um estudo da política da habitação popular. 1980. São Paulo: FFLCH, 1980 (Dissertação de Mestrado)

VILLAÇA. Flávio. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação**. São Paulo: Global, 1986.

WORD BANK. World Development Report: Poverty. Washington: world bank, 1990.

_____. World Development Report: Building Institution for Markets. Washington: world bank, 2002.

UGÁ, Vivian Domingues. **A Questão Social como Pobreza**: crítica à conceituação neoliberal. Curitiba: APPRIS, 2011.

UN-HABITAT. State of the world's cities. London: Earthscan. 2010.

_____. Estado de las ciudades de América Lantina y el Caribe: rumbo a uma nueva transición urbana. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. 2012.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta** – as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZAMBAN, Neuro. A Teoria da Justiça de Amartya Sen: as capacidades humanas e o exercício das liberdades substantivas. In: **Episteme**, v.34, nº2, p. 47- 70, 2014.